

CAPÍTULO IV

O GRUPO DIRIGENTE: ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO E DE CONSOLIDAÇÃO DAS POSIÇÕES SOCIAIS

Iniciaremos este capítulo com uma caracterização social do grupo dirigente, aprofundando um pouco mais o quadro genérico, que traçámos anteriormente a esse nível. Como veremos, apesar das restrições que limitavam o acesso ao poder municipal e da sua elitização, o grupo governativo estava longe de ser homogéneo sob o ponto de vista social. No seu interior, existiam diferentes níveis de poder, de riqueza e distintos estatutos, que se refletiam no próprio perfil das carreiras concelhias, como vimos no capítulo anterior. Apesar de todas as dificuldades de que a categorização social se reveste nestas sociedades urbanas tardo medievais, tentaremos, ainda assim, traçar os diferentes perfis sociais existentes no interior do círculo dirigente, entendendo-os numa perspetiva dinâmica, já que muitos destes indivíduos e respetivos grupos de parentesco, se encontravam em pleno transcurso de trajetórias de mobilidade ascensional.

Num segundo momento, debruçar-nos-emos, precisamente, sobre os mecanismos e as estratégias postas em prática no sentido do reforço das suas posições sociais e da mobilidade social ascendente que independentemente da posição em que se encontravam, todos eles, de uma ou de outra forma, puseram em marcha.

O conjunto de questões suscitadas, a este propósito, deverá ser lido à luz de um contexto sociopolítico, que já conhecemos, propiciador de trajetórias ascensionais. A conjuntura política e militar, o crescente protagonismo de Évora como cidade cortesã e o quadro de forte intervenção da coroa no âmago da vida municipal, que não se ficou, como vimos, pelas questões de funcionamento, são, de facto, vetores enquadradores incontornáveis quando se procuram equacionar os horizontes sociais e os mecanismos de consolidação de posições dos que foram passando pela governação urbana.

À semelhança do que já aconteceu no capítulo em que nos debruçámos sobre as carreiras concelhias, esta análise é também marcada por algum desequilíbrio da informação em favor dos tempos joaninos, já que para o período anterior, sobretudo para os anos iniciais do reinado do *formoso*, os dados que temos são muitos esparsos. Ainda assim, a leitura conjunta da documentação vai deixando evidente uma linha de continuidade, entre estes dois reinados, que a subida ao poder de uma nova dinastia não interrompeu.

Muito embora tivessem ocorrido inevitáveis ajustamentos nas relações de força que se estabeleciam no interior do grupo governativo, no essencial, tudo se manteve. Não se verificaram alterações, nem nas lógicas de funcionamento da administração nem mudanças ao nível do recrutamento dos dirigentes municipais, assistindo-se, antes, ao reforço das posições dos que já se encontravam ligados ao poder. Mais do que transformações profundas, o que se verificou, com a subida ao trono do monarca de Avis, foi uma forte aceleração de tendências que já anteriormente se vinham a esboçar. Acentuaram-se as lógicas oligárquicas e caminhou-se rapidamente no sentido de uma forte aristocratização do ambiente concelhio, que as estratégias e os mecanismos ascensionais, postos em prática por estes homens, claramente demonstram.

Antes de as analisarmos, importa tentar uma caracterização genérica do grupo governativo em termos sociais.

1. COMPOSIÇÃO SOCIAL DO GRUPO GOVERNATIVO. UM GRUPO EM BUSCA DE AFIRMAÇÃO SOCIAL

Vimos já, anteriormente, os limites sociais dos que governavam a cidade. No topo superior, encontramos alguns dos membros dos grupos nobiliárquicos, não a nobreza de maior estatuto, nem mesmo uma média nobreza regional¹, que também não revela apetência pelo exercício efetivo do poder municipal, mas sobretudo uma pequena nobreza instalada na cidade. No limite inferior, temos os de maior destaque de entre os que se integram nos estratos populares, mas deles não constam os mesterais, que só após um percurso familiar de afastamento do mundo dos ofícios manuais chegavam ao exercício do poder. É, pois, neste amplo arco, que vai juntando indivíduos de diferentes percursos numa relativa amálgama social, que podemos situar socialmente os homens que passaram pelos cargos.

Muito embora o destaque que foram conseguindo e a relativa semelhança dos quotidianos e das formas de vida que patenteavam, pudessem, numa primeira análise, passar a ideia de alguma homogeneidade social, essa homogeneidade era apenas aparente. Na realidade, o grupo governativo era composto por indivíduos de diferentes estatutos sociojurídicos, que detinham distintos níveis de prestígio, de riqueza e de poder, encontrando-se também em momentos muito diversos das respetivas trajetórias sociais. Entre homens

¹ Para a hierarquização da nobreza, seguimos a proposta de J. A. de Sottomayor PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade do Porto, 1999, vol. II, pp. 537-541.

como, por exemplo, Rui Salvado² ou Martim Leonardes³, cujos percursos familiares só de há pouco se haviam descolado do mundo dos mesterais, e outros como Álvaro Mendes de Oliveira⁴, Fernão Martins Pestana⁵ ou Fernando Afonso Cicioso⁶, bem instalados no seio de uma pequena nobreza, existiam evidentes diferenças de riqueza e de prestígio, que não deixavam de ter significado nas lógicas de poder que se estabeleciam no interior do grupo dirigente. Vimo-lo já a propósito das carreiras concelhias, quando constatámos que a posição que cada um ocupava na escala social não era indiferente para o perfil de cargos que se desempenhava, refletindo-se, também, na maior ou menor capacidade de influenciar o rumo da governação.

Note-se, contudo, que muito embora esta heterogeneidade vá sendo pressentida a partir de diversos indícios, sejam eles, por exemplo, os diferentes níveis de riqueza, o quadro de relações pessoais ou institucionais ou mesmo nas lógicas de organização familiar, em termos práticos, não é fácil proceder a uma arrumação social clara de todos os que foram passando pelos cargos.

À falta de dados, juntam-se as dificuldades de classificação inerentes a sociedades com algum grau de abertura e de permeabilidade social, como é o caso das sociedades urbanas tardo medievais, onde não se pode falar de categorias sociais estanques. Em contextos particularmente propícios a processos de mobilidade, como aquele sobre o qual nos debruçamos, a delimitação das fronteiras sociais entre categorias contíguas é bastante ténue. No nosso caso, as dificuldades dizem essencialmente respeito àqueles que se situavam no que podemos considerar de um patamar intermédio entre as camadas superiores dos estratos populares e os níveis mais baixos dos grupos nobiliárquicos. Era nele que se integravam muitos indivíduos e famílias que vemos no concelho, cujos percursos ascensionais lhes permitiram obter privilégios e isenções fiscais, que faziam com que, na prática, pouco se distinguissem dos membros de uma pequena nobreza, que, diga-se, é também ela difícil de objetivar e de delimitar.

Nestes processos de identificação, para além dos indicadores patrimoniais, familiares e outros, que na verdade só para alguns podem ser captados, tornam-se, naturalmente, incontornáveis os próprios designativos utilizados na documentação para situar socialmente um determinado indivíduo. Esses identificativos, por muito ambíguos que sejam, e são-nos em muitos casos, são incontornáveis, não só porque vão expressando a forma como cada um dos

² Veja-se nota biográfica n.º 162.

³ Veja-se nota biográfica n.º 125.

⁴ Veja-se nota biográfica n.º 15.

⁵ Veja-se nota biográfica n.º 46.

⁶ Veja-se nota biográfica n.º 35.

indivíduos era “visto” na sociedade onde se inseria, mas porque acabam também por ser reveladores de um dado quadro mental e ideológico subjacente à organização social.

A partir das categorias sociais/sociopolíticas expressas documentalmente⁷, elaborou-se um quadro síntese, muito simplificado, mas que permite uma leitura global do perfil dos que fomos encontrando na administração e dos diferentes níveis sociais que a mesma comportava. A sua análise será complementada com outros dados, que considerámos poderem contribuir para aclarar a questão.

QUADRO XVII - A SOCIOLOGIA DOS GOVERNANTES LOCAIS
(DE ACORDO COM AS CATEGORIAS EXPRESSAS NA DOCUMENTAÇÃO)

DESIGNATIVOS	N.º ABSOLUTO	%
Cavaleiros	1	0,6
Escudeiros → cavaleiros	3	1,6
Escudeiros	56	31,5
Vassalos régios	8	4,5
Cidadão	1	0,7
Criados do rei ou da nobreza de maior estatuto	6	3,4
Escolares/ Funcionalismo	5	2,8
Mercadores	11	6,2
Referenciados em função do mundo profissional	3	1,6
Categoria não referida	84	47,1
Total	178	100

Uma primeira constatação é a de que para uma boa percentagem dos nossos homens não foi possível recolher qualquer indicativo de natureza social. É possível que em muitos destes casos estejamos face a indivíduos que poderíamos incluir na categoria global de *homens bons* do concelho, pertencentes aos estratos populares, que reuniam as condições para o exercício do poder local, fosse pela riqueza, pela honradez ou pelo destaque que haviam adquirido no seio da comunidade onde se inseriam. De qualquer modo, e sem

⁷ O enquadramento teórico teve por base os seguintes trabalhos: A. H. Oliveira MARQUES, “Os grupos sociais”, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1987, cap. V, pp. 220-278; Armindo de SOUSA, “A socialidade”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. II, pp. 391-481; Maria Helena da Cruz COELHO, “Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista”, *Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, vol. 3, 5, 1998, especialmente pp. 121-129, Maria Ângela BEIRANTE, *As Estruturas sociais em Fernão Lopes*, Livros Horizonte, 1984. A bibliografia mais específica irá sendo referida nas páginas seguintes.

negarmos a possibilidade de muitos dos governantes serem oriundos desses meios, devemos olhar para estes números com algumas reservas, já que, em muitos casos, a ausência de referentes sociais deve-se simplesmente à escassez da informação sobre um dado indivíduo. É já sabido que, para muitos deles, temos apenas uma ou outra referência, recolhida em documentação muito diversa, onde a natureza dos atos ou o lugar que neles se ocupava, nem sempre tornavam relevante a indicação de um identificativo social⁸. Note-se, também, que a maior parte dos não identificados socialmente tiveram carreiras pontuais e um papel governativo pouco relevante, incluindo-se no nível 1 ou 2 de ligação ao concelho, num claro indício da sua menor influência no andamento da vida municipal.

Uma outra questão, evidente no quadro em análise, diz respeito à oscilação dos identificativos que vão sendo usados para referenciar socialmente um mesmo indivíduo. É o caso, por exemplo, da designação de vassalo régio, que podemos encontrar aplicado a homens que comumente surgem identificados também como escudeiros. Assim acontece, por exemplo, com Fernão Martins Pestana, Fernão Martins Vieira, Gomes Martins Zagalo, Gonçalo Dias de Espinho, João Esteves Lourinho, João Gomes Arnalho, Rui Martins Toscano, Vasco Afonso do Samouco. Nestes casos, e muito embora a designação não seja muito precisa quanto à posição social ocupada, o termo vassalo, pelo seu cariz prestigiante, foi em diversos casos considerado suficiente para situar o indivíduo na escala social, sem necessidade de se recorrer a outro indicativo.

Em outras situações, e levando em consideração os percursos que conhecemos, a oscilação de designativos pode validar percursos de reconhecimento social. Inclui-se, nestes casos, a utilização dos termos escudeiro/cavaleiro que se atribuiu a um mesmo indivíduo, em momentos diferentes do seu percurso de vida. Note-se que não se trata de um uso algo indiferenciado dos termos, como se tivessem um sentido equivalente. Em todas as situações deste tipo que encontrámos, o que se verifica é que um determinado indivíduo, que antes fora identificado como escudeiro, passa, em dado momento do seu percurso de vida, a ser referenciado sob a designação de cavaleiro. Apesar de toda a ambiguidade de que o termo cavaleiro se reveste, ele corresponderia sempre, nesses finais do século XIV e no início da seguinte, a um acréscimo de prestígio social face ao designativo de escudeiro. A passagem de uma categoria a outra parece, pois, traduzir processos de reconhecimento social, correspondendo, para os que integraram a nova categoria, à subida de alguns degraus no seio dos grupos nobiliárquicos. Em Évora, na nossa cronologia, esta situação verificou-se, apenas,

⁸ É o caso, por exemplo, de alguns dados recolhidos em contratos relativos ao património, onde podem figurar como testemunhas ou intervenientes secundários.

para um número restrito de indivíduos, cuja promoção social foi, aliás, favorecida pelo contexto político da crise dinástica. Foi o que se passou, por exemplo, com os irmãos Lobo ou com Fernão Gonçalves d'Arca, que vemos primeiro identificados como escudeiros, mas que, posteriormente, no após crise dinástica, surgem já como cavaleiros⁹. Categoria que passou também para os seus descendentes, confirmando a solidez dos seus percursos ascensionais.

Menos claro, mais problemático e bem menos utilizado é o termo cidadão. Trata-se de uma das categorias que, estatutariamente, a par dos fidalgos/cavaleiros tinha acesso ao poder municipal. Muito embora o termo vá sendo recorrentemente utilizado, na mais variada documentação, em fórmulas genéricas, muitas vezes apenas para rematar as reuniões de vereação, onde é comum referir-se que nela estiveram presentes diversos intervenientes “assy fidalgos como çidadaaos”, o termo poucas vezes é usado para identificar indivíduos, em concreto, que vão sendo referenciados a partir de outros designativos sociais.

Uma das poucas exceções diz respeito ao regedor Lopo Fernandes Lobo que é claramente identificado como *cidadão*¹⁰. Sabemos já que este homem era um abastado proprietário fundiário, bem enraizado na vida da cidade e profundamente envolvido nas questões governativas. Esteve do lado do *Mestre* nos momentos cruciais da luta política, na cidade, mas foram os seus filhos, os quatro irmãos Lobo, que mais se destacaram tendo conhecido, nas décadas que se seguiram, uma imparável escalada de ascensão social.

Voltemos, contudo, ao termo cidadão que, como vimos, remete, essencialmente, para uma dimensão política, aplicando-se àqueles que sendo oriundos dos meios populares, e compartilhando com os *homens bons* dos concelhos os requisitos legais necessários ao acesso aos cargos municipais, se destacaram pelo exercício do poder concelhio. Simplificadamente, talvez não seja errado considerar que os cidadãos correspondem ao que podemos designar de camada superior dos *homens-bons*, que obtiveram forte protagonismo na administração local. Foi claramente esse o caso de Lopo Fernandes Lobo, e decerto de muitos outros homens oriundos dos estratos populares, para quem o exercício do poder concelhio terá assumido um papel crucial nos seus processos de reconhecimento social.

Em muitas outras geografias, mesmo nas peninsulares, como é, por exemplo, o caso de pujantes cidades como Barcelona ou Saragoça, os *ciudadanos honrados* constituíam mesmo a

⁹ Por exemplo: em 1364 e 1367, em reuniões de vereação em que esteve presente, Fernão Gonçalves d'Arca é identificado como escudeiro, cf., respetivamente, IANTT, *Corpo Cronológico (1161-1699) 1ª parte (1137-1699)*, Maço 3, doc. 83 e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 31. Em 1388, por exemplo, D. João confirma, a Fernão Gonçalves d'Arca, a doação das azenhas de Ana Loura, no termo de Estremoz, identificando-o como cavaleiro, cf., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 36; o mesmo acontece em outra documentação do mesmo período.

¹⁰ ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 145.

linha de topo dos grupos dirigentes municipais¹¹. Categoria que, pelos valores de distinção, fortuna e honradez que trazia associado, era orgulhosamente ostentada pelos membros das oligarquias dirigentes que não deixavam de propalar, nos mais diversos palcos, o seu título de cidadãos¹².

Em Évora, no nosso período, e tendo em atenção a escassa utilização do termo, assim não acontecia. Esta fraca afirmação da cidadania, digamos assim, prende-se, essencialmente, com aquele que parece ter sido um fenómeno de rápida equiparação dos cidadãos ao estatuto de uma baixa nobreza, que no caso português, como sabemos, não estava legalmente impedida do exercício de cargos municipais, como acontecia, por exemplo, nos núcleos urbanos anteriormente referidos¹³.

Favorecida por contextos sociopolíticos que já fomos identificando, ter-se-á assistido, sobretudo a partir das últimas décadas de trezentos, a uma progressiva equiparação social dos cidadãos a uma pequena nobreza urbana, sobretudo de escudeiros, com a qual, esses homens oriundos dos meios populares, se foram confundindo e com quem, muito provavelmente, compartilhariam certos regimes de isenções e de privilégios. Note-se que, mesmo no interior do concelho, onde estatuariamente, como já vimos, se reservavam cargos para fidalgos e cidadãos, a distinção acabou por perder significado real. No nosso período já claramente a não tinha, tornando-se, na prática, impossível fazer uma tal destrição social, a partir dos nomes dos homens que foram ocupando os cargos. O esvaziamento desse ancestral requisito legal, talvez encontre justificação, precisamente, na progressiva assimilação entre a cidadania e a baixa

¹¹ Para Barcelona, entre outros, pode ver-se: Josep FERNÁNDEZ TRÁBAL, “De Prohoms a ciudadanos honrados: Aproximación al estudio de las elites urbanas de la sociedad catalana bajomedieval (siglos XIV-XV)”, *Revista d'història medieval*, Nº 10, 1999 (Ejemplar dedicado a: La población urbana en tiempos de crisis), pp. 331-370. IDEM, “De prohoms a honrats: Orígenes y justificación de la Nobleza de los Ciudadanos Honrados de Catalunya”, *Hidalguía: la revista de genealogía, nobleza y armas*, Nº. 295, 2002, pp. 841-876.

Para Saragoça, veja-se, por exemplo, Jean-Pierre BARRAQUÉ, “Les ciudadanos de Saragosse au XIVE siècle: essai de définition d'un patriciat Urbain”, Christian DESPLAT (dir.), *Élites du Sud (XIVE-XVIII siècles). Aquitaine, Languedoc, Aragon, Navarre. Statuts juridiques et pratiques sociales*, Pau, SSLA de Pau et du Béarn, 1994, pp. 33-71, IDEM, *Saragosse à la fin du Moyen Âge. Une ville sous influence*, Paris, L'Harmattan, 1999, p. 134. Ainda para esta mesma cidade, veja-se o estudo de Enrique MAINÉ BURGUETE, *Ciudadanos honrados de Zaragoza. La oligarquía zaragozana en la Baja Edad Media (1370-1410)*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2006. Sobre o conceito de cidadão honrado e a disseminação jurídica do conceito, veja-se, especialmente a introdução “poder, com nombres y apellidos”, pp. 11-16.

¹² Por exemplo, Enrique MAINÉ BURGUETE, *op. cit.*, p. 14.

¹³ Sobre o impedimento da nobreza exercer cargos municipais em Saragoça, veja-se: Jean-Pierre BARRAQUÉ, “Un exemple d'oligarchie urbaine: Saragosse au XIVE siècle”, Noël COULET e Oliver GUYOTJEANNIN, eds. *La ville au Moyen Âge. Actes du 120e Congrès des Sociétés Savantes*, Paris, CTHS, 1998, p. 447. Para Barcelona, por exemplo, Carmen BATTLE, “La haute bourgeoisie barcelonaise vers 1300”, Béatrice LEROY e Pierre TUCOO-CHALA, (eds.), *Les sociétés urbaines en France méridionale et péninsule ibérique au Moyen Âge. Actes do Colloque de Pau, 21-23 septembre 1988*, Paris, CNRS, 1991, p. 233.

nobreza de escudeiros que enxameia a administração municipal da cidade. Os Lobo são, aliás, um dos exemplos mais paradigmáticos destes processos ascensionais, que permitiram a muitos percorrer trajetórias sociais “da vilania à nobreza”¹⁴.

Em Évora, a extensão desse fenómeno, que talvez só encontre paralelo em outras cidades Cortesãs, foi favorecido por um contexto político e militar muito próprio, mas em boa parte ele foi também o resultado das lógicas régias de controlo da administração municipal. Os monarcas, ao promoverem gente que lhe estava próxima, no interior do círculo governativo, acabam não só por contribuir para elevar o estatuto médio dos governantes concelhios, como para eivar o próprio exercício do poder municipal da noção de serviço régio, que tinha em si mesmo um cariz nobilitante.

QUADRO XVIII - PRINCIPAIS APELIDOS DOS HOMENS IDENTIFICADOS COMO ESCUDEIROS

ABREU	CICIOSO	MOUSINHO
ARCA	COSTA	MURZELO
ARNALHO	ESPINHO	NEGREIROS
BARBOSA	FAÇANHA	OLIVEIRA
BAVAINHO	FRANDINO	OURIGO
BRANDÃO	FONSECA	PAIVA
BRITO	FUSEIRO	PESTANA
BOTO	GODINHO	PIMENTEL
CARVALHAIS	GÓIS	PINA
CARVOEIRO	LAMEIRA	PINGA
CERVEIRA	LOBO	TISNADO
CHAINHO	LOUÇÃO	TOSCANO
CHANOCA	LOURINHO	VIEIRA
CHAVES	MORAIS	ZAGALO

Face ao exposto, não parece estranho que o estatuto de escudeiro¹⁵ tivesse sido largamente maioritário no interior do grupo governativo. É esta a categoria social modal,

¹⁴ Utilizamos aqui, o título de um esclarecedor artigo de Hermínia Vilar, cujo título é, precisamente, da *vilania à nobreza*, cf., Hermínia VILAR, “Da vilania à nobreza: trajetórias de ascensão e de consolidação no Sul de Portugal (séc. XIV-XV)” in Hermínia Vasconcelos Vilar; Maria Filomena Lopes de Barros (eds.), *Categorias Sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Lisboa, CIDEHUS/Ed. Colibri, 2012, pp. 145-162.

¹⁵Sobre o termo escudeiro, veja-se, Henrique da Gama BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIII a XV*, ed. anotada por Torquato de Sousa SOARES, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-1954, vol. I, Tomo I, pp. 406-407. Veja-se Também Maria Ângela BEIRANTE, *As estruturas sociais em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp. 37-40.

sendo ela que constitui o padrão social mais comum dos oligarcas eborenses. Como o nosso caso bem demonstra, trata-se, contudo, de uma categoria de largo espectro, que engloba um conjunto muito diverso de situações. Sob a designação de escudeiros encontramos, de facto, como já antes deixámos antever, percursos individuais e familiares muito distintos.

Entre a plêiade de escudeiros que passaram pela administração contam-se, por exemplo, homens detentores de apelidos que desde há muito encontramos na cidade, e na gestão municipal, como é o caso dos Façanha, dos Lobo, dos Oliveira, dos Pestana, entre outros, cujas origens familiares remontam, muito provavelmente, à cavalaria vilã. Trata-se, pois, de homens que se integram em trajetórias familiares ascensionais que não podemos, de todo, acompanhar, mas nas quais o papel militar e o controlo do poder municipal, a que se encontram ligados desde, pelo menos, meados do século XIII, terão constituído vetores incontornáveis de aproximação a uma pequena nobreza¹⁶. É nessa posição que encontramos os detentores destes nomes familiares em finais do século XIV.

Para outros, os processos ascensionais assumiram contornos algo diversos. Em alguns casos, terão tido por base a riqueza, proporcionada pelo aproveitamento das dinâmicas da economia urbana, a que se somam outras formas de afirmação social. Os Arnalho são talvez um bom exemplo a este nível, tendo sabido conjugar, em favor da ambicionada ascensão social, o peso do dinheiro com o exercício do poder e o estabelecimento de relações clientelares vantajosas. Se nos finais de trezentos, os Arnalho são, ainda, referenciados como mercadores, nos inícios da centúria seguinte, alguns deles, surgem já na categoria de escudeiros. Veja-se, por exemplo, o caso de dois homens, curiosamente, com o mesmo nome e apelido, Martim Afonso Arnalho I e Martim Afonso Arnalho II, que vemos no concelho em gerações sequenciais. Enquanto o primeiro, que exerceu funções no período imediatamente anterior ao da crise dinástica¹⁷, surge referenciado como mercador, como aliás se verificava com outros que patenteavam este apelido; o segundo¹⁸, certamente seu descendente ou parente direto, que passou pelas mesmas funções nas primeiras décadas do século XV, é já identificado como escudeiro. Refira-se que estes processos de ascensão se verificam para outros Arnalho. De facto, muito embora não possamos estabelecer os laços entre todos os que foram usando esse mesmo apelido, vale ainda a pena referir que também um João Gomes Arnalho, que, como já vimos, era um dos homens de confiança de Martim Afonso de Melo, ao lado de quem esteve nas contendas norte africanas, patenteia também a categoria de

¹⁶ Hermínia Vilar, no trabalho já anteriormente citado, realçou já a importância desses dois vetores na estruturação dos percursos ascensionais desses grupos familiares. Cf. Hermínia VILAR, "Da vilania...", pp. 145-162.

¹⁷ Veja-se nota biográfica n.º 120.

¹⁸ Veja-se nota biográfica n.º 121.

escudeiro. Apesar de todas as dificuldades de reconstituir as trajetórias deste grupo familiar, parece clara a ideia de que os Arnalho, entre as décadas finais de trezentos e a primeira da centúria seguinte, terão feito um percurso que lhes permitiu entrar num outro patamar social, ficando também, desde já, indiciados alguns dos mecanismos que os terão proporcionado, matéria sobre a qual nos deteremos adiante.

A estes “escudeiros”, oriundos dos grupos populares e que chegam a esta pequena nobreza após trajetórias ascensionais, que são em si mesmo a clara demonstração de alguma abertura à mobilidade social destes contextos urbanos mais dinâmicos, somam-se outros homens, detentores da mesma categoria social, que supomos oriundos de linhagens nobres. Em muitos casos, trata-se de gente oriunda de uma pequena nobreza que se movimentava na Corte, que Rita Costa Gomes integrou entre a nobreza de serviço, que devia precisamente a essa ligação ao entorno régio o seu protagonismo¹⁹. É o caso dos Brito, Fonseca, Cerveira, Góis, todos eles apelidos que passaram também no concelho, sobretudo a partir do período joanino.

Bem menos expressivos, sob o ponto de vista numérico e mesmo no que diz respeito à capacidade de influência, são aqueles que, no interior do grupo governativo, vemos identificados a partir de critérios funcionais e socioprofissionais. No caso dos primeiros, contam-se apenas alguns escolares e um ou outro homem oriundo de um baixo funcionalismo da administração periférica, que sob o ponto de vista social talvez não se distinguissem de muitos outros que vemos identificados como escudeiros. Para alguns deles, sobretudo para os escolares, a passagem pelo concelho parece ter sido pontual e algo transitória, já que os seus percursos se terão orientado para um outro tipo de carreiras.

Diferente é a situação dos mercadores, o único grupo socioprofissional com alguma expressão entre os que passaram pelos cargos. Muito embora não fossem numerosos, a sua presença na administração constituiu uma constante ao longo de todo o nosso período. Para além dos Arnalho, que já referimos, contam-se, entre eles, também homens, como Fernão Gonçalves e outros. No conjunto, identificámos onze mercadores, referidos enquanto tal²⁰, que corresponde, apenas a cerca de 6%, dos que ocuparam funções governativas. Um valor que fica muito aquém daqueles que encontramos, por exemplo, para Lisboa ou para o Porto,

¹⁹ Veja-se Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, especialmente o ponto 2.1 – “famílias Cortesãs” e 2.2. “continuidades”, pp. 64-108.

²⁰ São eles: Afonso Sanches (nota biográfica n.º 10), Álvaro Vasques (nota biográfica n.º 18), Estêvão Eanes (nota biográfica n.º 31), Estêvão Gonçalves Toucinho (nota biográfica n.º 33), Fernão Gonçalves Façanha (nota biográfica n.º 41), Garcia Fernandes (nota biográfica n.º 50), João Eanes (nota biográfica n.º 76), João Lourenço (nota biográfica n.º 82), Luís Martins (nota biográfica n.º 117), Martim Afonso Arnalho I (nota biográfica n.º 120), Pedro Afonso Arnalho (nota biográfica n.º 138) e Vasco Durães (nota biográfica n.º 166).

onde o número de mercadores no seio das governações locais era bem superior²¹. Um facto que encontra explicação na maior pujança comercial desses dois centros urbanos e no reflexo que essa realidade teria na estrutura socioprofissional e, por consequência, na própria administração municipal²². É que Évora, apesar do dinamismo da cidade, da sua posição de centralidade no contexto regional, com os benefícios daí decorrentes sob o ponto de vista das atividades comerciais, não se pode comparar com aquelas cidades, que constituíam verdadeiras plataformas do comércio internacional²³.

²¹ Os valores eborenses são de facto modestos, face aos 38% do Porto ou dos cerca de 24,5% que se detetam na administração municipal de Lisboa. Para Lisboa, e globalmente, veja-se Mário FARELO, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, pp. 188-196; no que se refere ao Porto, para o período o final do século XV princípio do seguinte, veja-se Adelaide Millán da COSTA, «Vereação» e «Vereadores»: *o governo do Porto em finais do Século XV*, Porto, Câmara Municipal-Arquivo Histórico, 1993. Maria Helena da Cruz COELHO, a partir do trabalho de Adelaide Costa, identificou cerca de 38,5% dos homens de vereação como mercadores; cf. Maria Helena da Cruz COELHO, “Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista”, *Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, vol. 3, n.º 5, 1998, p. 127. De pouco vale, também, a comparação entre os dados eborenses e as realidades de outras cidades além-fronteiras, nas quais a presença dos homens de negócios nas governações é bem mais vincada. Não é necessário recorrermos a exemplos do norte da Europa ou das cidades italianas para o constatarmos. Mesmo nas grandes cidades mercantis peninsulares, sejam elas castelhanas, como Burgos, ou aragonesas, como Valência ou Barcelona, o seu peso era, em muitos casos, esmagador.

²² Como tem vindo a ser evidenciado, a composição social dos grupos dirigentes liga-se, entre outros fatores, às próprias características do tecido socioeconómico de cada um dos contextos, sendo naturalmente expetável que o peso percentual dos homens de negócios nas governações seja mais evidente nos núcleos urbanos de maior pendor mercantil e financeiro. Veja-se, por exemplo, Maria Helena da Cruz COELHO e Joaquim Romero de MAGALHÃES, no seu estudo, hoje clássico, sobre o poder municipal, apontam precisamente para a diversidade do perfil social das oligarquias locais em função dos contextos socioeconómicos; veja-se *O Poder Concelhio. Das Origens às Cortes Constituintes. Notas de história social*, 2ª edição revista, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986, pp. 35-36. Um bom exemplo dos reflexos dos diferentes contextos na composição, nas características e até no funcionamento das estruturas oligárquicas, é analisada por Yolanda Guerrero Navarrete, a partir da comparação e do estabelecimento das diferenças entre as elites dirigentes de Burgos e Cuenca. Veja-se: Yolanda GUERRERO NAVARRETE, “Elites urbanas en el siglo XV: Burgos y Cuenca”, *Revista d'història medieval*, Nº 9, 1998 (Ejemplar dedicado a: Oligarquias políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)), pp. 81-104.

²³ A estrutura económica de Évora era bastante distinta. Centrava-se essencialmente na terra e nas produções agropecuárias que constituíam o motor da atividade económica. Ainda assim, a cidade trastagana não deixaria de ter algum dinamismo mercantil, sobretudo evidente a partir do início da centúria de quatrocentos, quando, depois da profunda crise que a assolou nas décadas anteriores, a urbe conheceu uma fase de estabilização e de crescimento. Relembre-se que Évora era um dos núcleos urbanos mais populosos do reino e que com o advento da nova dinastia a cidade conheceu uma projeção que reforçou o seu lugar no quadro sociopolítico e económico nacional. Há, ainda, que notar que a sua centralidade geográfica e administrativa lhe conferia um natural papel polarizador do comércio regional e inter-regional. Fatores que, em conjunto, não poderão ter deixado de se refletir no crescimento do mercado urbano e na estrutura socio profissional da sua população. Sobre a posição da cidade no quadro regional, que se assumia como um verdadeiro lugar central, como foi demonstrado por Jorge Gaspar, num estudo já clássico, Jorge GASPARGASPAR, *A área de influência de Évora. Sistema de Funções e Lugares Centrais*, 2ª edição, Lisboa, Universidade de Lisboa/Centro de Estudos Geográficos, 1981, especialmente, o ponto 4 da Introdução. O quadro comercial foi caracterizado por Ângela Beirante, Veja-se Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 469-470.

Não sabemos muito sobre a natureza e a dimensão dos negócios destes mercadores, mas tendo em atenção o seu protagonismo na vida da cidade e mesmo a sua riqueza patrimonial, como veremos adiante, proporcionada por um nível de negócios que se abalançaria, certamente, para além da escala local, eles seriam detentores de algum prestígio e de uma significativa capacidade de influência. Contudo, e independentemente da sua riqueza ou do seu protagonismo na vida urbana e nas suas instituições, onde surgem não raras vezes a desempenhar funções de relevo, como acontecia, por exemplo, nas albergarias, os mercadores mantiveram sempre uma especificidade social, que escrivães e notários nunca se esquecem de indicar. Com efeito, a designação de mercadores é como que uma segunda pele que nunca os abandona, ficando sempre bem vincada a sua posição, para que, como supomos, não se confundissem nem com o comum dos homens bons, nem com a pequena nobreza de escudeiros à qual, de facto, não pertenciam, mesmo que o nível de riqueza lhes pudesse permitir um estilo de vida aproximado. A sua ligação mais imediata às dinâmicas da economia urbana, o menor relevo do seu papel militar e a provável não detenção de determinados privilégios ou regalias, constituiriam, neste aspeto, vetores essenciais dessa distinção com a pequena nobreza urbana. É, contudo, muito provável, tendo em atenção as trajetórias, por exemplo, dos Arnalho ou de um Fernão Gonçalves Façanha, que a aproximação aos grupos nobiliárquicos se constituísse, pelo menos para os mais destacados, como um desígnio social.

No interior do círculo governativo, os mercadores, apesar de influência que iam tendo, não deixavam, contudo, de ocupar um lugar de segundo plano. Foram detentores de carreiras de um modo geral pouco estruturadas, denotando uma fraca capacidade de influência. A maior parte destes homens de negócios ficou-se, apenas, pelo nível um ou pelo nível dois de ligação ao concelho, correspondente a passagens pontuais ou intermédias pela administração. Apenas Fernão Gonçalves Façanha e Álvaro Vasques se podem incluir no núcleo dos mais influentes.

A sua posição de alguma subalternidade é também corroborada pelo facto de nenhum deles ter integrado o núcleo restrito dos *Regedores*, sendo, igualmente, pouco expressiva a sua presença nesse lugar de prestígio que era também o de juiz concelhio. Apenas Fernão Gonçalves Façanha, Martim Afonso Arnalho e Vasco Durães, passaram, pontualmente, por estas últimas funções. Os restantes ocuparam, sobretudo, os lugares de vereador e de procurador do concelho²⁴.

De qualquer modo, como vimos a propósito das carreiras, no capítulo anterior, o destaque que alguns dos mercadores acabaram por ter na governação da cidade ter-se-á

²⁴ Concretamente: 47,6% como vereadores; 38,1% como procuradores e apenas 14,3% como juízes.

ficado mais a dever ao protagonismo pessoal e ao percurso que cada um soube construir do que propriamente a algo que possa ser entendido como resultante de um peso específico desse grupo socioprofissional no interior do concelho. Veja-se, por exemplo, o caso de Fernão Gonçalves Façanha, que melhor conhecemos, cujo protagonismo na administração não se pode desligar do quadro de relações clientelares que mantinha com homens fortes do concelho, nem do posicionamento político assumido no contexto político de 83-85, que teve o seu retorno sob o ponto de vista do fortalecimento da sua ligação ao poder²⁵. Muito embora as dinâmicas tivessem, decerto, permitido o fortalecimento de um setor da população mais diretamente ligado às atividades mercantis, elas não terão sido, contudo, suficientes para, como se comprova, criar um grupo pujante capaz de criar agremiações próprias ou mesmo de se impor ao nível das instituições urbanas e da governação da cidade.

Para além dos mercadores, são raríssimos os que vemos incluídos numa categoria profissional ou referenciados em função de qualquer atividade produtiva. Temos apenas um ou outro exemplo que nos podem remeter para essa situação. Poderá ser esse o caso de um Estêvão Eanes, candeeiro²⁶, se é que, neste caso, não estamos já face à uma alcunha ou apodo que se tivesse associado ao nome e não devendo ser entendido num sentido literal, que nos poderia remeter para uma ligação familiar anterior aos ofícios mecânicos. É provável, também, tendo em atenção os círculos sociais em que se movimentam, que outros homens fossem oriundos de famílias ligadas ao trabalho ou às atividades produtivas. Poderá ser o caso dos Salvado, cujo apelido nas gerações anteriores vemos ligada aos homens bons dos ofícios, ou de um Martim Leonardes²⁷, que, no contexto da crise surge como caudilho dos “meãos e menores”. Mas se o eram, no período em que exerceram funções, esses homens e famílias tinham já feito um percurso social que fazia com que não fossem identificados em função das atividades produtivas. O mesmo se terá passado com outros que tivemos dificuldade em posicionar socialmente como os que usam os apelidos/apodos Feltreiro, Regueira, Conto e Meio, Juanejo, Quadril de Pega, Davide, Mealha, Calça e diversos outros. Globalmente, trata-se também de indivíduos que fizeram percursos pessoais ascensionais ou que se inscrevem em trajetórias familiares que progressivamente os foram afastando do comum da população e aproximando, sob o ponto de vista do modo de vida e dos interesses, da elite cimeira da cidade.

²⁵ Vale a pena notar que em Évora não encontramos o termo cidadão aplicado aos mercadores, nem mesmo aos mais destacados, ao invés do que se verifica em outros locais. Fernão Lopes, por exemplo, inclui no rol dos cidadãos honrados do Porto, o mercador Domingos Peres da Eira, cf., Fernão LOPES, Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, introdução de Humberto Baquero MORENO e prefácio de António SÉRGIO, Lisboa, Livraria Civilização, (CDJI), vol. I., p. 238.

²⁶ Veja-se nota biográfica n.º 29.

²⁷ Veja-se nota biográfica n.º 125.

Estes e tantos outros exemplos são bem o testemunho de que a governação municipal, a partir dos finais do século XIV, se encontrava reservada aos que haviam encetado processos ascensionais e de reconhecimento social. Um quadro que espelha bem o processo de forte elitização que marcava a governação municipal da cidade, o que é, aliás, um panorama comum às administrações municipais da generalidade dos concelhos portugueses de finais da Idade Média.

Contudo, em Évora, este processo de elitização ganhou contornos muito especiais, que decorrem da forte presença da nobreza na administração municipal. Trata-se, como vimos, de uma pequena nobreza de escudeiros, vassallos régios, criados ou dependentes do rei ou de outras influentes personagens; gente com diferentes origens, mas que marcavam o ambiente social da administração. Note-se que esta nobreza não só era percentualmente numerosa, como também era a que no interior do concelho tinha a maior capacidade de influência, sendo de entre ela que saíam os que, na verdade, controlavam o concelho, como vimos a propósito das carreiras.

Este processo de elitização e sobretudo de progressiva nobilitação do governo municipal eborense, não sendo propriamente novo, terá conhecido um forte impulso nos finais do período fernandino, tendo-se acentuado de forma definitiva durante o reinado do monarca de Avis. Entre outros fatores, a aristocratização do ambiente concelhio terá sido favorecida pela aproximação da cidade e da sua administração à coroa, assistindo-se, mesmo, à entrada ou à promoção, no interior do grupo governativo, de gente fortemente vinculada ao monarca. Um fenómeno evidente com a nomeação dos regedores, mas que não se esgotava nele. A forte intervenção da coroa na administração e o ajustamento do seu *modus operandi* de acordo com as lógicas régias, sobretudo evidente nos anos finais do período joanino, acabou também por favorecer a presença na administração de muitos outros homens próximos do monarca e da coroa referenciados como escudeiros, vassallos e criados dos monarcas²⁸ ou dos infantes ou ligados a gente influente na Corte. Caso, por exemplo, identificado, de Afonso Eanes, criado do Condestável²⁹, como por exemplo o caso de Martim Afonso, sobrinho do Corregedor João Mendes de Góis³⁰, entre outros.

A projeção de Évora no quadro sociopolítico do reino e a sua crescente afirmação como cidade cortesã, assim como a promoção social de muitos dos seus governantes, que ocorreu na sequência da crise dinástica, são fatores incontornáveis quando procuramos entender este

²⁸ Por exemplo, Lopo de Soure, criado do rei (nota biográfica n.º 104), Lourenço Eanes, criado do rei (nota biográfica n.º 106), Rodrigo Eanes, amo do rei (nota biográfica n.º 151), Vasco Afonso do Samouco, criado do rei (nota biográfica n.º 164).

²⁹ Veja-se nota biográfica n.º 2.

³⁰ Veja-se nota biográfica n.º 122.

fortíssimo processo de aristocratização da administração concelhia eborense. Note-se, ainda, que esta maior rotação da cidade em torno do eixo da Corte, acabou por atrair também a Évora um conjunto de famílias nobres, de diferentes graus e origens, que se instalou na cidade, e que não deixou de ter também uma palavra a dizer na governação municipal. Se os mais destacados, como os Castro ou os Melo, apenas indiretamente o fizeram, o mesmo não se passou com uma nobreza de serviço, que se movimentava na Corte, que nas suas lógicas de expansão procuram no sul as oportunidades de afirmação. Alguns dos seus ramos fixaram-se na cidade, acabando por se envolver na gestão camarária. Terá sido esse o caso dos que usavam os apelidos Brito, Góis, Cerveira, Nogueira ou Fonseca, cuja presença no interior do grupo governativo largamente contribuiu para o “enobrecimento” da administração.

É, pois, neste ambiente social, fortemente marcado pelo ideário e pelos horizontes nobilitantes, que devem ser entendidas as estratégias sociais dos que foram passando pela administração, mesmo daqueles que muito embora não tivessem obtido, ainda, a entrada nos grupos nobiliárquicos, perseguiriam socialmente esse desígnio. Uma aspiração que, diga-se, ia sendo acalentada por um contexto sociopolítico bastante favorável à mobilidade, e que na prática levaria a que muitos, na ânsia da almejada nobilitação, se procurassem colar às lógicas de funcionamento da nobreza. Os mercadores constituem, talvez, um bom exemplo deste mimetismo social. Incapazes de se imporem num contexto dominado por uma pequena nobreza, em ascensão, que em alguns casos viu reforçada as respetivas posições sociais no contexto da crise, a afirmação dos homens de negócios eborenses e, em particular dos que vemos no concelho, não passou pelo reforço da sua condição de mercadores ou pela procura de formas distintivas de atuação. Pelo contrário, as suas estratégias sociais, como demonstraremos adiante, irão passar pela procura de assimilação às formas de vida e de comportamentos dessa nobreza que constituía a primeira linha da vida social concelhia.

Note-se que, apesar de todas as diferenças que os separavam e dos diferentes patamares dos processos ascensionais em que se encontravam, todos estes homens que vemos na governação da cidade, compartilhavam de um mesmo desejo e de uma mesma ambição de afirmação e de promoção social.

Para eles, a passagem pelo poder municipal, constituiu, apenas, um dos vetores das suas estratégias de afirmação social. Se, para uns, a presença no órgão que decidia os destinos locais, se constituía como uma estratégia de longo prazo, para outros, a passagem pelo poder foi apenas um patamar dos seus percursos, como que uma rampa de lançamento, que lhes abriu as portas para outros voos sociais. Voos, que, diga-se, quando se revestiam de êxito, acabavam por ditar o afastamento da administração. Foi o que se verificou, por exemplo, com os d’Arca, ou com alguns dos mais dedicados membros dos Lobo, que quando atingiram um

certo patamar de sucesso social se desinteressam pelo exercício efetivo do poder municipal. As suas lógicas de afirmação passaram a orientar-se para outras dimensões.

Nas páginas seguintes, e sem perdermos de vista os fatores conjunturais, procuraremos identificar, tanto quanto as fontes o permitem, as estratégias, as lógicas e os mecanismos de reforço de posições seguidas pelos nossos homens e respetivos grupos familiares.

Os mecanismos de afirmação social são múltiplos, proporcionados por um contexto global que ia permitindo fenómenos de mobilidade social ascendente. No sentido de tornar inteligível a sua análise, dividimo-los em dois níveis.

Num primeiro, abordaremos a afirmação do poder destes homens na cidade. Para uma grande maioria foi a partir dela que estruturaram os seus processos ascensionais ou de consolidação de posições, continuando quase todos, mesmo quando alcançavam um maior destaque, a manter uma forte relação com a cidade, onde detinham o centro dos seus interesses. Para além do concelho, a sua presença fazia-se sentir em outras instituições urbanas, que igualmente controlavam e das quais se aproximaram com sentido estratégico. Uma outra dimensão, incontornável para o entendimento do reforço das suas posições, também ela muito ligada à cidade e ao seu entorno rural, diz respeito à riqueza e ao poder material. Reforçá-los constituiu um objetivo transversal, que todos, independentemente do estatuto que patenteavam, procuraram engrandecer, beneficiando, nesse objetivo, da capacidade de controlo da economia urbana, que o exercício do poder político também proporcionava.

Num segundo momento, procuraremos identificar outras vias de reforço das posições sociais. Entre elas, destacaremos três, que surgem como mais evidentes: a) a igreja, mais concretamente, a aposta nas carreiras eclesiásticas, que como se sabe, constituíam um eficaz mecanismo de ascensão social para os grupos oriundos das elites urbanas. No caso de Évora, esta possibilidade foi de alguma forma amplificada pela presença da catedral na cidade; um incontornável polo de poder a partir do qual algumas famílias estruturaram os seus percursos; b) Também as ordens militares serviram os intentos de afirmação, contribuindo, no campo simbólico, para a obtenção de um acréscimo de prestígio social, que a pertença a uma ordem de cavalaria conferia. Note-se que a ligação à função guerreira se revelava essencial para estas famílias em busca da nobilitação ou da confirmação da sua posição no seio da nobreza; c) por fim, a procura de aproximação ao que genericamente podemos designar de serviço régio. Uma aposta decisiva, já que era o monarca que validava socialmente os processos ascendentes,

havendo ainda a considerar que o próprio serviço régio, pela sua natureza, prestigiava os que se encontravam a ele ligados. Incluímos nesta categoria as carreiras na administração central ou periférica, o desempenho de cargos de natureza militar e outros. Muito embora não corresponda a um serviço régio no sentido estrito do termo, não podemos deixar também de incluir o papel que estes homens desempenharam nos campos de batalha, que assumia um valor inquestionável para os monarcas. A conjuntura, duramente marcada pela guerra, e o papel geoestratégico de Évora, conferiu a muitos, dos da cidade, um protagonismo que acabou por ter retorno no campo do reconhecimento social. A guerra constituiu, talvez, um dos fatores que mais claramente contribuiu para o processo de reconhecimento social e de ascensão destes homens, como procuraremos demonstrar adiante.

2. O PODER URBANO

2.1. A AFIRMAÇÃO DO PODER NA CIDADE. O ENVOLVIMENTO NAS INSTITUIÇÕES URBANAS

Uma das dimensões incontornáveis nos processos de afirmação destes homens foi a capacidade que tiveram de se impor na cidade. Mesmo antes de chegarem ao concelho, muitos deles de há muito que marcavam a sua presença em diversas instituições urbanas. Muitas vezes, a sensação com que se fica, quando se equacionam as suas trajetórias, é de que a aproximação a essas instituições, sobretudo às mais poderosas, se revestiu de uma enorme relevância nos seus percursos ascensionais. Mas se, por um lado, a diversidade dessas ligações podia favorecer o seu protagonismo e a sua entrada no círculo restrito dos que governavam a cidade, por outro o exercício do poder político ampliou também, e de que maneira, a sua capacidade de controlo sobre algumas dessas entidades.

As confrarias que os nossos homens integraram e nas quais desempenharam papéis relevantes são um bom exemplo desse envolvimento no âmago da realidade urbana. Trata-se, como se sabe, de instituições de assistência, com objetivos mutualistas, que conheceram uma ampla expansão na baixa Idade Média e que não sendo um fenómeno exclusivamente urbano, tiveram um forte impacto na vida das cidades³¹. Em Évora, muito embora não tivessem

³¹ As confrarias desde há muito que têm vindo a ser abordadas pela historiografia europeia. Para um ponto da situação sobre a produção científica em torno desta temática, pode ver-se André VAUCHEZ, "Les confréries au Moyen Age: esquisse d'un bilan historiographique". *Revue Historique*. N° 275, 1986, pp. 467-477. Adiantam-se, também, dois trabalhos que abordam de uma forma genérica algumas questões relativas ao movimento confraternal em diversas realidades europeias: Giancarlo ANGELOZZI, *Le confraternite laicali: un'esperienza cristiana tra medioevo ed età moderna*. Brescia, Queriniana, 1978. Agostino PARAVICINI (ed.), *Le mouvement confraternel au Moyen Âge: France, Italie, Suisse, Actes de la table ronde organisée par l'Université de Lausanne avec le concours de l'École Française de Rome*. Roma, 1987.

atingido a diversidade nem o número que tinham em outras paragens, como acontecia, por exemplo, em algumas das grandes cidades peninsulares, onde o seu número se chegava a aproximar da centena³², o movimento confraternal teve também um peso incontornável no viver quotidiano da urbe transtagana, contabilizando-se, no seu seio, um cômputo considerável de confraternidades³³.

Imbuídas de um ideal religioso e de uma forte componente espiritual, as confrarias tinham, como se sabe, como principal finalidade promover a ajuda mútua entre os membros

Para uma leitura de conjunto do papel e da evolução das confrarias na Idade Média Portuguesa, vejam-se, entre outros, Maria Ângela BEIRANTE, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, ed. Autora, 1990; Maria Helena da Cruz COELHO, "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte" in *XIX Semana de Estudios Medievales*. Estella, 20 a 24 de Julio de 1992: *Cofradías, grêmios, solidariedades en la Europa Medieval*, Pamplona, Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1993, p. 149-183; Saul António GOMES, "Notas e Documentos Sobre as Confrarias Portuguesas Entre o Fim da Idade Média e o Século XVII: o Protagonismo Dominicano de Stª Maria da Vitória", in *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tomo 7, *Confrarias, Religiosidade e Sociabilidade*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - UCP, 1995, pp. 89-150. Pedro Penteado, autor da entrada "confrarias", no Dicionário de História Religiosa de Portugal, apresenta uma boa síntese sobre as confrarias e a sua evolução, com abundante bibliografia sobre a temática, Pedro PENTEADO, "Confrarias", in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470. Para um balanço do estado da questão, é incontornável o levantamento bibliográfico efetuado por Maria de Lurdes ROSA, "Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais", in *Lusitania Sacra*. Lisboa, 2ª S. 21, 2009, pp. 75-124.

³² Sevilha, por exemplo, tinha 91 confrarias, nos finais da Idade Média, Saragoça, cerca de 79 e Valência 61. De qualquer modo, o número de confrarias eborenses, superior a uma dezena, era, por exemplo, superior ao de Salamanca (6), León (5) ou Segóvia (4), cf., Germán NAVARRO ESPINACH "Las Cofradías Medievales en España", *HISTORIA 396*, Nº 1, 2014, pp. 107-133. Este autor, no artigo citado, faz uma boa síntese do estado da investigação do tema relativo aos vários reinos peninsulares, com indicação da bibliografia mais relevante. Sobre o número de confrarias eborenses, veja-se Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *A propriedade das albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, Lisboa, INIC/CEHUNL, 1990, pp. 26-27.

³³ Ao longo do período medieval, o número de confraternidades teve algumas variações, assistindo-se ao nascimento, extinção ou fusão de institutos. No nosso período, as albergarias ativas, digamos assim, eram as de Jerusalém, do Corpo de Deus de Santo Antoninho (ou santo Antão), do Corpo de Deus da Sé, a do Santo Espírito, de S. Gião, S. Bartolomeu, S. João, S. Salvador (que terá sido anexado ao de Jerusalém por volta de 1391, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (nº 62), fl. 19v) e Santa Catarina. Ao longo do período medieval, terão existido ainda outras: a da Trindade e a de S. Francisco (aparentemente já extintas na nossa cronologia). Bernardo Vasconcelos e Sousa (*op. cit.*, p. 29) indica ainda outras albergarias que, possivelmente, terão funcionado também como confraternidades, a albergaria da Rua do Cano, a Albergaria dos Mancos, a Albergaria de Santa Susana, a albergaria da Comuna dos Mouros, a que se somavam, a Gafaria de S. Lázaro e o Hospital de S. Brás, destinado aos pestilentos, que surgiu na década de oitenta de quatrocentos. Sobre as confraternidades eborenses, veja-se, também, Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média ...*, pp. 100-110 e 327-333, e o referido trabalho de Bernardo Vasconcelos e Sousa. Muito embora se encontrem centrados no património, estes trabalhos dão algumas achegas sobre vários aspetos do funcionamento e da vivência dos institutos. De perfil diverso é o estudo de Ana Sofia Cláudio, cujo fulcro de análise são os homens que as compunham e os objetivos que os moviam. Veja-se: Ana Sofia CLÁUDIO, *São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o Estudo das Elites Eborenses no Final da Idade Média*, dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, Universidade de Évora, 2002.

da irmandade, em termos materiais³⁴ e espirituais, ganhando particular relevância, neste último aspeto, o acompanhamento na morte, mais concretamente nas exéquias fúnebres e nos ofícios por alma dos confrades. Mas, numa época em que se assistia ao crescimento do ideal de ajuda aos pobres e necessitados, em grande medida impulsionado pela forte disseminação dos princípios e das práticas mendicantes, as confrarias passaram a assumir também uma vertente caritativa e assistencial mais vasta que não se confinava ao círculo restrito da irmandade, alargando-se a todo o contexto urbano. Era, por isso, comum que cada uma das confrarias tivesse o seu pequeno hospital/albergaria. Somados, estes institutos cumpriam, na cidade, um papel indispensável na assistência aos desfavorecidos: mendigos, doentes, inválidos, presos, peregrinos e viajantes, por exemplo³⁵.

No caso de Évora, e tendo em atenção os dados que chegaram até nós, não temos muitas certezas sobre os critérios que estavam na base da aceitação dos indivíduos como membros de uma dada confraternidade. Em algumas delas, o recrutamento parece ter-se feito preferencialmente no quadro paroquial, sendo comum, entre os seus membros, a presença de homens oriundos da freguesia em que a instituição se encontrava sedeada³⁶. Contudo, isso nem sempre acontecia, já que mesmo nelas é possível encontrar também indivíduos moradores nas mais diversas zonas da cidade e fregueses de outras paróquias. Em outros casos, parece verificar-se uma certa predominância de indivíduos ligados a determinados ofícios, como acontecia, por exemplo, com a confraria de S. Gião, onde o número de hortelãos era significativo³⁷, mas o facto de, entre os seus confrades, encontrarmos também homens com outras situações sociais, afasta a ideia de estarmos face a algo semelhante a uma confraria de ofícios³⁸. Muito embora esse tipo de confraternidades socioprofissionais,

³⁴ A documentação das confrarias dá-nos alguns exemplos muito claros deste tipo de entreatada. Um dos mais curiosos diz respeito ao apoio concedido, pelos confrades de Jerusalém, a um dos seus irmãos. Vale a pena fazer referência, ainda que abreviadamente, a este caso pelo que tem de esclarecedor. No dia 08 março de 1411, em Évora, na capela do Hospital de Jerusalém, na presença dos confrades, estes decidem auxiliar Martim Afonso Vesugo, ao tempo alcaide do Hospital, que jazia doente em sua casa, numa cama. Referindo-se que Martim Afonso, durante muitos anos fora mordomo, recebendo as rendas e direitos, tendo mandado fazer no Hospital muitas benfeitorias, e considerando que ele e a sua mulher, Maria Afonso, eram já velhos e cansados e não podiam ganhar de comer, como até aí, em seu ofício, concedem-lhe mantimento, em dias de sua vida, pelos bens e rendas do Hospital. Estabelecem, ainda, que não serão retirados das casas do Hospital em que moram. Fazem-no, tendo em consideração “o bom regimento e as muitas benfeitorias e acrescentamento”, que fizera ao Hospital, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém (n.º 62)*, fls. 49v, 50.

³⁵ Maria de Lurdes Rosa, no trabalho já citado fornece uma ampla bibliografia sobre as questões da pobreza e a assistência no Portugal medieval, cf., Maria de Lurdes ROSA, *Op. Cit.*, especialmente pp. 77-80.

³⁶ Este aspeto é muito evidente na de Santo Antoninho. Veja-se Ana Sofia CLÁUDIO, *op. cit.*, 73-77.

³⁷ Cf., Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, p. 582.

³⁸ Referimo-nos a confrarias assistenciais e religiosas que não devem ser confundidas com associações de natureza profissional ou corporações, muito embora, em muitos casos, elas possam ter estado na sua

exclusivas de certos ofícios mecânicos, por exemplo, fossem comuns em outras realidades³⁹, elas não parecem ter tido expressão em Évora, como já notou Ângela Beirante⁴⁰ e os dados relativos ao nosso período também corroboram.

No caso eborense, como em outras geografias nacionais, as confrarias parecem, pois, ter-se pautado por alguma abertura social, incluindo-se na categoria que alguns autores designam de verticais, por nelas se incluir uma enorme diversidade de situações, não existindo, pelo menos em teoria, restrições de natureza social na aceitação dos confrades, com exceção, como é óbvio, dos pertencentes às minorias religiosas e dos homens não livres⁴¹. Não significava isso que não se verificassem diferenças, entre as confrarias da cidade, no que diz respeito ao perfil social dos seus confrades. Não importando por ora aprofundar a questão, os dados que temos indicam a existência de significativos contrastes entre elas, quer sob o ponto de vista da riqueza patrimonial⁴², quer no que diz respeito ao destaque dos seus membros.

origem. Sobre a distinção destes conceitos, pode ver-se, Arnaldo de Sousa MELO, Arnaldo de Sousa MELO, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, Dissertação de Doutoramento em História – Área de Conhecimento de Idade Média, apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2009, pp. 137-146.

³⁹ Sobretudo além-fronteiras. No Portugal medieval, mesmo em cidades marítimas e de forte desenvolvimento artesanal, como era o caso do Porto, por exemplo, as confrarias de mester eram pouco numerosas. Arnaldo de Sousa Melo, na sua dissertação de Doutoramento, identificou apenas uma, a dos sapateiros, como sendo inequivocamente de ofícios. Em outras, mesmo que o número de homens de certos ofícios pudesse assumir algum peso, eles não eram exclusivos. Só a partir do século XVI terão surgido institutos específicos de determinados ofícios. Cf. Arnaldo de Sousa MELO, *O trabalho...*, pp. 415-416. Esta realidade era transversal aos núcleos urbanos portugueses, marcados pela debilidade dos movimentos associativos dos mesterais, como notou Maria Helena da Cruz COELHO, “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades ...”, p. 157.

⁴⁰ Cf., Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, p. 438.

⁴¹ Entre muitos outros possíveis, um exemplo da diversidade social dos confrades, consta-se no Hospital de Jerusalém, onde no seio de um grupo altamente elitizado, se inclui um sapateiro. Tal fica expresso, por exemplo, num contrato datado 21 de Setembro, de 1428, realizado em Évora, na capela do Hospital de Jerusalém, onde são identificados como confrades: Martim Lopes Lobo, cavaleiro, alcaide, Gonçalo Dias de Espinho, escudeiro, mordomo, Nuno Afonso, escrivão, Fernão Lopes Lobo, cavaleiro, Vasco Rodrigues Façanha, Rodrigo Esteves Conto e meio, Vasco Gil, Palmeiro, Lourenço Vicente Bavainho, Nuno Fernandes Lobo, filho de Fernão Lopes Lobo, escudeiros, Lourenço Afonso, sapateiro, confrades. Cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém (n.º 62)*, fls. 85, 85v.

⁴² Bernardo Vasconcelos e SOUSA, no seu trabalho sobre as albergarias de Évora, que já várias vezes citámos, estabelece um quadro comparativo da composição da propriedade de oito albergarias da cidade, por tipologia e número de imóveis. Muito embora, a mera contabilização do número de bens, e não o seu valor real, deva ser tomado como indicativo, não ficam muitas dúvidas sobre a enorme diferença de riqueza imobiliária entre as diversas albergarias da cidade. Veja-se, por exemplo, o caso da de Jerusalém, de longe a mais rica, que detinha, nos finais da Idade Média, cerca de 119 imóveis urbanos e 115 rústicos (sendo que o autor incluiu nesta categoria os bens periurbanos, claramente maioritários no conjunto deste tipo de bens). Em termos de volume patrimonial, digamos assim, seguia-se a Albergaria de Santo Antoninho (Santo Antão), com 93 bens urbanos e 38 rústicos. As restantes albergarias ficam a uma enorme distância destes valores, a de S. Gião e a do Corpo de Deus da Sé, que eram as que se seguiam em termos de volume patrimonial, detinham respetivamente, 42 bens urbanos e 20 rústicos, e 22 bens urbanos e 35 rústicos. Todas as outras consideradas, Santo Espírito, S. João, S. Bartolomeu e Santa Catarina, pouco ultrapassavam a dezena de imóveis, entre urbanos e rústicos. Cf., Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Op. cit.*, p. 48. Sobre a questão do património imobiliário das

Como seria de esperar, os nossos homens integraram preferencialmente as albergarias mais ricas e prestigiadas. Muito embora alguns deles surjam referenciados nas de S. João⁴³, S. Bartolomeu⁴⁴, Santo Espírito⁴⁵, S. Gião ou o Corpo de Deus da Sé⁴⁶, nestes casos quase sempre como dirigentes, a sua presença é maioritária nas confrarias de Jerusalém e na do Corpo de Deus de Santo Antoninho, que eram aquelas que claramente se destacavam no contexto urbano⁴⁷. Instaladas nas zonas mais dinâmicas e de maior crescimento⁴⁸, estas duas instituições reuniam entre os seus confrades alguns dos mais destacados vizinhos, neles se incluindo muitos dos que passaram pela governação local. Em Santo Antoninho constata-se,

albergarias de Évora, pode ver-se também, Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 327-333. A autora, corroborando as conclusões de Bernardo Vasconcelos e Sousa, segue critérios distintos no que diz respeito à propriedade urbana e rústica, não incluindo nesta última, as pequenas parcelas da periferia citadina.

⁴³ Por exemplo, João Afonso da Regueira, que foi alcaide desta albergaria. Cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 94, 94v.

⁴⁴ É o caso, por exemplo, de Álvaro Vasques Tisnado, que foi confrade e alcaide deste instituto, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito de S. Bartolomeu e de S. Gião* (n.º 63), fls. 54-54v.

⁴⁵ Por exemplo, Gonçalo Esteves Quadril de Pega, cf., ADE, *Misericórdia, Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 74v-75. Também Lopo Fernandes da Costa foi alcaide e confrade desta albergaria, cf., *ibidem*, fls., 72v-73v, 73v,74, 74v,75.

⁴⁶ Caso de Rodrigo Eanes Mousinho, alcaide deste instituto, cf., por exemplo, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 112, 112v.

⁴⁷ Cf., Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 580 e 583.

⁴⁸ A de Santo Antoninho localizava-se nas imediações da igreja do mesmo nome e não muito distante da praça da porta de Alconchel que era, cada vez mais, o centro económico, cívico e político da cidade. Sobre a localização da de Jerusalém não existem muitas certezas, sendo possíveis dois lugares, junto à judiaria – e, neste caso, ficaria também ele junto da Praça da Porta de Alconchel – ou na área do atual convento da Graça, numa das principais artérias que davam acesso à praça. Como já tivemos oportunidade de esboçar em comunicação, sobre os espaços residenciais dos membros da oligarquia eborense, a apresentada no *II Seminário Internacional: Imagem, Identidade e Memória da Cidade na Idade Média*, promovido pelo CIDEHUS-UÉ (Centro interdisciplinar de História, Sociedade Cultura da Universidade de Évora), que decorreu na Universidade de Évora, nos dias 13 e 14 de Outubro de 2011, a praça e as ruas adjacentes, algumas das quais possivelmente ampliadas pela demolição da antiga muralha da urbe, designada documentalmente como *muro velho*, constituía, nessa altura, uma das zonas residenciais mais nobres da cidade. Em torno da praça residiam alguns dos mais ricos mercadores. Caso de Martim Afonso Arnalho (IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. C-CIII e ADE, CME, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. CXXVv, CXXVI, n.ºs. 126v-127), do mercador Afonso Sanches, mais concretamente, na rua do Raimundo acerca da praça (ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos da Casa de S. Lázaro* (n.º 65), fls. 3v). Também outros homens que temos no concelho viviam nessas imediações, Rui Salvado, na rua de Alconchel (ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 58, 58v); Vasco Rodrigues Façanha e Lopo Rodrigues, hastieiro, na mesma rua, próximo da igreja de Santo Antão (Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 237 e ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 80). Sobre a localização destes institutos e sobre as ruas da cidade, veja-se Afonso de CARVALHO, *Da Toponímia de Évora. Dos meados do Século XII a finais do século XIV*, Évora, Edições Colibri, vol. I, 2004.

por exemplo, a presença dos Espinho, Façanha, Mascarenhas ou Pestana, sendo comum, no seio da confraternidade de Jerusalém, os apelidos Fuseiro, Lobo ou Murzelo, por exemplo⁴⁹.

Muito embora um mesmo indivíduo pudesse pertencer, em simultâneo, a várias albergarias⁵⁰, o mais comum é que surgisse preferencialmente ligado a uma delas, numa relação que se podia estender ao longo de várias décadas⁵¹. Essa ligação era, muitas vezes, de cariz familiar, sendo comum a presença, entre os confrades, de diversos membros aparentados entre si, por vezes, integrantes de várias gerações, assim se assegurando a continuidade da relação com o instituto⁵².

Note-se que, na maior parte dos casos, os que constituem o nosso universo de estudo não se limitaram a integrar as albergarias como confrades. Muitos deles passaram também pelas funções de alcaide e de mordomo. O primeiro, um cargo essencialmente honorífico e de representação, que se revestia de algum prestígio; o segundo, um lugar com funções ligadas à gestão financeira e patrimonial. Entre os alcaides contam-se homens como, por exemplo, Diogo Afonso Mealha⁵³, Fernão Gonçalves Façanha⁵⁴, Fernão Martins Pestana⁵⁵, João Afonso da Regueira⁵⁶, João Martins de Pina⁵⁷, Lopo Fernandes da Costa⁵⁸, Martim Lopes Lobo I e II⁵⁹,

⁴⁹ Ana Sofia CLÁUDIO, *op. cit.*, pp. 89-101.

⁵⁰ Como parece ser o caso de João Martins de Pina, referenciado como alcaide de S. João e confrade da albergaria do Santo Espírito, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 91, 91v e), fls. 82,82v, fls. 84, 84v. É também esse o caso de Lourenço Vicente Bavainho, referenciado nas albergarias de Jerusalém e de S. Gião, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 81, 82, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 11v e 13v e fl. 15.

⁵¹ Foi o que verificou, por exemplo, com Fernão Gonçalves Façanha referenciado na albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho entre 1380 e 1409. Veja-se nota biográfica nº 41.

⁵² Como, por exemplo, pais e filhos, como João Murzelo e o seu filho homónimo, presentes em simultâneo na albergaria de Jerusalém, Cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 104,104v, 105,105v; de sogros e genros, como se verifica com Rodrigo Eanes Mousinho e João Lourenço, ambos confrades do Hospital do Corpo de Deus da Sé, ou com João Murzelo e Rodrigo Esteves Conto e Meio, na de Jerusalém, cf., respetivamente, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 112v, 113,113v, e ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 78v, 79, 79v,80, 80v, 81, 82.

⁵³ Alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, nos anos: 1406 e 1497, Cf., ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 75, 75v fls. 75v, 76v,77v, 78, 80v e fls. 81, 81v. Veja-se nota biográfica nº 23.

⁵⁴ Alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, nos anos: 1381, 1383 e 1389, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 7; fls. 9, fls. 14. Veja-se nota biográfica nº 41.

⁵⁵ Com ligação efetiva ao concelho entre 1408 e 1416. Foi alcaide da Albergaria de S. João em 1411, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 94, 94v. Veja-se nota biográfica nº 46.

⁵⁶ Com ligação ao concelho entre 1384 e 1410. Foi alcaide da Albergaria de S. João em 1411 e em 1413, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 94, 94v, 88, 89v. Veja-se nota biográfica nº 72.

Pedro Eanes Peão⁶⁰, Rodrigo Eanes Mousinho⁶¹, Rodrigo Eanes da Regueira⁶² ou Rui Mendes de Chaves⁶³. Como mordomos, vale a pena destacar o papel de Gonçalo Dias de Espinho⁶⁴, que encontramos, documentalmente, como responsável pela administração financeira e patrimonial da albergaria de Jerusalém, entre 1426 e 1430⁶⁵. É provável, tendo em atenção a forte influência que exerceu no instituto, que tivesse exercido as funções para além dessas datas. Note-se que, muito embora, os mandatos fossem anuais, este homem os terá sucessivamente renovado, num claro testemunho da relevância do seu papel no seio do seu instituto⁶⁶, onde, refira-se a propósito, encontramos também o seu irmão, Lopo Dias de Espinho, como alcaide⁶⁷.

⁵⁷ Com ligação ao concelho balizada entre 1420 e 1459. Alcaide de S. João em 1433/1434, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 93v, 89, 89v, 90, 90v, 92v, 93. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 91, 91v. Veja-se nota biográfica n.º 85.

⁵⁸ Presente nos cargo em 1423/1424. Foi alcaide da Albergaria do Santo Espírito, em 1426, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 74v,75. Veja-se nota biográfica n.º 99.

⁵⁹ Vejam-se biografias n.ºs 126-127. Foi alcaide em 1407 da Albergaria de Jerusalém, ano em que exerceu as funções de juiz, e nos anos de 1409, 1410, 1411 e 1412 cf. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. fls. 45, 45v, 46,47, 47, 48, 49v, 50, 50v, 51, fls. 51v, 52, fls. 52v, 53. Num documento cuja data não foi possível apurar é referenciado nas mesmas funções, *ibidem*, fls. 27,27v. O que supomos corresponder a Martim Lopes Lobo II, presente nos cargos entre 1420 e 1439, surge também como Alcaide da mesma albergaria, nos anos de 1426, 1428, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 78v, 79, 79v,80, 80v, 81, 82, 85, 85v.

⁶⁰ Passou pelo concelho entre 1375 e 1402. Foi alcaide do Hospital de Jerusalém, em 1387, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 13v. Veja-se nota biográfica n.º 141.

⁶¹ Foi vereador concelhio no ano de 1422/1423. Exerceu as funções de alcaide Albergaria do Corpo de Deus da Sé, em 1425. Veja-se nota biográfica n.º 155.

⁶² A sua carreira concelhia foi uma das mais longas, balizada entre 1409 e 1450. Em 1429 foi alcaide da albergaria do Espírito Santo, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 72v, 73v. Veja-se biografia n.º 157.

⁶³ Exerceu funções de vereador em 1433/34, foi alcaide de Jerusalém em 1438 e 1439, cf., ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 92,92v e 100v, 101. Veja-se nota biográfica n.º 161.

⁶⁴ Deteta-se nos cargos concelhios entre 1401 e 1423. Mordomo da Albergaria de Jerusalém, em 1419, 1426, 1428, 1429, 1430, cf., *ibidem*, fls. 61, 61v; fls. 77, 78v, 79, 79v,80, 80v, 81-82, 85-85v, 88, 88v, 97, fls. 90,91v, fls. 104,104v, 105,105v. Veja-se biografia n.º 59.

⁶⁵ *Ibidem*, fls. 77, 78v, 79, 79v, 80, 80v, 81-82, 88-88v, 89, 90-91.

⁶⁶ De qualquer modo, a sua gestão não deixou de se revestir de alguma polémica, que foi dirimida nos tribunais. O Hospital, tomando as contas dos seus mandatos e concluindo que “mais despendera do que o que recebera” considera-o devedor de 12.500 reais brancos. A dívida incluía também o foro, que nunca terá pago, de dois ferragiais que, há vários anos, trazia do instituto. Em 1442, o contencioso acaba por ser dirimido amigavelmente. Os dirigentes do Hospital, levando em linha de conta que Gonçalo Dias de Espinho era já homem velho, só e “amiúde” doente, e tendo em consideração que era confrade antigo, e que prestara muito serviço ao Hospital, obrigam-no, apenas, a *encampar* dois ferragiais da instituição que tinha em sua posse.cf., *ibidem*, fls. 104, 104v, 105,105v.

⁶⁷ *Ibidem*, fls. 61, 61v.

Para os nossos homens, a passagem por estas instituições não deixou de ter algum significado e de contribuir, também, para os seus processos de reconhecimento social e para o seu protagonismo público⁶⁸. Desde logo, porque estes institutos, apesar da sua micro dimensão, constituíam células de convivência muito ativas, fortemente enraizadas no tecido social urbano, projetando a sua ação em diversos âmbitos do quotidiano citadino. O económico era um deles, já que sendo detentoras de consideráveis patrimónios, sobretudo urbanos e periurbanos, abrigavam a um forte envolvimento com as dinâmicas sociais e económicas da cidade. A sua vocação caritativa e assistencial, como vimos, traduzia-se também numa ação direta junto de diversos segmentos sociais urbanos. No campo espiritual, as confrarias marcavam o imaginário urbano, com as suas formas próprias de viver a religiosidade e as suas manifestações públicas, que projetavam um dada imagem da confraternidade junto dos moradores.

Não negligenciável terá sido também o seu contributo para a consolidação das posições sociais dos nossos homens, pelo facto de permitir o reforço dos laços com os membros dos grupos em que já se inseriam ou em que se procuram inserir⁶⁹. É possível que para alguns, nomeadamente para aqueles que traçaram individualmente percursos ascensionais a partir dos estratos populares, a entrada nos institutos de maior destaque, e a partilha de laços confraternais com homens prestigiados, tivesse constituído como que um primeiro patamar de integração e aceitação entre o escol dos que dominavam a cidade. Poderá ter sido esse, porventura, o caso de mercadores como Fernão Gonçalves Façanha ou Vasco Durães e outros com nomes igualmente menos sonantes, como João Afonso da Regueira ou Gil Eanes Juanejo, que integraram as confrarias de Santo Antoninho e de Jerusalém.

Note-se que, sobretudo estas últimas, eram sob o ponto de vista da sua composição social quase como que um prolongamento do próprio concelho, tal a similitude de nomes dos que passaram por uma e por outra entidade. Basta um exemplo, escolhido quase aleatoriamente entre tantos outros possíveis, para que isso fique evidente. Assim, em 1426, no dia 20 de maio, aquando da realização de um contrato de aforamento de bens de Jerusalém, são identificados como confrades: Martim Lopes Lobo, cavaleiro, que era, na altura, alcaide do instituto; Gonçalo Dias de Espinho, escudeiro, que cumpria mais um mandato como mordomo;

⁶⁸ A importância que este tipo de instituições assumiu nas estratégias de poder das oligarquias urbanas foi já destacado por diversos autores, veja-se, por exemplo, Maria ASENJO GONZÁLEZ, “urban system as an oligarchy structuring process”, in Marc BOONE (ed.), *Studies in european urban history, (1100-1800)*, n.º 19, *Oligarchy and patronage in Late Medieval spanish urban society* (ed. Maria ASENJO GONZÁLEZ), Turnhout, Brepols Publishers, 2009, p. 41.

⁶⁹ Ana Sofia Cláudio, no seu estudo sobre as confrarias eborenses, chamou já a atenção para a importância de que o reforço dos vínculos, criados no seio destas associações, se podia revestir em termos políticos e sociais, cf. Ana Sofia CLÁUDIO, *op. cit.*, p. 118

Nuno Afonso, criado de Martim Vicente Godinho, escrivão do hospital, Fernão Lopes Lobo, João Murzelo e Rodrigo Esteves Conto-e-Meio, seu genro; João Rodrigues, palmeiro, escrivão dos almotacés, João Esteves, genro de João Longo, Vasco Rodrigues Façanha, Lourenço Esteves que foi tabelião e Rui Gonçalves, que foi carcereiro do Bispo⁷⁰.

Para além do Alcaide e do Mordomo, dois homens fortes da governação, como já sabemos, contavam-se, ainda, no rol dos confrades, outros indivíduos igualmente nossos conhecidos dos palcos municipais. É o caso de Fernão Lopes Lobo, João Murzelo, Rodrigo Esteves Conto-e-Meio, João Boto e Vasco Rodrigues Façanha. A eles se somava João Rodrigues, escrivão dos almotacés, que se movimentava também em torno dos oficiais concelhios. Um exemplo claro do controlo que a oligarquia dirigente, instalada no concelho, exercia sobre estas instituições urbanas, que, aliás, em diversos aspetos, seguia os próprios modelos de organização da administração municipal⁷¹.

Em Évora, as confraternidades não parecem ter assumido objetivos reivindicativos, nem funcionado como “grupos de pressão”, como acontecia em outros locais, nomeadamente, com as confrarias de ofícios, cujo papel na defesa dos interesses socioprofissionais podia ser considerável e que, muitas vezes, era a razão da sua força e da sua existência⁷². As confraternidades eborenses, talvez pela diversidade da sua composição social, não tiveram um papel revelante a esse nível. Ao invés, elas confundem-se com o próprio poder municipal, de tão próximas que se encontravam do concelho, sendo, no fundo, controladas pelos homens que exerciam o poder político, que sistematicamente surgem como seus dirigentes. Em certa medida, as albergarias, sobretudo as mais dinâmicas, mas não só elas, eram como que um prolongamento, na sociedade civil, digamos assim, do próprio concelho. Direta ou indiretamente, acabavam também por estar ao serviço dos interesses da oligarquia: no campo pessoal, favorecendo o reforço das suas posições sociais e do seu protagonismo público; na dimensão política, contribuindo para aumentar a sua capacidade de controlo sobre a cidade e os seus moradores.

⁷⁰ ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 78v.

⁷¹ Cf., Maria Helena da Cruz COELHO, *op. cit.*, p. 151 e 163.

⁷² Em muitas cidades peninsulares, sobretudo nas mais dinâmicas comercialmente e naquelas em que a produção artesanal tinha um forte peso, as confrarias de ofícios, para além dos seus objetivos assistenciais e religiosos, tinham também um papel muito ativo na defesa dos interesses socioprofissionais não sendo isentas de objetivos políticos. Paulino Iradiel, por exemplo, demonstra-o bem para valência, cf. Paulino IRADIEL, “Corporaciones de oficio, acción política y sociedad civil en Valencia”. *Cofradías, gremios y solidaridades en la Europa medieval / XIX Semana de Estudios Medievales*, Estella, 20 a 24 de julio de 1992, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1993, pp. 253-284.

Mas as albergarias não esgotavam, como é óbvio, o quadro de envolvimento dos oligarcas eborenses com as instituições urbanas. Embora em moldes diversos são também claras as suas lógicas de aproximação aos estabelecimentos religiosos da cidade, sobretudo aos mais ricos e prestigiados. Essa aproximação concretizou-se, para alguns, por via das carreiras eclesiásticas, que, em diversos casos, tiveram início ou passaram pelos institutos eborenses, mas que não se esgotaram nelas.

O caso da catedral é paradigmático a este nível. Trata-se, como se sabe, de uma das mais poderosas (senão mesmo a mais poderosa) instituições sedeadas na cidade e na sua vasta região, cuja influência se fazia sentir em diversos âmbitos da vivência urbana⁷³. Razões suficientes para que não tivesse ficado fora das estratégias dos grupos familiares em ascensão. A análise de alguns percursos individuais, mesmo dos que não enveredaram pelas carreiras religiosas, vai deixando evidente a importância que a relação com a poderosa catedral poderá ter assumido na estruturação das suas trajetórias. Parece ter sido esse o caso, como já tivemos oportunidade de referir, de Vasco Rodrigues Façanha (I). Um dos homens mais influentes na administração municipal, durante o nosso período, que passou por diversos cargos e funções governativas, tendo sido incluído, pelo monarca, entre o núcleo dos primeiros regedores da cidade⁷⁴. Sobretudo num momento inicial da sua vida pública, terá mantido uma forte ligação à catedral, mais concretamente ao Cabido. Nesta entidade, exerceu o cargo de sacerdote⁷⁵, assumindo responsabilidades na sua gestão financeira e patrimonial⁷⁶. A sua presença relativamente regular em diversos atos levados a cabo pelos cónegos, mesmo muito depois de ter deixado o exercício daquelas funções, leva-nos a crer que terá mantido, ao longo da vida, uma grande proximidade com a instituição. Sintomático da sua capacidade de influência no seio da entidade capitular poderá ser, ainda, o facto de, após a sua saída do cargo de sacerdote,

⁷³ Algo claramente demonstrado por Hermínia Vilar no seu trabalho sobre a catedral da eborenses.

⁷⁴ Sobre o percurso de Vasco Rodrigues Façanha e do seu irmão Lopo Rodrigues Façanha, veja-se Joaquim Bastos SERRA "Os "Façanha". Uma família da oligarquia eborenses nos finais de trezentos", Hermínia Vasconcelos Vilar, Maria Filomena Lopes de Barros (eds.), *Categorias sociais e mobilidade na Baixa Idade Média. Entre o islão e a cristandade*, Lisboa, Colibri, 2012, pp. 163-186.

⁷⁵ ACSE, CEC3.VII a), fl.121, *ibidem*, *Pergaminhos dos bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 1, doc. 63.

⁷⁶ O desempenho dessas funções implicava o domínio de procedimentos de gestão contabilística e o traquejo na área dos "negócios", o que nos remete para a possibilidade de Vasco Rodrigues possuir alguma experiência nesse âmbito. Para além da representação externa do cabido no que se refere ao património, da recolha de rendas ou do pagamento de salários, acometiam-lhe outras tarefas de gestão corrente, que passavam, também, pelo controlo da redistribuição de dividendos resultantes do exercício de funções religiosas, obrigando a um minucioso acompanhamento da vida da instituição. Algumas das funções inerentes ao cargo ficam bem evidentes no Livro de Despesa do Sacerdote da Sé (1340/1341), que chegou até nós, de um período não muito distante daquele em que Vasco Rodrigues o terá desempenhado. Veja-se, "O Livro das despesas do Sacerdote do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)", Nuno MONTEIRO; Fernando Vieira da SILVA, Bernardo de Vasconcelos e SOUSA, "O Livro das despesas do Sacerdote" do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)", *Revista de História Económica e Social*, nº 9, 1982, pp. 91-143.

encontrarmos nas mesmas funções um dos seus criados, homem da sua confiança e com o qual manteve um grande proximidade. Trata-se de Fernão Gonçalves, o mercador, já bem nosso conhecido, que foi igualmente prioste do cabido, no final dos anos sessenta de trezentos. Também para ele, a catedral constituiu um marco relevante no seu percurso de vida, permitindo-lhe o contacto com a vida económica de uma das mais poderosas entidades da cidade. É possível que esse contacto com a rica e influente instituição se tivesse revelado importante até para o seu futuro êxito como homem de negócios. Talvez valha a pena referir, ainda, no sentido de ilustrar a importância que a aproximação a uma grande instituição se poderia revestir, que quer um quer outro destes homens não deixaram de aceder, por via dos contratos enfitêuticos, a um conjunto de bens rústicos e periurbanos do cabido, assistindo-se, ainda, à realização de escambos com a instituição⁷⁷, numa demonstração de que o relacionamento mantido com a catedral se mostrou também relevante para a concretização das suas estratégias patrimoniais e económicas. A proximidade com a Sé manteve-se também na morte, já que ambos escolheram a instituição como local de enterramento e nela instituíram ofícios em sua memória e dos seus⁷⁸. Vasco Rodrigues Façanha, numa doação que fez, conjuntamente com a sua mulher, ao cabido, não podia ser mais claro quanto ao valor que atribuía à sua relação com o cabido ao referir, no preâmbulo da mesma, que o faziam em agradecimento “(...) *das muitas ajudas, defendimentos, graças e outros bens*”⁷⁹, que recebeu da instituição e dos seus cónegos no período em que dela foi prioste e procurador. O próprio parece, pois, ter consciência da importância que a aproximação aos influentes círculos de sociabilidade estabelecidos em torno da catedral⁸⁰, assumiu no seu percurso pessoal.

Não parece também improvável que, a um nível diferente, as ligações mantidas no seio da catedral se tivessem revelado importantes na estruturação do percurso dos Tisnado, concretamente de Álvaro e Martim Vasques Tisnado, filhos de um clérigo de missa, que estabeleceram, ao longo da vida, alguma proximidade com a instituição. Bem significativo da relevância que se concedia à manutenção da ligação à catedral, e da consciência das potencialidades que ela continha, é o facto de, na geração seguinte, continuarmos a encontrar membros desta família envolvidos com a instituição e as suas personagens. É o caso de Nuno Álvares Tisnado⁸¹, filho de Álvaro Vasques Tisnado, que assumirá, na década de cinquenta e

⁷⁷ ACSE, *CEC3 VII a*), fls. 101-102.

⁷⁸ ACSE, *CEC 4 – XVII* (Livro de Aniversários), fl. 19, 48, 55v, 65v.

⁷⁹ ACSE, *CEC3 VII a*), fls. 101-102, fl. 121.

⁸⁰ A importância desse círculo de relações fica bem evidente no trabalho de Hermínia VILAR, *op. cit.*, cap. 2.

⁸¹ BPE, *Fundo monásticos e conventuais, Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro*, Livro 8, doc. 17.

nos inícios da de sessenta de quatrocentos, um forte protagonismo ao serviço do Bispo D. Álvaro Perdigão, de quem foi um dos homens de confiança⁸².

É também possível, tendo em conta os seus apelidos, que outros homens que vemos no concelho fossem também oriundos de famílias que foram estruturando os seus percursos entre a plêiade de escrivães e amanuenses que se movimentavam na órbita da sé, respondendo às necessidades da cada vez mais complexa burocracia da instituição. Poderá ser esse o caso dos que usavam os apelidos Calça⁸³ ou Lameira⁸⁴, nomes de família que encontramos também entre os que desempenharam esse tipo de funções na catedral.

Para todos eles, em níveis e graus diversos, essa entidade terá assumido relevância nos seus percursos. Para além do possível aproveitamento de algumas das dinâmicas económicas por ela geradas, poderão ainda ter beneficiado, nessa aproximação, da influente rede de relações que se movimentava em torno dela. A presença entre os governantes locais de homens identificados como criados e dependentes dos Bispos, como Fernão Afonso de Elvas, “que foi criado do Bispo D. João”⁸⁵ ou de Luís Gonçalves, referenciado também como “criado do Bispo”⁸⁶, são bem o testemunho da importância que as redes clientelares estabelecidas em torno da catedral podiam assumir na promoção dos indivíduos que circundavam as influentes personagens locais.

Mas foi, sobretudo, ao nível das carreiras religiosas que a relação entre as famílias oligárquicas e a catedral da cidade se manifestou de uma forma mais clara. Para alguns desses grupos familiares, a aposta nas carreiras eclesiásticas seculares constituiu mesmo um vetor essencial das suas estratégias ascensionais, como veremos adiante. Entre os Bispos e cónegos da catedral conta-se gente oriunda de Évora ou com ligações à cidade, como é o caso dos Brito, Cicioso, Chaves, Abreu/Falcão. Apelidos que, como sabemos, encontramos também na governação urbana, num testemunho claro da simultaneidade das apostas estratégicas, e da

⁸² Nuno Álvares Tisnado, ao serviço do referido Bispo, esteve ligado à instalação do Mosteiro Jerónimo de Santa Maria do Espinheiro, no final da década de cinquenta de quatrocentos. Fez um conjunto de aquisições de propriedades em nome do Bispo, para a instalação de cenóbio, e terá acompanhado as primeiras campanhas de obras. Veja-se Joaquim Bastos SERRA, “Santa Maria do Espinheiro. Um mosteiro na periferia urbana de Évora. Apropriação e organização do Espaço”, *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos/Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 161-179.

⁸³ Caso, por exemplo, de João Eanes Calça, vereador no ano de 1378/1379, e de Rodrigo Eanes Calça, referenciado como escrivão da audiência do Bispo, em 1360 e 1371, (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 62, Pasta 17, doc. 125, Pasta 24, doc. 72 e Pasta 20, doc. 54).

⁸⁴ O apelido Lameira, que encontramos no concelho, na pessoa de João Lameira, que foi escrivão e vereador, não era estranho nos círculos do clero secular da cidade, nomeadamente nas colegiadas eborenses, onde se contam raçoeiros com o mesmo nome. É possível que João Lameira fosse aparentado do escrivão Estêvão Eanes Lameira. Veja-se, a título de exemplo: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl. 4v e Pasta 24, doc. 38.

⁸⁵ Veja-se nota biográfica nº 36.

⁸⁶ Veja-se nota biográfica nº 116.

apetência pela inserção e controlo dos diversos polos de poder urbano, por parte destas elites urbanas em busca do reforço das suas posições.

Como não poderia deixar de ser, atendendo ao seu prestígio e à sua riqueza, os membros da oligarquia foram-se também aproximando dos mosteiros da cidade. A presença dos apelidos locais entre os seus religiosos e responsáveis são bem o espelho desse forte envolvimento. Veja-se, por exemplo, o caso do mosteiro de S. Bento de Cástris, no qual, no período imediatamente a seguir aquele que temos vindo a seguir, pontuou como abadessa, Inês Dias Lobo, filha do cavaleiro Diogo Lopes Lobo⁸⁷, apelido cimeiro da governação municipal, a que se somavam outros nomes de família, como os Abreu⁸⁸, Godinho⁸⁹ ou Nogueira⁹⁰, que também se detetam entre as religiosas desta casa cisterciense⁹¹.

A procura de inserção dos membros no seio destas comunidades religiosas verifica-se, também, naturalmente, com dois dos mais prestigiados mosteiros eborenses que, diga-se, nesse período, conheciam um crescendo de prestígio e de poder. Referimo-nos aos mosteiros das ordens mendicantes de S. Francisco e de S. Domingos, nos quais, sobretudo no século XV, muitos apelidos ligados à governação são também comuns. Caso dos Abreu⁹², Arnalho⁹³, Boto⁹⁴, Chanoca⁹⁵, Façanha⁹⁶, Murzelo⁹⁷, entre outros⁹⁸. Mas a projeção das famílias sobre estes mosteiros, não se limitou à inserção de membros entre os religiosos. Mesmo sem que isso se verificasse, essa relação assumia outros cambiantes, que derivavam, em boa parte, do facto de os mesmos serem comumente escolhidos, por esses grupos, para a instalação dos seus panteões familiares. De facto, muitos dos da primeira linha social concelhia optaram por aí instituir capelas e aniversários, suportados por um vasto lastro patrimonial, que inevitavelmente estreitava as relações com essas instituições.

⁸⁷ Sobre o seu abadessado, veja-se Antónia Fialho CONDE, *Cister a Sul do Tejo. O Mosteiro de S. Bento de Cástris e a congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp. 170-171.

⁸⁸ Caso de Filipa de Abreu, sub-prioressa, cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 53, 57

⁸⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 74. Catarina Godinha.

⁹⁰ Caso de Catarina e Sancha Nogueira, cf., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, docs. 36, 37 e 38.

⁹¹ A ligação entre as elites urbanas de Évora e o mosteiro acentuam-se ao longo das centúrias seguintes, cf., Antónia Fialho CONDE, *Cister a Sul do Tejo...*, 207-251.

⁹² Frei Fernando de Abreu, doutor, prior do Mosteiro de S. Domingos de Évora, BPE, *documentos avulsos*, doc. 1.

⁹³ Frei Lopo Arnalho, frade de S. Domingos, BPE, *Documentos avulsos*, doc. 31.

⁹⁴ Por exemplo, Frei Lopo Boto, bacharel, procurador de S. Domingos, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 7. Frei Lopo Boto, bacharel, procurador de S. Domingos.

⁹⁵ Frei Lopo Chanoca, leitor, S. Francisco BPE, *Pergaminhos Avulsos*, doc. 32.

⁹⁶ BPE, Fundos Conventuais, mosteiro de *Santa Catarina de Sena*, Livro 85, doc. 26.

⁹⁷ Álvaro Murzelo, *Ibidem*.

⁹⁸ A presença entre as religiosas destas casas foi já notado por Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 518.

O quadro que traçámos, ainda que breve, deixa claro que as estratégias de poder destes homens passaram pela procura de envolvimento com as diversas instituições urbanas. Delas se aproximaram, beneficiando da sua riqueza, do seu prestígio ou da capacidade de influência dos seus círculos sociais. Esse envolvimento assumia-se como uma dimensão indispensável do seu protagonismo urbano e dos seus processos de afirmação. O acesso ao poder concelhio, surgindo também como resultado destas lógicas, acabou por assumir um papel crucial nesses processos, já que, pela centralidade que tinha na gestão dos quotidianos urbanos, permitia aos que passavam pelos cargos, reforçar o seu peso na vida da cidade.

De facto, o poder dos homens que temos vindo a estudar estava longe de se cingir ao controlo do concelho. A sua presença fazia-se sentir em todos os outros polos de poder urbano, conferindo-lhes uma forte capacidade de influência em diversos âmbitos da vida da cidade e um efetivo controlo de muitas das suas dinâmicas, nelas se incluindo também as económicas.

2.2. RIQUEZA E PODER. O CONTROLO DA ECONOMIA URBANA

Num contexto, como o eborense, fortemente marcado pelos mecanismos da economia urbana, a riqueza constituía um incontornável fator de poder para estes grupos sociais que integravam a elite dirigente local. Note-se que com diferentes matizes e escalas, os interesses económicos constituíram um elemento transversal a todo o grupo dirigente⁹⁹.

⁹⁹ Em Portugal, a dimensão económica das elites dirigentes tem sido uma matéria relativamente pouco estudada, contrastando com o que se verifica em historiografias de outros países. Esse tipo de estudos, com abordagens mais centradas nos interesses económicos das oligarquias dirigentes têm sido levados a cabo, com resultados bastante animadores, por exemplo, em Espanha. Entre a vastíssima bibliografia do país vizinho sobre esta temática, podemos destacar os seguintes trabalhos: M^a ASENJO GONZÁLEZ, “Perfil socioeconómico de la ciudad de Toledo en el siglo XV a través de sus ordenanzas”, *Cuadernos de Historia de España*, LXXVII, 2001-2002, pp. 109-144; Juan Antonio BARRIO BARRIO, “Una Oligarquía Fronteriza en el Mediodía Valenciano. El Patriciado de Orihuela. Siglos, XIII-XV”, *Oligarquías políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)*, *Revista d’Història Medieval*, Narbona, R. (coord.), Valencia, número 9, 1998, pp. 105-126.; H. CASADO ALONSO, “La propiedad rural de la oligarquía burgalesa en el siglo XV”, *Actas del coloquio. La Ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI, 3 vols. La Rábida y Sevilla del 14 al 19 de septiembre de 1981*, Madrid, 1995, vol. I, pp. 581-596; Máximo DIAGO HERNANDO, “El perfil socioeconómico de los grupos gobernantes en las ciudades bajo medievales: análisis comparativo de los ejemplos castellano e alemán”, *En La España Medieval*, Univ. Complutense Madrid, n.º 18, 1995, pp. 85-134. Yolanda GUERRERO NAVARRETE, “Elites Urbanas en el siglo XV: Burgos e Cuenca”, *Oligarquías políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)*, *Revista d’Història Medieval*, Narbona, R. (coord.), Valencia, número 9, 1998, pp. 81-104; José Antonio JARA FUENTE, “Elites y grupos financieros en las Ciudades castellanas de la Baja Edad Media”, *En la España Medieval*, Univ. Complutense Madrid, n.º 27, 2004, pp. 105-130. Ernesto GARCÍA FERNÁNDEZ, *Gobernar la ciudad en la Edad Media: oligarquías y elites urbanas en el País Vasco*, Vitoria, Diputación Foral de Alava, 2004.

Numa cidade, como Évora, afastada dos grandes circuitos comerciais, eram sobretudo as produções agrícolas e pecuárias aquelas que constituíam o principal motor das dinâmicas económicas. Elas não só alimentavam o crescente mercado citadino, na sua mais direta aceção, como constituíam a base de algumas das atividades artesanais mais dinâmicas: os couros¹⁰⁰ ou os têxteis¹⁰¹, por exemplo, sustentando também as principais correntes comerciais que partiam da cidade, como o vinho ou azeite, que tinham algum significado¹⁰².

De qualquer modo, como já vimos antes, quando nos referimos aos mercadores, Évora não deixaria de assumir outras dimensões económicas. Lembremos que a cidade era o maior núcleo urbano a sul do Tejo, e que o seu território era atravessado por alguns dos circuitos comerciais em direção a Castela. Reino, com o qual, diga-se, a cidade não deixava de estabelecer uma intensa relação comercial, de que a documentação nos vai dando eco¹⁰³. Também a presença de uma vasta comunidade hebraica, que habitava uma das maiores judiarias do reino, onde muitos teriam dedicação às atividades comerciais e financeiras, terão dado o seu contributo para essas dinâmicas¹⁰⁴.

De qualquer modo, uma boa parte da nossa cronologia é marcada por uma profunda depressão demográfica e económica, com causas múltiplas. Entre elas, destacam-se os maus anos agrícolas, motivados essencialmente pela seca¹⁰⁵, que as fontes mencionam sistematicamente, mas também pela guerra que, de forma continuada, durante várias décadas, ocupou os homens, destruiu as culturas e dizimou os gados. A fome e o espectro da

¹⁰⁰ Maria Ângela BEIRANTE, *Op. Cit.*, p. 417.

¹⁰¹ *Ibidem*, pp. 411-418.

¹⁰² Para além dos mercados nacionais, surgem, também, notícias relativas à possibilidade de exportação de vinho para regiões mais distantes, concretamente da Europa central, facto que atesta, mais uma vez, a importância das produções agrícolas na região e a inserção da cidade em mais vastos circuitos comerciais. Cf., ADE, Arquivo Municipal, *Livro 2º de Originais*, (n.º 72), fl. 149.

¹⁰³ O gado, apesar de todas as restrições e controlo relativo ao seu comércio, constituía um dos principais vetores desse contacto, cf., cf., ADE, *Livro 2º de Originais* (n.º 72), fl. 24-25, fls. 54-54v-55, por exemplo. Também os cereais, com o mesmo tipo de restrições, entrava nesses circuitos, cf., por exemplo, *ibidem*, fls. 26-26v, fl. 176, 177. Sobre o gado, que constituía, talvez, uma das mais significativas áreas de negócios com Castela e dos problemas que a sua comercialização (legal ou ilegal) levantava, sobretudo nas regiões fronteiriças, pode ver-se, por exemplo, Henrique da Gama BARROS, *Historia da Administração pública m Portugal nos seculos XII a XV*, Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 2ª ed., dirigida por Torquato de Sousa Soares, 1950, tomo IX, pp.141-169 e pp. 199-208 ou Luís Miguel DUARTE, “O gado, a fronteira, os alcaides das sacas e os pastores castelhanos” *Atas de las III Jornadas de Cultura hispano-portuguesa: interrelación cultural en la formación de una mentalidad. Siglos XII al XVI*, Madrid, Universidad Autónoma, 1999, pp. 125-146. O mesmo autor, em outro estudo, debruça-se sobre estes e outros produtos que entravam muitas vezes no comércio proibido com o reino castelhano, adiantando uma extensa bibliografia sobre o tema, IDEM, “O comércio proibido”, Estudos em homenagem a João Francisco Marques, dir. de Ramos, Luís A. de Oliveira; Ribeiro, Jorge Martins; Polónia, Amélia, Porto Faculdade de Letras, 2001, vol. I, pp. 407-424.

¹⁰⁴ Veja-se Maria José Pimenta Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, pp. 55-62 e p. 75.

¹⁰⁵ Veja-se o que dissemos sobre esta questão no capítulo I.

escassez alimentar foram uma constante nesses anos. Para os grandes produtores agrícolas, entre os quais se incluíam, como veremos, muitos dos nossos homens, as principais preocupações, levando em conta o rol das suas queixas, diziam respeito à falta de mão-de-obra agrícola e à sua carestia, sendo um dos seus objetivos prioritários a fixação de braços para a lavoura. Este contexto depressivo, que, decerto, terá proporcionado também oportunidades de enriquecimento para alguns, só a partir dos finais da segunda década de quatrocentos começou a ser invertido. O crescimento demográfico, mesmo que ténue, a partir desse período, e a promoção sociopolítica da cidade, com a frequente presença da Corte e a fixação de influentes famílias da nobreza, terão decerto contribuído para o lento, mas firme, crescimento do mercado urbano, que era já uma evidência por meados da centúria¹⁰⁶.

É, pois, no quadro acima descrito, que devem ser analisados os interesses e as estratégias económicas do grupo que governou a cidade. Se é verdade que esta dimensão não deve ser sobrevalorizada, já que ela constituía, apenas, uma das dimensões dos processos de afirmação social destes indivíduos, ela não pode, de modo algum, ser ignorada, até porque riqueza, prestígio e poder são, como se sabe, dimensões que andam sempre a par.

2.2.1. PATRIMÓNIOS

A riqueza do grupo governante fica, desde logo, evidente quando se perscrutam os seus patrimónios imobiliários. Se a posse de bens no território concelhio era, como sabemos, um dos elementos conferidores de vizinhança, e por isso um dos critérios de elegibilidade e de acesso ao poder local, a análise dos patrimónios não deixa muitas dúvidas de que os governantes da cidade eram escolhidos entre os mais “afazendados” da terra.

Na impossibilidade de efetuar uma análise detalhada sobre os níveis patrimoniais da totalidade dos que constituem o nosso objeto de estudo, até porque sobre cada um deles temos níveis de informação muito variada que poderiam distorcer uma análise globalizante, optámos por apresentar de uma forma mais detalhada os patrimónios do grupo dos mais influentes de entre os que passaram pela governação, que incluímos no grupo III, de forte ligação ao poder. Um grupo suficientemente diverso socialmente, para que possamos ter uma leitura relativamente transversal dos níveis patrimoniais dos homens que foram passando pela governação.

Duas considerações prévias antes de procedermos à análise dos patrimónios. Uma primeira para referir que fora do grupo dos homens fortemente implicados na governação,

¹⁰⁶ Sobre a evolução da população eborense ao longo dos dois últimos séculos medievais e os contextos enquadradores, veja-se Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, pp. 157-188.

cujos patrimónios analisaremos, muitos outros, dos que passaram pelos cargos, teriam avultados bens imobiliários e uma significativa riqueza. É o caso, por exemplo, de homens como Lopo Dias de Espinho, a que nos referiremos adiante. A segunda consideração diz respeito ao carácter absolutamente incompleto dos bens que identificámos para cada um dos indivíduos. Para a maior parte deles, e face à ausência de testamentos ou atos de instituição de vínculos que são sempre mais esclarecedores a esse nível, o levantamento do património fez-se a partir de referências soltas, obtidas em documentação muito diversificada, que só permite uma leitura fragmentária e uma caracterização sumária dos bens¹⁰⁷.

Ainda assim, os dados que foi possível coligir, parecem-nos suficientes para que possamos traçar um perfil genérico da riqueza patrimonial destes homens.

QUADRO XIX – “SONDAGEM” AO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DOS “HOMENS FORTES” DA GOVERNAÇÃO

NOMES	BENS URBANOS				BENS PERIURBANOS			BENS RÚSTICOS		
	Casas	Adegas	Lagares	Outros	Hortas	Ferragiais	Vinhas	Herdades	Courelas herdades	Outros
Aires Martins Carvoeiro	-	-	-	Quintal	-	-	-	-	-	-
Álvaro Mendes de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Quintã da Oliveira
Álvaro Vasques Tisnado	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Antão Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diogo Afonso Mealha						1		1		Assenta/Herdade
Diogo Gomes de Barbosa	1	-	-	-	-	-	1	1	-	Terra de mato
Diogo Gonçalves Solmarudre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Afonso Cicioso	2	-	-	-	1	2	-	5	-	Moinhos
FERNÃO GONÇALVES D'ARCA (39)	-	-	-	-	1	1	2	5	-	Quintã com suas herd/s
Fernão Gonçalves Façanha (41)	-	-	-	-	1	2	-	2	-	-
FERNÃO LOPES LOBO (44)	6	1		Quintal Chão		1	8	4	1	-

¹⁰⁷ Os dados contidos no quadro devem ser entendidos como meramente indicativos já que o mesmo foi maioritariamente elaborado a partir de referências soltas encontradas em documentação muito díspar. Em muitos casos, os bens identificados constituirão apenas uma parte (talvez pequena) do conjunto total de bens que estes homens possuíam. Há, ainda, a considerar que para alguns dos indivíduos, nomeadamente para os regedores, Antão Vasques, Diogo Gonçalves Solmarudre e Gil Dias as informações cingem-se aos cargos que ocuparam, não tendo sido possível recolher outros dados biográficos, familiares ou patrimoniais. Para muitos outros, as referências são também vagas e pouco esclarecedoras quanto aos bens que possuíam.

FERNÃO MARTINS BRANDÃO (45)	2	4	1	Forno	-	-	4	5	1	-
Fernão Martins Pestana (46)	-	-	-	Pardi.	-	-	1	-	-	-
Fernão Martins Vieira (47)	1	-	-	Quintal	-	2	-	3	1	-
Fernão Rodrigues Godinho (48)	1	-	-	Covas De pão	-	-	1	1	-	Moinho
Gil Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gonçalo Dias de Espinho (59)	1	-	-	-	-	3	-	1	-	-
Gonçalo Mendes de Brito (66)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Esteves Lourinho (77)	-	-	-	Forno	-	1	-	1	-	-
João Gomes Arnalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Martins de Pina (85)	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-
João Mendes Aguado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Murzelo (86)	1	-	-	-	-	1	2	1	-	Açude
LOPO FERNANDES FUSEIRO (97)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LOPO FERNANDES LOBO (100)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
LOURENÇO PIRES FUSEIRO (109)	2	1	-	Pardi.	-	1	-	4	-	-
Martim Afonso Arnalho(II) (121)	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Martim Lopes Lobo (II) (127)	1	-	-	Chão	-	1	-	3	-	-
MARTIM VASQUES (MASCARENHAS) (131)	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
MEM GONÇALVES DO VIMIEIRO (134)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	Quintã e herdade
Pêro Sanches Carvoeiro (145)	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Rodrigo Eanes de Abreu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RODRIGO EANES FUSEIRO (153)	1	-	-	-	-	1	-	4	-	-
Rodrigo Eanes da Regueira (157)	1	-	-	-	1	3	-	2	-	-
RODRIGO ESTEVES CONTO E MEIO (158)	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-
Vasco Afonso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

do Samouco (164)										
Vasco Eanes do Crato (167)	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
VASCO RODRIGUES FAÇANHA (I) (173)	2	1	-	-	1	2	1	1	-	-
Vasco Rodrigues Façanha (II) (174)	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Mesmo que muito fragmentário, o conjunto dos bens que foi possível reunir deixa, desde logo, evidente que, na maior parte dos casos, estes homens eram detentores de patrimónios numerosos e diversificados, que dificilmente seriam comparáveis aos da generalidade dos habitantes da cidade.

Entre os seus bens, contava-se obrigatoriamente um número significativo de imóveis urbanos. Não apenas as casas de morada, mas também as adegas, os lagares, os fornos, as covas de ter pão, os currais, entre outros, que nos vão dando conta do enraizamento e do envolvimento que os seus proprietários necessariamente teriam com os mecanismos da economia urbana.

As pequenas parcelas das imediações da cidade estão, igualmente, presentes nos seus patrimónios. Não tanto as hortas ou as vinhas – com a devida exceção a Fernão Lopes Lobo, que era detentor de oito – mas, sobretudo, os ferragiais, indispensáveis para a alimentação dos animais e que muitas vezes eram utilizados numa lógica de complementaridade relativamente a outras produções agrícolas.

Mas, mais do que os bens periurbanos, que eram, aliás, um tipo de imóvel cuja posse era relativamente acessível a uma boa parte dos habitantes da cidade¹⁰⁸, era, sobretudo, a detenção de bens rústicos – de elevado valor e de grande potencial económico, e, por isso, só ao alcance dos que tinham avultados cabedais – que constituía um dos traços distintivos do seu nível superior de riqueza. Referimo-nos concretamente às “terras de pão”, às “courelas de herdade” e, sobretudo, aos “assentamentos” e “herdades”.

¹⁰⁸ As pequenas parcelas das periferias urbanas, sobretudo as vinhas e os ferragiais, eram a propriedade típica dos grupos intermédios da sociedade citadina, particularmente dos mesterais e de outros grupos socioprofissionais. Essas parcelas desempenhavam um importante papel na economia familiar e no autoabastecimento de bens essenciais. Sobre o perfil social dos que detinham ou exploravam este tipo de bens na periferia urbana de Évora, veja-se Joaquim Bastos SERRA, “Senhorios e Foreiros no momento da rescisão do contrato. Encampações em Évora nos finais da Idade Média”, Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes (coord.), *Olhares Sobre a História. Estudos Oferecidos a Iria Gonçalves*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009, pp. 571-582; IDEM, “O espaço periurbano de Évora nos finais da Idade Média. Uma aproximação ao seu estudo”, *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*, II Série, vol. II, *Paisagens Medievais II*, Ponta Delgada, 2006, pp. 116- 132.

Não importando, por ora, distinguir de forma detalhada cada um destes bens, detenhamo-nos nas herdades, de cuja fragmentação parecem derivar as “courelas de herdade” e as terras de pão. Como se sabe, as herdades eram médias ou grandes propriedades, onde a produção agrícola se conjugava com a criação de gado e a exploração da riqueza florestal e cinegética. Não sabemos muito sobre as suas características, nem, já agora, sobre as suas formas de exploração, mas, em alguns casos, estaremos a falar de bens que podiam atingir as centenas de hectares, fazendo dos seus detentores grandes proprietários¹⁰⁹.

Não deixa de ser significativo da superior capacidade aquisitiva dos nossos homens, que as herdades seja um dos bens cuja posse é relativamente transversal ao grupo em análise. De facto, a quase totalidade daqueles para os quais temos informações sobre os respetivos patrimónios imobiliários eram detentores de herdades ou de, pelo menos, uma herdade. Um dado que, de alguma forma, é sintomático de um elevado nível de riqueza e de um certo pendor rústico dos seus patrimónios, não significando isso, obviamente, que todos se situassem num mesmo patamar no que concerne ao poder económico.

Com efeito, como vai ficando evidente, verificam-se, entre estes homens, níveis de fortuna imobiliária bastante distintos. No topo dessa escala, encontravam-se indivíduos como, por exemplo, um Fernão Lopes Lobo, detentor de um património bastante considerável. O ato de instituição de um morgadio, realizado em 1422, que chegou até nós, ao qual anexou parte dos seus bens, dos quais saíam rendimentos para suportar uma capela no Mosteiro de S. Francisco de Évora¹¹⁰, dá-nos um quadro suficientemente claro do perfil do seu património.

O segundo dos quatro irmãos Lobo, a que tantas vezes já nos referimos, anexou ao morgado, cujo herdeiro será o seu filho, Nuno Fernandes Lobo, um número significativo de

¹⁰⁹ Muito falta saber sobre as características destas propriedades agrícolas no que diz respeito ao período medieval. Um tema sobre o qual pouco se avançou, nos últimos anos. Os estudos clássicos, nem sempre centrados na Idade Média, continuam, praticamente, a ser as únicas referências. Entre eles, destacam-se os trabalhos de A. H. de Oliveira MARQUES, *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*, Lisboa, Edições Cosmos, 2ª edição, 1968; Albert SILBERT, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe-début du XIXe siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, Lisboa, INIC, 1978. Maria Ângela Beirante, em dois dos seus trabalhos relacionados com a cidade de Évora, elaborou uma boa síntese sobre as herdades e outros bens rústicos, analisando a terminologia segundo a qual são referenciados e distinguindo as suas características. Veja-se, Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 249-252; IDEM, “Capelas de Évora”, *A Cidade de Évora*, 65-66, 1982-1983, p. 34. Sobre os fatores que favoreceram a formação de grandes latifúndios no atual Alentejo, pode ver-se, Bernardo de Vasconcelos SOUSA, “Paisagem agrária, organização social do espaço no Alentejo Medieval (séculos XII a XV)”, *Economia e Sociologia*, nº 45, 1988, pp. 21-39. Podem consultar-se também os sempre enriquecedores trabalhos de Orlando RIBEIRO, entre outros: “Agricultura”, *Dicionário de História de Portugal* (dirigido por Joel Serrão), Lisboa, Iniciativas Editoriais, Vol. 1/A-D, 1963, p. 60-67; IDEM, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa Editora, 4ª edição, ampliada e actualizada, 1986; IDEM, *Evolução agrária no Portugal Mediterrâneo. (Notícia e comentário de uma obra de Albert Silbert)*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1970.

¹¹⁰ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. C-CIII.

bens, que proporcionavam elevados rendimentos. No conjunto, contabilizavam-se quatro “casas de morada”, localizadas no coração da cidade de Évora¹¹¹, mais uma adega e um quintal, a que se somavam alguns imóveis em Almada. Bens que, na maior parte dos casos, se encontravam cedidos a foreiros mediante contratos enfitêuticos. Entre o património vinculado, incluíam-se também oito parcelas de vinha, um ferragial e diversas herdades. Duas dessas herdades localizavam-se nas proximidades do Rio Xarrama e eram de dimensões bastante consideráveis. Um delas teria, seguindo a proposta de Maria Ângela Beirante para calcular as suas áreas¹¹², cerca de 300 hectares de solo cultivável, para além de terras de mato e de pastagens. Entre os seus bens incluía-se, ainda, uma terceira herdade, “com seu pomar”, com cerca de uma centena de hectares de solo cultivado, que se inscrevia nas proximidades da ribeira do Divor, já na zona limítrofe entre o termo de Évora e o de Arraiolos, assim se completando os bens do morgadio. Note-se, contudo, como estamos em crer, até pelo facto de a sua viúva ter, posteriormente, criado um outro morgadio, que este núcleo de bens constituiria apenas uma parte, talvez a mais significativa, mas não exclusiva, do total de património que este homem possuía.

Também Fernando Afonso Cicioso era um homem poderoso em termos de riqueza imobiliária. Não chegou até nós o seu testamento, nem temos notícia de qualquer outro ato que permita uma visão mais global do seu património, mas os dados que possuímos são suficientes para que o possamos colocar no grupo dos mais abastados de entre os que passaram pelo concelho. Fernando Afonso era detentor de casas em Évora¹¹³, uma das quais situadas na rua dos Mercadores, onde residia¹¹⁴, e de pelo menos uma horta e de dois

¹¹¹ Entre elas, as casas em que muito possivelmente vivia, e que constituíam os “paços” dos Lobo, em Évora, desde há várias gerações e que se situavam em frente da igreja de S. Pedro, bem no coração do espaço inscrito no interior da cerca velha a não muita distância da catedral. Não conhecemos as suas características, mas elas teriam decerto grande desafogo, até porque foram objeto de diversos emparcelamentos Cf., por exemplo, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 9). Ao morgadio foram, ainda, anexadas outras casas, uma na rua Ancha e outra junto da igreja de S. Vicente, não muito distantes da praça das portas de Alconchel, que polarizava, neste período, o crescimento urbano. A elas crescia uma outra casa, esta numa zona das zonas de expansão urbana, designada de Vila Nova.

¹¹² De um modo geral, na documentação, as unidades de medida das herdades são os “arados de bois”. A partir dos dados recolhidos no Tombo das Capelas de Évora, onde algumas herdades surgem simultaneamente medidas em arados e em “moios” de sementeira, Maria Ângela Beirante concluiu que um arado levava entre 8 a 10 moios de sementeira. Considerando que um moio de sementeira corresponde a 10 ha, a autora concluiu que um arado corresponde a uma área entre os 80 e os 100 ha, Cf. Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 251; IDEM, *Capelas de Évora...*, pp. 33.34. Por sua vez, Albert SILBERT, considera que o arado corresponde a um valor situado entre os 7,5 e os 8 ha, *op. cit.* vol. I, p. 423. Levando em consideração estes valores, a herdade em causa, de Fernão Lopes Lobo, com 3 arados, teria uma área próxima dos 300 ha de solo arável, sem os incultos, já que apenas se referem as áreas agricultadas, cf., IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. C-CIII.

¹¹³ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 24.

¹¹⁴ Por exemplo, BPE, *Fundos Monásticos e Conventuais, Santa Catarina de Sena*, Livro 86, doc. 1.

ferragiais¹¹⁵, nas imediações da mesma cidade. Somavam-se-lhes diversas herdades e terras de pão, no termo de Évora, particularmente junto do rio Degebe e entre o rio Xarrama e o caminho de Viana a par de Alvito¹¹⁶. A importância do seu património rústico, e a confirmação da disponibilidade de metal sonante que tinha para o adquirir, fica também expresso no conjunto de doações que foi fazendo a diversas comunidades e instituições religiosas, para aniversários ou capelas. Entre os agraciados, contam-se os *pobres* dos eremitérios de Montemuro e da Serra d'Ossa¹¹⁷, a Sé eborense e o mosteiro de Santa Clara de Beja. Em conjunto, Fernando Afonso doou a estes institutos valiosos bens rústicos: “assentamentos de moinhos”, na ribeira de Valverde¹¹⁸, duas parcelas de herdades no termo de Arraiolos e de Montemor-O-Novo¹¹⁹, uma herdade e uma *folha* anexa, no termo de Évora, junto do rio Degebe¹²⁰, e uma outra herdade no termo do Redondo¹²¹. Constata-se, ainda, a doação de uma outra herdade, no termo de Beja¹²². Dados que não deixam muitas dúvidas sobre o grau de fortuna fundiária e de poder económico de Fernando Afonso Cicioso.

Para além dos já referidos, incluíam-se também na primeira linha dos proprietários mais ricos, outros homens, como Fernão Gonçalves d'Arca, Fernão Martins Brandão ou Rodrigo Eanes Fuseiro.

Alguns dos mais abastados, de entre os que temos vindo a analisar, eram também detentores de quintãs, que supomos serem de dimensão e capacidade produtiva significativas¹²³. As quintãs eram formadas por um conjunto de terras (por vezes, designadas como herdades¹²⁴), onde se incluíam os solos agrícolas, os pomares e os matos, organizadas

¹¹⁵ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 10, doc. 25; ACSE, CEC 3 – VII a), fls. 160-165); CEC 6 -VIII, fls. 29v-30v. CEC 3 – VII a), fls. 160-165).

¹¹⁶ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CLIV-CLII. Também em CEC 3-1, fl. 66v.

¹¹⁷ Sobre os bens doados e a relação mantida entre Fernando Afonso e os homens da pobre vida, veja-se João Luís Inglês FONTES, *Da Pobre Vida à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*, dissertação de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012, pp. 91-92, 108 e anexos IV/1 – Benfeitores e IV/2 - Benfeitores por eremitério.

¹¹⁸ IAN/TT, *Leitura Nova, Odiana*, Lv. 6, fls. 159v-161; BPE, *Fundos monásticos e conventuais, Santa Catarina de Sena*, Livro 86, doc. 1.

¹¹⁹ ACSE, CEC 3 – VII d), fls. 93-96.; CEC 3-1, fls. 35-37

¹²⁰ BPE, *Fundos Monásticos e Conventuais, Santa Catarina de Sena*, Livro 86, doc. 1.

¹²¹ As duas últimas compradas com os dinheiros que deixou, para aniversários, um tal Pedro Eanes de Génova, criado do Bispo D. Diogo Álvares de Brito BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 39, nº 4 – 1452.02.25, Évora.

¹²² *MH*, vol. XI, doc. Nº 194, pp. 267-268

¹²³ A título exemplificativo, podemos referir que uma das quintãs do cabido da Sé de Évora era de dois arados de bois, que corresponderiam, a crer nos cálculos já referidos, a cerca de 180 a 200 hectares, ACSE, CEC 3 -1, fl., 22v.

¹²⁴ Caso da quintã da Oliveira “e terras e herdades dela”, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 110-111, ou da “Qujntaa [da Fiúza em Deus] com suas herdades”, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 90.

especialmente em torno de um núcleo habitacional¹²⁵. Fernão Gonçalves d’Arca era detentor da quintã da Fiúza em Deus¹²⁶, Álvaro Mendes de Oliveira, da quintã da Oliveira, sede do morgado do Oliveira¹²⁷, e Mem Gonçalves do Vimeiro da “quintã e herdade”, que ficava junto da ribeira de rio de Moinhos¹²⁸, todas elas coutadas pelos monarcas.

Mas estes eram bens a que nem todos podiam aceder. Para outros indivíduos, os níveis de riqueza imobiliária parecem menos significativos, pelo menos documentalmente, como se verifica para Álvaro Vasques Tisnado, João Esteves Lourinho ou Vasco Eanes do Crato. Contudo, qualquer um deles patenteava, ainda assim, um nível de poder económico que lhes havia permitido incluir, entre os seus bens, uma ou outra herdade e algumas outras terras agrícolas.

Se alargarmos o campo de análise ao conjunto de homens que integraram os elencos camarários, e não apenas aos que considerámos no núcleo dos mais influentes, que tomámos como exemplificativo, encontramos perfis patrimoniais não muito distintos, com os mais ricos a revelarem-se, também, titulares de significativos patrimónios urbanos, periurbanos e, sobretudo, rústicos, como se verifica com Gonçalo Eanes de Abreu, Martim Lopes Lobo, Martim Afonso de Paiva, Rodrigo Afonso Pimentel ou, ainda, Lopo Dias de Espinho. Este último, era detentor, para além de várias casas e de diversas parcelas periurbanas, de seis herdades e de moinhos no rio Degebe.

**QUADRO XX – PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DE LOPO DIAS DE ESPINHO
(IDENTIFICADO A PARTIR DO SEU LEGADO TESTAMENTÁRIO)¹²⁹**

BENS URBANOS	BENS PERIURBANOS	BENS RÚSTICOS
As suas casas de morada, na freguesia de S. Pedro, onde chamam o muro quebrado;	Uma vinha na Chamuinha, entre o caminho da figueira velha e o Porto seco;	Herdade do Divor, Termo de Arraiolos e do Divor, fica à ponte do Divor;
Outras casas, junto com as de morada, que são casa dianteira e celeiro;	Ferragial, no caminho do Poço de Dona Ouroana, junto das hortas da ponte da Vera Cruz;	Herdade da Albergaria, no termo de arraiolos, no caminho que vai da dita vinha para Evoramonte;
Casas, na outra parte da Rua, onde está a atafona, são e casas: dianteira, celeiro e cavalariça.	Outro ferragial, junto do anterior, que foi de João Vicente da Burceira;	Herdade de vale Danta, Termo do Redondo, à ribeira da Silveira;

¹²⁵ Referência a casas na herdade de Pegores, de Fernando Afonso Cicioso, ACSE, *CEC 3 – VII a*), fls. 361-366.

¹²⁶ IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 90.

¹²⁷ Na sequência da *opção castelhana* de Álvaro Mendes de Oliveira, a quintã foi doada, pelo monarca, a Rodrigo Álvares Pimentel, cf., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 197v.

¹²⁸ IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro II, fls. 111-111v.

¹²⁹ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CXI-XCIII.

	Outro ferragial a fundo deste, que foi do Pilicer(?);	Herdade da Peçena, no vale do Cortiço;
	Ferragial sob o Rossio da cidade, na azinhaga do Sáfiro;	Herdade de Almançor, no caminho dos carros, junto do curral do Facha;
	Ferragial que entesta no caminho da gafaria, a par da cidade, foi de Gonçalo Vasques, tosador;	Herdade da Pedra Coelheira, entre os caminhos de S. Manços, Monte do trigo e da Torre de Coelheiros;
	Ferragial com figueiras, na azinhaga que foi do Sáfiro, do Rossio para a Ponte Velha, que foi da Dona abadessa de S. Bento.	Moinhos, no Degebe, termo de Portel.

Note-se, que mesmo para homens cujos patrimónios parecem menos consolidados, continua a ser evidente a valorização da terra e a presença, entre os seus bens, de uma ou outra herdade, como se verifica, para os que foram usando os apelidos Candeeiro, Feltreiro, Juanejo ou Quadril-de-Pega.

Olhando globalmente para o perfil dos patrimónios dos homens que foram passando pela governação, se fica clara a sua implantação na cidade, que deixa adivinhar o envolvimento dos seus detentores com as dinâmicas e os mecanismos económicos urbanos, não restam muitas dúvidas, tendo em atenção o peso que a terra assumia no conjunto dos bens, que uma boa parte da estruturação da sua riqueza se fazia a partir da posse e da exploração de consideráveis imóveis rústicos.

A posse de bens fundiários, particularmente de herdades, parece, pois, ter constituído um objetivo relativamente transversal à generalidade destes homens, mesmo daqueles que, aparentemente, terão obtido a sua riqueza a partir do comércio ou do desenvolvimento de outras atividades. Note-se que, para além do interesse produtivo, a aquisição de terra assumia também objetivos de natureza simbólica já que a mesma, como se sabe, era conferidora de prestígio social. Uma dimensão que não era de somenos importância para muitos destes indivíduos em busca do reforço das suas posições sociais. Não é, por isso, estranho que mercadores, como Fernão Gonçalves Façanha ou Estêvão Eanes, tivessem feito sérios investimentos na compra de herdades e de outras parcelas rústicas.

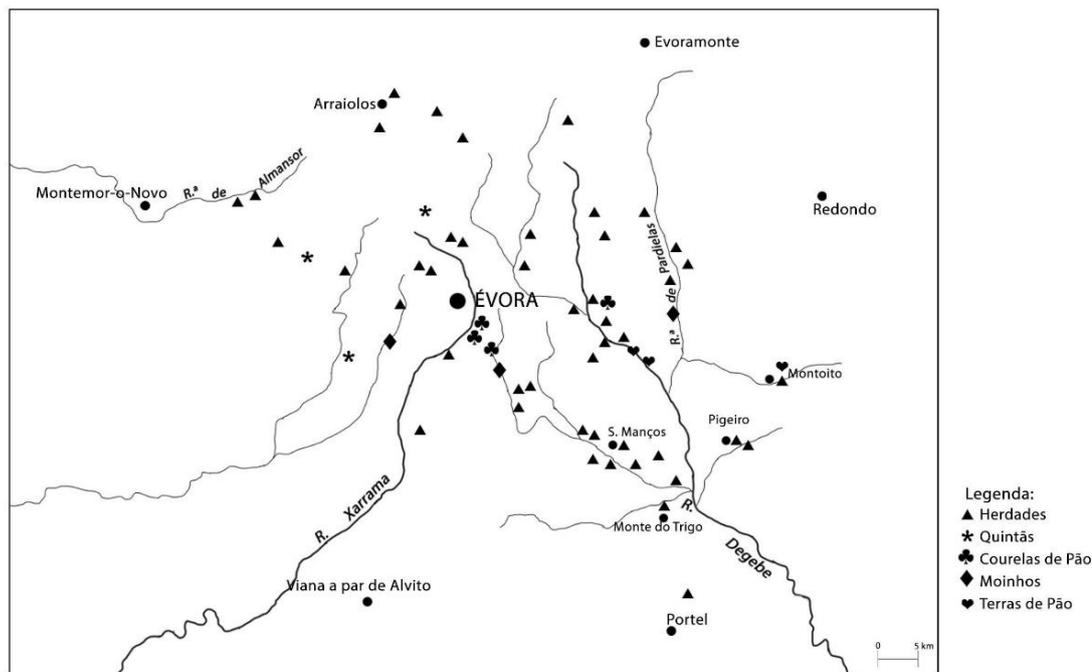
Atente-se, por exemplo, no caso de Fernão Gonçalves Façanha, sobre o qual temos mais informações¹³⁰, que desde cedo revelou forte apetência pela aquisição de imóveis rústicos. Os proventos obtidos nas lucrativas atividades da mercancia ter-lhe-ão permitido ir concretizando esse objetivo. Em 1390, por exemplo, encontramos-lo conjuntamente com a sua mulher a

¹³⁰ Sobre a trajetória deste mercador veja-se SERRA, Joaquim Bastos – “Entre o comércio e a governação local. Fernão Gonçalves Façanha: um mercador eborense de finais da Idade Média”, *Medievalista* [Em linha]. Nº16 (Julho - Dezembro 2014).

Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA16/serra1607.html>

adquirir uma herdade, em *Mal Degolados*, local situado no termo de Portel, onde já detinha outros bens¹³¹. O mercador era, ainda, proprietário de uma outra herdade próximo do rio Xarrama¹³², no termo eborense, para além de algumas parcelas periurbanas¹³³, sendo evidente o esforço que foi realizando no sentido do engrandecimento do seu património fundiário.

MAPA 1- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PROPRIEDADE RÚSTICA DOS OLIGARCAS EBORENSES



Vale ainda a pena referir que, como seria de esperar, a implantação espacial dos patrimónios dos governantes eborenses era fundamentalmente local e regional. Na sua grande maioria, os seus imóveis inscreviam-se na própria cidade, na área periurbana e no termo eborense, sendo ainda relativamente comum a presença, sobretudo de bens rústicos, nos concelhos vizinhos de Montemor-o-Novo, Arraiolos, Evoramonte, Redondo, Portel ou Viana “a par de Alvito”. Concelhos que tinham uma forte ligação a Évora e que se encontravam sob a área de influência da cidade. Esta dispersão geográfica maioritária não invalidava, obviamente, que esses homens detivessem interesses materiais em outras localizações de que são exemplo: Beja, Estremoz, Monsaraz, Almada, Lisboa e muitas outras.

De qualquer modo, também sob o ponto de vista patrimonial, vai ficando evidente a estruturação local e regional da sua riqueza e da sua capacidade de influência.

¹³¹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11i.

¹³² ACSE, *CEC 3 VII a*), fls. 160-165.

¹³³ ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 49, 49v; ACSE, *CEC 4 – XV*, fl. 78.

2.2.2. INTERESSES ECONÓMICOS

Como o perfil dos próprios patrimónios vai deixando entrever, o grosso dos interesses económicos destes homens desenvolvia-se em torno da exploração agropecuária, o que não significa que não revelassem também apetência por outro tipo de investimentos.

De qualquer modo, era a partir da terra que a grande maioria estruturava a sua riqueza. Em conjunto, eram detentores de uma boa parte de terras do entorno rural eborense, nelas se incluindo alguns dos melhores solos agrícolas da região, localizados nos vales férteis das ribeiras do Divor e do Xarrama ou das que se inscreviam na zona de S. Manços e de Monte do Trigo, junto das ribeiras da Azambuja e da Peçena¹³⁴, que ampliavam a capacidade produtiva.

Entre as suas produções agrícolas ganhava destaque a cultura cerealífera, particularmente de trigo e de cevada. Esta última cultivada também em ferragiais localizados nas imediações da cidade, cujo número parece ter crescido nos inícios do século XV. Os rendimentos obtidos da exploração da terra eram complementados com a posse de instrumentos e equipamentos de transformação, em alguns casos inscritos nas proximidades das próprias terras de lavoura. O destino das produções era, naturalmente, a cidade e o seu mercado. Numa época particularmente marcada pela escassez, a comercialização de cereais assumia-se como algo de vital, o que não deixaria de ter retorno sob o ponto de vista dos rendimentos que proporcionavam.

Também a criação de gado, que tinha, como se sabe, um significativo peso económico nas terras de Entre-Tejo-e-Guadiana¹³⁵, constituía um vetor indiscutível dos seus interesses. Num período, como o da segunda metade do século XIV, em que se terá assistido a uma expansão da pecuária, favorecida pela escassez de mão-de-obra e por um contexto de

¹³⁴ Vd., mapa 1.

¹³⁵ A documentação eborense deixa bem evidente importância que a pecuária e o comércio de gado assumia na cidade e na região, movimentando poderosíssimos interesses. Infelizmente, apesar da abundância de dados, a pecuária continua a ser uma questão pouco abordada pela historiografia medieval portuguesa. Os trabalhos de Maria José Lagos Trindade sobre o pastoreio continuam, ainda hoje, a ser de referência obrigatória, veja-se, por exemplo, "Alguns dos problemas do pastoreio em Portugal", *Do tempo e da História*, vol. I, 1965, pp. 113-134. O estudo das relações económicas da fronteira tem trazido também à colação a questão do comércio (muitas vezes ilícito) do gado entre Portugal e Castela, veja-se, por exemplo, Luís Miguel DUARTE, "Contrabandistas de gado e "Passadores de cousas defesas "para Castela e "Terra de Mouros", *Revista da Faculdade de Letras-História*, 2ª série, 15, 1998, pp. 451-474. IDEM, "O gado, a fronteira, os alcaides das sacas e os pastores castelhanos" in *III Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa Interrelación cultural en la formación de una mentalidad. Siglos XII al XVI*, Vicente Ángel Álvarez Palenzuela (coord.), Madrid: UAM, 1999, pp. 125-146; IDEM, "O comércio proibido" in Estudos em homenagem a João Francisco Marques, I, Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, pp. 407-424. Pode ver-se, também, Maria Antonia CARMONA RUIZ, La explotación ganadera de la frontera luso-española: La «contienda» de Moura, Nódar, Aroche y Encinasola. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, 2ª série, 15, 1998, pp. 241- 257.

instabilidade pouco propício ao investimento na agricultura¹³⁶, vamos também encontrar os nossos homens fortemente empenhados no reforço daquela atividade.

Não temos dados que nos permitam avaliar, em concreto, o número e a grandeza das suas manadas e rebanhos, mas o seu interesse pela pecuária vai ficando bem evidente, por exemplo, em alguns dos pedidos e agravos que foram fazendo junto do monarca.

Por exemplo, em 1361, sabemos por uma célebre carta do rei D. Pedro¹³⁷, que o concelho de Évora se agravava pelo facto de o monarca pretender *descoutar* as herdades que não se encontrassem lavradas. Uma medida que visava a proteção e o incentivo da agricultura, face ao excessivo crescimento da pecuária, mas o argumento não convenceu os de Évora e outros da comarca, que se manifestaram veementemente contra ela¹³⁸. Na missiva enviada ao monarca, em que, no fundo, se procurava que a decisão fosse alterada ou que, pelo menos, permitisse certas exceções, os fidalgos, cidadãos e outros poderosos que “ham herdades e gaados em sembra”, terão defendido a manutenção das coutadas, mesmo em herdades não agricultadas, alegando que nelas a terra era de má qualidade para o cultivo de “pão”, e que, por isso, as não podiam lavar. O objetivo era, obviamente, o de manterem as suas *defesas* intactas, de modo a garantirem a exclusividade das pastagens para os seus próprios gados. Muito embora o monarca só parcialmente tivesse deferido estes pedidos, fica clara a prioridade que a criação de gado assumia para muitos da cidade.

Entre eles se incluiria, decerto, o regedor Fernão Martins Brandão que, alguns anos depois, solicitou também um pedido em moldes semelhantes, para a sua herdade de Vale de Arca, no termo de Montemor-o-Novo. Os argumentos não eram muito diversos dos anteriores

¹³⁶ Veja-se A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV...*, p. 104. Sobre as crises agrícolas, IDEM, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão cerealífera durante a Idade Média*, Lisboa, Edições Cosmos, 3ª edição, 1978, pp. 257-285. No que diz respeito do gado e ao aproveitamento dos recursos florestais, pode ver-se, Nicole Françoise Devy VARETA, "Para uma geografia histórica da floresta portuguesa - As matas medievais e a "coutada velha " do Rei", *Rev. Faculdade de Letras - Geografia*, Porto, 1985, Iª Série, Vol. I, pp. 47-67. IDEM, "Para uma geografia histórica da floresta portuguesa - Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV-XVI) ", *Rev. Faculdade de Letras - Geografia*, Porto, 1986, Iª Série, Vol. II, pp. 5-37. Mais especificamente sobre as questões do pastoreio, para uma cronologia um pouco posterior, veja-se Maria José Lagos TRINDADE, "Alguns dos problemas do pastoreio em Portugal" ..., pp. 113-134. Para uma leitura global desta questão a nível peninsular, pode consultar-se Marie-Claude GERBET, *La ganadería medieval en la Península Ibérica*, Barcelona, Crítica, 2002.

¹³⁷ Referimo-nos à célebre carta em que o rei D. Pedro regula a atribuição de coutadas na comarca – “per que guisa se am de coutar as herdades entre Teio e Odiana” – Datada de 1362, e que, em parte, é uma resposta aos agravos apresentados pelo concelho de Évora. IANTT, *Chancelaria de D. Pedro*, Livro 1, fls. 68v-70. (pub. por Carlos Manuel Leitão Baeta NEVES, Maria Teresa Barbosa ACABADO, Maria Luísa ESTEVES, *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias reais*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, Ministério da Agricultura e Pescas, 1980, Vol. I (1208-1483), doc. 75).

¹³⁸ IANTT, *Chancelaria D. Pedro*, fl. 92.

já que, segundo o próprio, a herdade era “muj maa pera pam”, sendo, por isso, preferível que a sua dedicação principal fosse a criação de “egoas e vacas e porcos”¹³⁹.

Como vai ficando evidente, entre os do concelho contavam-se, pois, homens com fortes interesses no gado, senão mesmo alguns dos grandes criadores da região, que não hesitavam em defender os seus (muitos) interesses nessa matéria. Refira-se que as questões em torno da pecuária, e da sua nem sempre fácil conjugação com a atividade agrícola, foi durante este período um tema polémico, no qual os governantes eborenses não deixaram de se ver envolvidos. Em determinadas situações, os que exerciam o poder, viram-se mesmo acusados de defenderem mais os seus interesses pessoais e de grupo, nessa matéria, do que propriamente o *bem comum*. É o que se depreende, por exemplo, de uma queixa apresentada ao monarca, relativa à forma como eram aplicadas as coimas aos proprietários dos gados que provocavam danos nas vinhas e nas terras dos arredores da cidade. Os homens que detinham as rédeas do poder são acusados de serem lesto a acoimar os gados dos outros, mas complacentes quando o que estava em causa eram as prevaricações dos seus próprios gados¹⁴⁰.

É, pois, enquanto grandes lavradores e criadores de gado que devemos olhar para estes homens e entender muitas das suas posições e reivindicações. Refira-se que este pendor agropecuário não era exclusivo dos que governavam a cidade de Évora, mas antes uma realidade comum às oligarquias de muitos concelhos do reino com contextos similares¹⁴¹.

Mas nem para todos as questões se colocariam da mesma maneira. Para os mercadores, por exemplo, talvez as prioridades económicas fossem outras. Sendo possível que o comércio que praticavam se encontrasse, também ele, muito ligado às dinâmicas agropecuárias, os seus interesses alargar-se-iam, certamente, a outras áreas de negócios. Infelizmente, não temos dados concretos sobre as suas atividades comerciais, mas não é improvável que elas se pudessem desenvolver, também, em torno de outros segmentos do mercado, como o dos

¹³⁹ IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro I, fl. 35 v. (pub. por Baeta NEVES, *op. cit.*, Vol. I, pp. 120-121, doc. 114).

¹⁴⁰ Por exemplo: ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 142v-143.

¹⁴¹ De há muito que José Mattoso chamou a atenção para este pendor agro-pastoril de muitos concelhos, pondo em evidência que por detrás dos cadernos reivindicativos dos procuradores concelhios se encontravam os interesses económicos próprios das elites dirigentes, que tinham, precisamente, nessas áreas uma das suas mais importantes fontes de riqueza. Com exceção, dos núcleos urbanos de pendor mais comercial, como Lisboa ou o Porto, essa realidade seria relativamente comum à generalidade das realidades locais nacionais e das suas oligarquias. Veja-se José MATTOSO, “Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385” in *Fragmentos de uma composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, pp. 266-267.

couros, o dos têxteis ou outros, que assumiam forte relevância na cidade e, de um modo geral, no comércio medieval¹⁴². Mas sobre essa matéria pouco podemos adiantar.

Fossem ou não mercadores, alguns dos homens que passaram pela governação local não deixaram, também, de se envolver em outro tipo de negócios e de atividades rentáveis. A participação no sistema de cobrança de impostos e de outras imposições fiscais, por via dos arrendamentos, era uma delas.

Como se sabe, esta forma de perção indireta de direitos, fossem eles régios, concelhios ou eclesiásticos, encontrava-se generalizado no Portugal medieval¹⁴³, permitindo que homens com recursos económicos fossem participando, de forma lucrativa, na gestão dos importantíssimos fluxos financeiros que a *fiscalidade* e a perção de direitos movimentavam¹⁴⁴. No caso do município eborense, para além das imposições, coimas e

¹⁴² Sobre a produção têxtil e a sua comercialização, no período tardo medieval, em Portugal, veja-se, João Carlos GARCIA, "Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI". *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa, vol. XXI, nº 42 (1986), pp. 333-336 e Ana Maria FERREIRA, *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983; Joana Isabel Ribeiro SEQUEIRA, *Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de letras da universidade do Porto, École Des hautes Études en Sciences Sociales, Porto / Paris, Outubro de 2012.

¹⁴³ Este mecanismo permitia ao senhor eximir-se da responsabilidade e dos custos inerentes à recolha direta. Em vez dela, optava-se pelo arrendamento do conjunto dos direitos a receber, mediante a contratualização de uma quantia global estimada à partida, ficando as vantagens para o arrendador na possibilidade de conseguir recolher um valor superior ao acordado. Trata-se de um sistema complexo, cujos procedimentos nem sempre são, para nós, muito claros, não isento de riscos para os contractantes, mas que permitia a um conjunto alargado de homens de negócios, isolados ou em grupo, participarem de forma lucrativa na gestão dos importantíssimos fluxos financeiros que a *fiscalidade* e a perção de direitos movimentavam.

¹⁴⁴ As questões em torno da fiscalidade conheceram nos últimos anos uma profunda renovação historiográfica. Aos temas mais tradicionais, que privilegiavam uma leitura global de cariz institucional, em torno, por exemplo, da tipologia das imposições fiscais, dos mecanismos de perção ou do seu papel na formação do estado moderno, foram-se sobrepondo novas problemáticas em que fiscalidade surge associada ao exercício concreto do poder, equacionando-se uma multiplicidade de variáveis sociais e políticas com ele correlacionada. A participação das elites e das oligarquias urbanas nesse processo, e as consequências que tal assume sob o ponto de vista do reforço das suas posições, económicas e políticas, constitui-se atualmente como um frutífero campo de investigação. Tendo em atenção os objetivos do presente trabalho, não é este o momento para traçarmos um quadro completo do estado da investigação sobre esta matéria, nem de referenciar a vasta bibliografia existente sobre o tema. Optámos, apenas, por indicar algumas obras de síntese sobre o tema e por referir um ou outro estudo mais diretamente relacionado com as oligarquias urbanas e com o papel dos homens de negócio nos arrendamentos. Assim, no que se refere aos trabalhos de síntese, pode ver-se: M. A. LADERO QUESADA, *Estado. Hacienda, Fiscalidad y Finanzas. El medievalismo español en los últimos treinta años. 1968-1998*, "XXV Semana de Estudios Medievales de Estella", Pamplona, 1999, pp. 457-504; David ALONSO GARCÍA, Poder y finanzas en Castilla en el tránsito a la modernidad (un apunte historiográfico), "Hispania, Revista Española de Historia", LXVI-222, (2006), pp. 157-198; Florent GARNIER, Fiscalité et finance médiévales: un état de la *recherche*, "Revue historique de droit français et étranger", 3, (2008), pp. 443-452. Mais directamente relacionado com os municípios e as oligarquias, pode ver-se: Yolanda GUERRERO NAVARRETE, "Fiscalidad regia y poder municipal en Burgos (1453-1476)", *En la España medieval*, 5 (1986), p. 481-499. Yolanda GUERRERO NAVARRETE, J.M. SÁNCHEZ BENITO, "Fiscalidad municipal y políticas regias. El caso de Burgos y Cuenca" in Denis MENJOT e Manuel SÁNCHEZ MARTÍNEZ, dirs. *Fiscalidad de Estado e fiscalidad municipal en los reinos hispánicos*

direitos diversos, também os alugueres e foros dos bens próprios do concelho se percecionavam por arrendamento anual, em hasta pública, que normalmente acontecia pelo S. João.

Todos estes “arrendamentos” constituíam oportunidades de negócio que não deixaram de ser aproveitadas, por alguns dos que se movimentavam próximo dos órgãos políticos ou das instituições que promoviam essa recolha. Foi esse o caso, já antes referido, de João Afonso da Regueira, que conjuntamente com outros parceiros, chamou a si o recebimento das sisas da cidade¹⁴⁵. É provável que também Fernão Gonçalves Façanha tivesse passado por esse tipo de atividade, caso corresponda ao Fernão Gonçalves, vassalo do rei, rendeiro das sisas de Évora e de Beja, a quem D. João I, em 1396, concedeu carta de coutada a uma sua herdade¹⁴⁶. A importância da cidade e das suas instituições, e mesmo a sua posição no quadro político e administrativo do reino, por exemplo, como sede de almoxarifado, poderão ter ampliado este tipo de possibilidades.

A facilidade com que estes e outros indivíduos se movimentavam na *área financeira*, chamemos-lhe assim, fica também expressa no facto de não hesitarem em assumir funções de gestão contabilística em diversas instituições urbanas. Por elas passaram Vasco Rodrigues

medievales, Madrid, Casa de Velázquez, 2006, p. 21-51. Ernesto GARCÍA FERNÁNDEZ, *Gobernar la ciudad en la Edad Media: oligarquias y elites urbanas en el País Vasco*, Vitoria, Diputación Foral de Álava, 2004, especialmente, o capítulo 2, “Poder y fiscalidad: la gestión hacendística de los concejos urbanos”, pp. 173-210. Denis MENJOT, “Politiques et stratégies fiscales des élites urbaines castillanes (fin XIIIe siècle-1474” in Denis MENJOT e Manuel SANCHEZ MARTÍNEZ, dir. *L’impôt dans les villes de l’Occident Méditerranéen XIIIe-XVe siècle. Colloque tenu à Bercy les 3, 4, et 5 octobre 2001*, Paris, Comité pour l’Histoire Économique et financière de la France, 2005, p. 123-152 ; Antonio Collantes de TERÁN SÁNCHEZ, “La Élite financiera en la Sevilla Bajomedieval: los mayordomos del concejo”, *Revista d’historia Medieval*, Nº 11, 2000 (Ejemplar dedicado a: Ciudades y élites urbanas en el Mediterráneo Medieval), pp. 13-40; IDEM, “Fiscalidad de Estado y concejos en el reino de Sevilla durante el reinado de los Reyes Católicos (1474-1504)”, in Denis MENJOT e Manuel SÁNCHEZ MARTÍNEZ, dirs. *Fiscalidad de Estado e fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales*, Madrid, Casa de Velázquez, 2006, p. 21-51. Ágata ORTEGA CERA, “Arrendar el Dinero del rey. Fraude y estrategias financieras en el estrado de las rentas en la castilla del siglo XV”, *Anuario de Estudios Medievales (AEM)*, 40/1, enero-junio de 2010, pp. 223-249. Máximo DIAGO HERNANDO “Arrendadores arandinos al servicio de los Reyes Católicos”, *Historia, instituciones, documentos*, Nº 18, 1991 , pp. 71-96, IDEM. “El perfil socioeconómico de los grupos gobernantes en las ciudades bajomedievales análisis comparativo de los ejemplos castellano y alemán”, *En la España medieval*, Nº 18, 1995 , págs. 85-134; IDEM, “Los hombres de negocios bearneses en la Corona de Aragón durante la segunda mitad del siglo XIV el ejemplo de Juan Mercer”, *Aragón en la Edad Media*, Nº 17, 2003 , págs. 131-166; IDEM, “Mercaderes y hombres de negocios en la Rioja a fines de la Edad Media, *Brocar: Cuadernos de investigación histórica*, Nº 31, 2007 (Ejemplar dedicado a: Historia Medieval de La Rioja / coord. por F. J. GOICOLEA JULIÁN), págs. 369-410. José Antonio JARA FUENTE, “Elites y grupos financieros en las ciudades castellanas de la Baja Edad Media”, *En la España Medieval*, Nº 27, 2004, págs. 105-130.

¹⁴⁵ Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 80

¹⁴⁶ Cf., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. II, fl. 129v. Tendo em atenção a cronologia, o contexto socioprofissional ou até mesmo a sintonização política com a causa do monarca, a que não será estranha a concessão do privilégio, é bastante plausível que se trate do mercador eborense Fernão Gonçalves Façanha.

Façanha (I), que foi prioste do Cabido da Sé¹⁴⁷, num momento que julgamos inicial do seu percurso e muito antes de assumir as funções de regedor¹⁴⁸. Trata-se, como se sabe, de um cargo com responsabilidades de natureza administrativa e contabilística, que permitia o contacto quotidiano com a vida económica de uma das mais ricas instituições eborenses. Vasco Rodrigues terá sido substituído pelo seu *homem*, Fernão Gonçalves Façanha, que, posteriormente, encontramos também como prioste¹⁴⁹. Para além das prováveis vantagens materiais, o exercício do cargo ter-lhes-á proporcionado também uma valiosa experiência de gestão contabilística e um forte envolvimento com os mecanismos da economia urbana.

Refira-se, ainda, que alguns não tiveram qualquer prurido em estruturar uma parte dos seus negócios em áreas e atividades menos “nobres”, porque mais próximas do mundo do trabalho artesanal. Foi esse o caso, por exemplo, de Rui Salvado, que – quase se poderia dizê-lo – foi um *empresário* de sucesso da produção de cerâmica, em Évora. Era possuidor de diversos fornos de fazer *telhas e talhas*, de dimensões e capacidade produtiva consideráveis, situadas no exterior da cerca nova da cidade, na zona das olarias, onde detinha diversos “chãos” e ferragiais necessários às várias fases da produção. Os esforços que desenvolveu, no sentido do alargamento dessas instalações, levam-nos a crer que a atividade se encontraria em expansão, nesses anos de notório crescimento urbano. Em Março de 1412, curiosamente durante o período em que exercia funções como juiz, aforou um chão do concelho, naquele lugar, para instalar mais dois fornos, dos quais pagaria vinte soldos antigos de foro¹⁵⁰. Rui Salvado é, pois, um bom exemplo de que estes homens não deixavam passar ao lado as boas oportunidades de negócio proporcionadas pelas dinâmicas da economia urbana.

Como vai ficando evidente, os interesses materiais dos que integraram o grupo governativo eram bastante diversificados. O pendor que os mesmos iam assumindo variava de acordo com o perfil social e o tipo de riqueza de cada um. Os mais abastados, e talvez os de maior prestígio e estatuto social, centravam o grosso dos seus interesses económicos na posse da terra. Eram, essencialmente, grandes lavradores e criadores de gado, como já vimos, o que não invalida que não pudessem envolver-se em atividades de natureza diversa. Para outros, com patrimónios rústicos menos estruturados, ainda que a riqueza proporcionada pela terra permanecesse nos seus horizontes, não se inibiam de lançar mãos aos mais variados tipos de

¹⁴⁷ACSE, CEC3 VII a), fl.121, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 1, doc. 63.

¹⁴⁸ Sobre o percurso de Vasco Rodrigues Façanha, veja-se Joaquim Bastos SERRA, “Os “Façanha”. Uma família da oligarquia eborense nos finais de trezentos”, Hermínia Vasconcelos VILAR, Maria Filomena Lopes de BARROS, eds., *Categorias sociais e mobilidade na Baixa Idade Média. Entre o islão e a cristandade*, Lisboa, Colibri, 2012, pp. 163-186.

¹⁴⁹ACSE, CEC 4 – XV, fl. 33 e CEC 4 – XVII, fl. 19.

¹⁵⁰ ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 62. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, pp. 112-113.

negócios lucrativos que o mercado urbano proporcionava. De qualquer modo, e apesar do muito que os distanciava, todos eles tinham em comum a procura do engrandecimento dos seus patrimónios e do seu nível de riqueza.

Note-se que o faziam numa posição de clara vantagem, assente na posse de privilégios, isenções e regalias que decorriam do seu estatuto, no caso dos que se encontravam já inseridos no seio do grupo nobiliárquico, ou do facto de, mesmo não integrando esse grupo, os terem obtido por via do serviço régio e do prestígio e da capacidade de influência alcançados. Um quadro comum numa sociedade de privilégios, organizada para manter as distinções sociais.

Entre os privilégios com significado sob o ponto de vista económico, que agora mais diretamente nos interessam, incluem-se, por exemplo, as *coutadas*, atribuídas, em profusão, a quintãs e herdades dos que passaram pela governação. De facto, apesar do esforço levado a cabo pelo poder régio no sentido de racionalizar a sua concessão, as *coutadas* continuaram a proliferar, ao longo de todo o período fernandino, num contexto político e militar em que se tornava pertinente fidelizar as incómodas elites locais, como já vimos. D. João I, sempre generoso quando se tratou de agraciar os que estiveram ao seu lado, deu continuidade à política de confirmação e de concessão de novas cartas de *coutada*.

Em conjunto, ao longo da nossa cronologia, foram beneficiários de *coutadas* ou de confirmação das mesmas: Fernão Gonçalves d'Arca e os seus filhos, Fernão Martins Brandão, Gonçalo Dias de Espinho, Gonçalo Rodrigues da Fonseca, João Esteves Lourinho, Martim Vasques Mascarenhas, Mem Gonçalves do Vimieiro, Rodrigo Álvares Pimentel, Rodrigo Eanes Fuseiro e, provavelmente, Fernão Gonçalves Façanha¹⁵¹

Refira-se que, para além do valor simbólico e do prestígio que a sua atribuição conferia, as *defesas* continham uma indiscutível valia económica, permitindo aos seus beneficiários o aproveitamento integral dos recursos florestais, cinegéticos e aquíferos (também relevantes num período marcado por longo período de seca, de que a documentação vai dando eco), evitando-se, ainda, a devassa de terras lavradas e de incultos.

¹⁵¹ (Fernão Gonçalves d'Arca, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 90). (Fernão Gonçalves, *ibidem*, liv. II, fl. 129v); (Fernão Martins Brandão, IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro I, fl. 35 v. pub. por Baeta NEVES, *op. cit.*, Vol. I, pp. 120-121, doc. 114), (Gonçalo Dias de Espinho IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 127v e BPE, *Convento da Graça*, Livro 26, doc. 12), (Gonçalo Rodrigues da Fonseca, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 76), (João Esteves Lourinho, *ibidem*, Livro III, fl. 51.) (Martim Vasques Mascarenhas, IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro I, fl. 35v-36. Pub. Por Baeta NEVES, *op. cit.*, vol. I. doc. 115, pp. 212-122), (Mem Gonçalves do Vimieiro, *ibidem*, Livro II, fls. 111-111v) (Rodrigo Álvares Pimentel IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 58v.) (Rodrigo Eanes Fuseiro, IANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, Livro, I, fl. 34 e fl. 78v.

Para além das coutadas, alguns dos maiores proprietários agrícolas foram também beneficiários de certas regalias atribuídas aos lavradores das suas terras. Esse tipo de privilégio foi concedido, por exemplo, a Martim Vasques Mascarenhas¹⁵². Por carta régia, datada de 1382, D. Fernando isentou todos os lavradores das suas herdades do pagamento de imposições fiscais concelhias¹⁵³. O objetivo da regalia era o de fixar e atrair mão-de-obra agrícola necessária à exploração das terras. Como facilmente se compreenderá, os privilégios desta natureza tinham um valor inestimável, sobretudo, num período, como aquele que então se vivia, de escassez e de carestia de mão-de-obra, que constituía um dos principais problemas com os quais os grandes produtores agrícolas se confrontavam.

A riqueza de alguns dos que vemos na governação foi também engrandecida por via das doações de bens, de foros e de direitos. A instabilidade militar do período fernandino e a dura luta pela coroa no contexto da crise dinástica, que tornou necessário fidelizar clientelas e retribuir apoios, fez aumentar o número de doações e diversificar o leque dos beneficiados.

A prodigalidade régia ganhou uma especial expressão com D. João I, que não deixou de beneficiar largamente alguns dos que mais se destacaram, em Évora, na defesa da sua causa. Entre os beneficiários, conta-se, por exemplo, Rodrigo Álvares Pimentel, que para além da alcaidaria de Monsaraz, recebeu a quintã da Oliveira, antes pertencente a Álvaro Mendes de Oliveira, nessa altura refugiado em Castela, assim como todos os bens móveis e de raiz que Beatriz Fernandes Cogominho tinha em Évora e que, igualmente, os perdera por *desserviço*¹⁵⁴. Também Álvaro Pires Carvoeiro viu aumentadas as suas rendas, com a doação dos foros e direitos de todas as casas que D. João tinha na cidade¹⁵⁵. Fernão Gonçalves d'Arca, por sua vez, recebem do monarca as azenhas de Ana Loura, no termo de Estremoz¹⁵⁶.

A esse tipo de privilégios, somavam-se outras atribuições, como as tenças, que vemos concedidas, por exemplo, a Fernando Afonso Cicioso¹⁵⁷. Benefícios que, em conjunto, foram contribuindo para reforçar o poder económico e consolidar o seu nível superior de riqueza.

¹⁵² IANTT, *Chancelaria D. Fernando*, Livro III, fl. 13.

¹⁵³ Sobre a noção, o tipo, as condições e os beneficiários de privilégios pode ver-se João Silva de SOUSA, "Das isenções de pagamento de impostos e da prestação de serviços régios e concelhios (1449-1451)", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*, n.º 5, 1990-1991, pp. 31-98.

¹⁵⁴ Respetivamente: IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 36v e 197v. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, 99-100. Fernão LOPES, *CDJI*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. CLI, p. 331. *Crónica do Condestável de Portugal. D. Nuno Álvares Pereira*, preparação do texto e introdução de António Machado de Faria, prefácio de Manuela Mendonça, Lisboa, Academia Portuguesa de História/QuidNovi, 2011, cap. LXI, p. 179.

¹⁵⁵ IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 76v.

¹⁵⁶ *Ibidem*, Livro II, fl. 36.

¹⁵⁷ Em 1441, O regente D. Pedro, concede a Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, residente em Évora, a tença anual de 50.000 libras, desde 1 de janeiro anterior e enquanto sua mercê for, a receber no

Mas, numa outra dimensão, quando falamos de regalias e vantagens destes homens que poderiam favorecer os seus interesses materiais e o desenvolvimento das suas atividades económicas, não podemos deixar de considerar aquelas que decorriam do facto de exercerem o poder político e de, por isso, se encontrarem no centro dos processos de decisão dos mais variados aspetos da vida concelhia.

Como se sabe, e já fomos deixando entrevisto no capítulo II, quando identificámos o conteúdo funcional de cada um dos cargos, o concelho tinha um papel determinante na orientação da vida económica local, em matérias tão díspares quanto o tabelamento dos salários, a definição das condições de produção e de comercialização ou a implementação de medidas tendentes à “defesa do consumidor”¹⁵⁸. De facto, levando em linha de conta esse amplo campo de atuação – tão claramente expresso no *Livro de Posturas* da cidade de Évora – quase poderíamos dizer que poucas seriam as atividades económicas que não passavam pelo apertado crivo do concelho.

Essa enorme capacidade de controlo permitia aos governantes locais, senão orientar em seu favor muitas das decisões, pelo menos, ir conjugando a defesa do *bem comum* com a promoção dos seus interesses próprios. A permeabilidade da administração aos interesses dos grupos dirigentes não é obviamente algo de exclusivo de Évora, mas antes uma realidade comum à generalidade das oligarquias urbanas. José Mattoso, e na sua senda Armindo de Sousa, há muito demonstraram, a partir da análise dos capítulos de Corte, que por detrás de uma boa parte das reivindicações concelhias, estão presentes os objetivos dos grupos dirigentes. Mais do que a voz do comum dos moradores dos concelhos, era a voz do governantes e dos seus interesses que se fazia ouvir nos parlamentos medievais¹⁵⁹.

Também sob este ponto de vista, a pertença ao concelho se apresentava como algo de vantajoso, permitindo o acesso, aos que se mantinham perto da administração, a uma plataforma política que se mostrava capaz de defender os seus cadernos reivindicativos junto das instâncias superiores de poder.

almoxarifado da dita cidade, para além das 300.000 que já recebia de tença. Cf. *Monumenta Henricina*, ed. António Joaquim Dias Dinis, vol. VII (1439-1443), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1965, p. 267. Veja-se Maria Cristina de Almeida e CUNHA, Maria Cristina Gomes PIMENTA, *A casa senhorial do Infante D. Henrique: organização social e distribuição regional*, Sep. da *Revista da Faculdade de Letras-História*, Porto, II Série, vol. 1, 1984, p. 24.

¹⁵⁸ Recuperamos, aqui, o título de um esclarecedor artigo de Iria GONÇALVES, “A defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – século XIV e XV)”, IDEM, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 97-116.

¹⁵⁹ Veja-se: José MATTOSO, “Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385”, in *Fragmentos de uma composição Medieval*, Lisboa, Editorial estampa, 1990, pp. 263-275. Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais Portuguesas*, Lisboa, INCM-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, vol. I, pp. 206-209, por exemplo; IDEM, “O discurso político dos concelhos na Cortes de 1385”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. 2, 1985, pp. 18-25.

Não temos para o nosso período capítulos especiais de Cortes do concelho eborense. Basta, contudo, uma breve passagem por algumas das *petições avulsas* que a administração da cidade foi fazendo chegar ao monarca, para ficarem claros os propósitos daqueles que as apresentam. Vimo-lo já quando nos referimos à reação do concelho eborense à intenção régia de limitar as coutadas, que se consideravam prejudiciais para a pecuária. No fundo, pela voz do concelho, são os grandes criadores que se queixam e seriam eles os grandes beneficiados com as alterações que propõem em nome do *bem comum*.

Podemos também supor que a pressão que o concelho de Évora foi fazendo, junto da coroa, durante o período das guerras castelhanas, no sentido de salvaguardar os gados das investidas dos inimigos, pudesse não ter sido tão enérgica se entre os próprios dirigentes locais não se encontrassem alguns dos grandes ganadeiros da região. Seja como for, refira-se que nesta, como em tantas outras situações, os pedidos do concelho foram ouvidos, tendo sido concedidas prerrogativas excepcionais para que os gados “dos moradores da cidade” pudessem utilizar, sem pagamento de montado, as pastagens de Campo de Ourique e sem entraves as coutadas de *a par* do Tejo e da Estremadura”, enquanto a guerra durasse¹⁶⁰.

A defesa destas e de outras matérias em que os que dominavam o concelho tinham interesses económicos vai ficando subjacente a muitos outros pedidos, pelos quais se foi procurando fixar mão-de-obra ou, por exemplo, evitar a concorrência comercial de gente exterior ao concelho¹⁶¹. Objetivos que naturalmente favoreciam os seus interesses.

Se é verdade que, para muitos, a riqueza e o destaque que ela confere terão sido fatores relevantes no acesso ao poder concelhio, por sua vez a passagem pelo poder foi, também ela, contribuindo para o reforço da capacidade económica do grupo dirigente, numa clara demonstração que poder político e económico são duas realidades que quase sempre caminham a par.

3. VIAS DE ASCENSÃO E DE MOBILIDADE SOCIAL

3.1. AS CARREIRAS RELIGIOSAS E RELIGIOSO-MILITARES

As carreiras religiosas constituíam, como se sabe, uma das vias mais comuns de ascensão social, que não deixou de ser aproveitada também pelas famílias oligárquicas da cidade. Muito embora o delinear dessas carreiras tivesse passado por muitas outras instâncias,

¹⁶⁰ Privilégios obtidos em 1385, 1387 e 1388, cf., Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 95 e 89, IANTT, *Gavetas III*, Maço, 5, doc. 9.

¹⁶¹ Por exemplo: ADE, Arquivo Municipal, *Livro 4º de Pergaminho* (n.º 70), fl. 3, 16; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Originais* (n.º 71), fl. 189; Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, pp. 101-102.

a sua presença ganhou, por motivos óbvios, uma particular evidência nas instituições religiosas da cidade. Referimo-nos já, anteriormente, à inserção de membros integrantes do grupo governativo nos mosteiros instalados em Évora, mas essa presença alargava-se também às colegiadas e, sobretudo, à catedral, onde os apelidos já nossos conhecidos eram igualmente comuns.

De entre todas as instituições religiosas eborenses, a catedral foi, de facto, aquela onde o seu peso era o mais significativo, contando-se entre os prelados, os cónegos e os dignitários muita gente oriunda da cidade ou com forte ligação a ela. O peso que a dimensão local tinha no recrutamento de cónegos e bispos foi já realçado por Hermínia Vilar, quer na sua dissertação de doutoramento sobre a diocese de Évora, quer em trabalhos mais recentes que são, aliás, bastante esclarecedores quanto à forte inter-relação que se estabelecia entre a oligarquia e a catedral da cidade¹⁶². As lógicas de aproximação às catedrais, por parte dos grupos em ascensão, não era, obviamente, algo de exclusivo de Évora, mas antes uma realidade comum à generalidade das elites urbanas portuguesas¹⁶³ e de além-fronteiras, como os estudos centrados na análise da composição social dos cabidos catedralícios têm vindo a revelar¹⁶⁴.

Para as famílias em busca de reforço das suas posições, essa aproximação surge como uma consequência, quase natural, das suas vorazes estratégias de controlo dos polos de poder urbano, que não poderiam passar ao lado de instituições com uma tal projeção e riqueza. Lembremos que em Évora, como em tantas outras cidades diocesanas, a catedral constituía uma das mais proeminentes instituições sedeadas no espaço urbano. Para além do seu imenso poder económico, suportado por um significativo lastro patrimonial e pelos frutos da ação

¹⁶² Veja-se Hermínia VILAR, "Canons and cities: cathedral chapters and social composition in the medieval Portugal", *E- Journal of Portuguese History* 5, 2008, pp. 1-19. Usa no seu estudo quatro cidades diocesanas. http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue10/html/hvilar_main.html

¹⁶³ Para além do artigo de Hermínia Vilar, anteriormente citado, em que se estabelece um quadro comparativo do perfil social dos cónegos de quatro cidades portuguesas, Braga, Lisboa, Lamego e Évora, vejam-se também os trabalhos de Mário Farelo sobre a diocese de Lisboa e de Ana Maria Rodrigues sobre Braga, cf., Mário FARELO, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003; Ana Maria RODRIGUES, "Contribution to the Study of the Portuguese Urban Elites: Cathedral and Collegiate Canons", Marc BOONE e Peter STABEL, eds. *Shaping Urban Identity in Late Medieval Europe*, Leuven-Apeldorn, Garant, 2000, pp. 237-253, IDEM, Ana Maria RODRIGUES (em colaboração com João Carlos Taveira Ribeiro, Maria Antonieta Moreira da Costa e Maria Justiniana Maciel), *Os Capitulares Bracarense (1245-1374). Notícias biográficas* Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa, 2005. Pode ver-se também: Maria Antonieta Moreira da COSTA, "Os cónegos da Sé de Braga e a sociedade local (1245-1278)", *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2ª série, nºs 13-14, 2001-2002, pp. 41-58.

¹⁶⁴ Nos artigos referidos na nota anterior, os autores fornecem uma extensa bibliografia sobre o tema, relativa a Portugal e a outras realidades europeias.

religiosa desenvolvida numa vastíssima diocese, a catedral exercia também uma indiscutível capacidade de influência que derivava essencialmente da sua inserção nos mais vastos círculos de poder eclesiástico e político. Para esses grupos familiares, a colocação de membros no seio dos cabidos, para já não nos referirmos à detenção das cadeiras episcopais, permitia o acesso a essas esferas de poder e a pingues rendimentos, fatores que, a par do prestígio que o exercício de altas funções eclesiásticas trazia consigo, se revelavam de extrema importância no reforço das suas posições.

Note-se, ainda, que no caso português, onde os monarcas tinham um papel chave na escolha dos prelados, o acesso ao episcopado, por parte de membros das elites locais, era também facilitado pelo facto de estas se movimentarem, frequentemente, junto dos círculos régios. Com efeito, como se sabe, e o caso de Évora demonstra bem, a aproximação à Corte e ao serviço régio constituía, para os grupos em ascensão, uma das vias incontornáveis de reforço de posições. Adiante, teremos oportunidade de analisar essa dimensão mais detalhadamente. Era, assim, comum, que muitos bispos fossem nomeados de entre uma média nobreza de Corte ou de serviço, oriundas não raras vezes das elites urbanas, que se movimentava no entorno régio. Assim aconteceu, também, com diversos grupos familiares ligados à cidade que, paralelamente ao controlo do poder municipal e à aproximação à Corte apostaram forte nas carreiras eclesiásticas, sobretudo seculares.

Entre os diversos grupos familiares da cidade ligados ao concelho, os Oliveira são talvez um dos casos mais paradigmáticos a este nível. Trata-se, como já vimos, de uma família que vemos no poder municipal, desde pelo menos 1254¹⁶⁵, mas cujo protagonismo passou, essencialmente, pelo delinear de proveitosas carreiras eclesiásticas, que se constituíram como uma das principais linhas de força das suas estratégias. A presença de destacadas figuras, oriundas desta família, no topo da hierarquia eclesiástica, em gerações sucessivas, desde meados de duzentos até às primeiras décadas do século XV, são bem o testemunho do sucesso dessa aposta¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Nessa data, encontramos Martim Mendes de Oliveira como juiz concelho, cf., Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 609.

¹⁶⁶ Os dados que a seguir se apresentam relativos às carreiras eclesiásticas de diversos membros desta família foram essencialmente recolhidos nos trabalhos de Hermínia Vilar, muito particularmente na sua dissertação de doutoramento, sobre a diocese de Évora, onde naturalmente a análise das carreiras e das relações familiares mereceu uma especial atenção. A autora incluiu mesmo neste trabalho um quadro genealógico relativo aos Oliveira, que se revela precioso para o entendimento das relações entre os diversos cónegos e prelados que usaram este apelido. Nesse trabalho, é também indicada a bibliografia existente sobre alguns dos mais destacados prelados oriundos deste grupo familiar. Cf. Hermínia VILAR, *as dimensões...*, especialmente o cap. II e os anexos 1 e 2 que reúnem os dados prosopográficos.

Foram, de facto, muitos os detentores de relevantes carreiras eclesiásticas oriundos deste grupo familiar dos Oliveira. É o caso de Martim Pires (de Oliveira), Bispo de Évora (1237-1266)¹⁶⁷, e do seu sobrinho Martim Pires de Oliveira (II), Arcebispo de Braga (1295-1315), que terá iniciado a sua carreira como chantre de Évora (1289-1293)¹⁶⁸. Nas gerações seguintes serão os filhos de Ousenda de Oliveira, irmã de Martinho Pires e Oliveira (II), e de Afonso Eanes de Brito, que assumem maior destaque. Referimo-nos a João Afonso de Brito, que foi cónego e deão de Évora (1321-1324) transitando, posteriormente, para Lisboa como bispo (1326)¹⁶⁹, e o seu irmão Martim Afonso de Brito, que ocupou durante alguns anos a cadeira episcopal eborense (1341-1347)¹⁷⁰. A capacidade de fornecer Bispos, por parte destas mesmas famílias, manteve-se nas décadas seguintes, agora corporizada nas figuras de Martim Gil de Brito, Bispo de Évora (1368-1382)¹⁷¹ e de Diogo Álvares de Brito – muito provavelmente sobrinho dos Bispos João e Martim Afonso de Brito – que foi também prelado desta diocese (1406 -1415) e que, posteriormente, vemos como Arcebispo de Lisboa (1415-1422)¹⁷².

Eram, ainda, oriundos dessas famílias, os cónegos de Évora: Lourenço Eanes de Oliveira (1321-1339)¹⁷³ e Mem Pires de Oliveira, que passou também pelas funções de chantre da mesma diocese (1376-1400)¹⁷⁴.

Dados que revelam que, para os Oliveira e para os Brito, a aposta nas altas carreiras eclesiásticas constituiu um vetor fulcral das suas estratégias de afirmação e de ascensão social. Refira-se, ainda, que apesar da proeminência que obtiveram os ter projetado no quadro eclesiástico nacional, eles não deixaram de manter, ao longo de mais de dois séculos, uma forte capacidade de controlo e de influência no seio da catedral inscrita na cidade onde continuaram a ter uma das bases do seu poder familiar.

Não causa, por isso, nenhuma surpresa que os homens com ligações àqueles grupos familiares, que passaram pela governação na nossa cronologia, em conformidade com essas mesmas lógicas, tivessem procurado conservar ativa as suas redes de influência no interior da catedral eborense, lançando alguns dos seus membros em carreiras eclesiásticas, que se esperariam promissoras.

O regedor Fernando Afonso Cicioso e os seus descendentes consubstanciam um exemplo cabal desse tipo de estratégia. Este homem, sobrinho do influente D. Diogo Álvares

¹⁶⁷ *Ibidem*, pp. 50-55 e 329.

¹⁶⁸ *Ibidem*, pp. 329-330.

¹⁶⁹ *Ibidem*, pp. 81-85 e 324-325.

¹⁷⁰ *Ibidem*, pp. 87-89.

¹⁷¹ *Ibidem*, pp. 95-97.

¹⁷² *Ibidem*, pp. 99-100.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 379.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 330.

de Brito, oriundo de uma família com larga tradição eclesiástica e casado com a filha de Álvaro Mendes de Oliveira, o detentor, a esse tempo, do morgadio instituído pelo Bispo D. Martinho Pires, manteve ao longo do seu percurso uma natural proximidade com a catedral. O peso que as prestigiadas relações familiares terão assumido nessa proximidade é também confirmado pelas doações que fez ao cabido. Em 1429 deixou 30 marcos de prata para aniversários dos Bispos D. João e D. Diogo¹⁷⁵, ambos sepultados no claustro da sé eborense. Alguns anos depois, em 1445, concedeu a esse mesmo instituto, com autorização régia, diversas herdades, no valor de 200 escudos de ouro, para a instituição de uma capela por alma daqueles preladados¹⁷⁶.

É, assim, sem estranheza, e quase como consequência natural das trajetórias familiares que o envolvem, que, nos anos seguintes, se assistirá à presença de um dos filhos do Regedor no seio do corpo capitular eborense. A tradição seguia, então, com Fernando Afonso Cicioso II, homónimo do seu pai, que vemos como cónego da Sé de Évora, sensivelmente entre a década de quarenta e o final dos anos setenta de quatrocentos¹⁷⁷.

Vale a pena realçar, pelo papel que lhes era concedido nas estratégias de estruturação do seu poder urbano, que os Cicioso mantiveram, praticamente ao longo de todo o século XV, lógicas de inserção dos seus membros em duas das mais poderosas instituições da cidade: a catedral e o concelho. No que a este diz respeito, a representação familiar, na geração seguinte, fez-se na figura de um dos filhos do cónego Fernando Afonso, concretamente, João Mendes Cicioso que, não por acaso, será um dos homens mais prestigiados da administração municipal de Évora, nas décadas finais do século XV¹⁷⁸.

Diga-se, ainda, que as estratégias desta família assumiram outras frentes, passando também pela aproximação à Corte e às ordens religiosas e militares, como veremos adiante.

¹⁷⁵ ACSE, EE, 13a e RR 9ª. Veja-se também Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, p. 546.

¹⁷⁶ ACSE, CEC 3 – VII d), fls. 62-70v; fls. 93-96. CEC 3- VII a), fls. 237-243. CEC – 3 VII c), fls. 289-290, *MH*, vol. VII, doc. nº 158, pp. 248-249.

¹⁷⁷ Em 23 de fevereiro de 1446 era já identificado como cónego da Sé de Évora, cf. ACSE, CEC 3- VII d), fl. 62. Em Maio de 1479, surge, ainda, referenciado enquanto tal, ACSE, CEC 6-VIII, fl. 60.

¹⁷⁸ João Mendes Cicioso teve um crescente protagonismo no concelho nas duas últimas décadas do século XV. O *Cursus honorum* deste infatigável oficial passou pela procuração às cortes, pelo desempenho de diversas missões específicas junto da administração central, mas também pelos cargos de vereador e procurador do concelho, cargos que vai alternando com diversas funções para as quais é diretamente nomeado pelo rei, como recebedor dos empréstimos, provedor de contas da aposentadoria, juiz dos órfãos, e mesmo juiz pelo rei, função que interinamente chega a ocupar. A eficácia desse seu desempenho é amplamente recompensado por D. Manuel, que o autoriza a colocar as suas *armas* no Paço do Concelho, num gesto de reconhecimento, mas que assume, também, contornos de clara exemplaridade, de uma atuação que, certamente, se gostaria de se ver seguida por outros oficiais. Veja-se Joaquim Bastos SERRA, “Entre a promoção do *bem comum* e a defesa dos interesses próprios. A oligarquia concelhia de Évora no século XV”, *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*, II Série, vol III, *A Cidade e o Campo I*, Ponta Delgada, 2008/2009, p. 88.

Para além dos Oliveira/ Brito/Cicioso que são, sem dúvida, os casos mais evidentes, no que diz respeito à aproximação à igreja, outras famílias ligadas ao concelho foram igualmente procurando colocar os seus homens nas estruturas eclesiásticas seculares, muito especialmente na catedral eborense. Caso, por exemplo, de um dos ramos dos Chaves, instalados em Évora desde meados de trezentos, de onde saiu um dos Bispos da cidade, D. João Gomes de Chaves, cujas relações familiares se estendem também ao universo oligárquico¹⁷⁹. Do mesmo grupo familiar é o cónego Lourenço Mendes, que integrou o corpo capitular entre 1376-1400¹⁸⁰. Também os Pestana, ligados por casamento aos Oliveira¹⁸¹, foram mantendo ativas as suas lógicas de proximidade com o cabido da cidade, como se confirma, por exemplo, pela presença de Álvaro Dias Pestana entre os cónegos¹⁸².

Embora os não tenhamos detetado em nenhum cargo de relevo no interior das estruturas eclesiásticas, também os Fuseiro terão feito uma aproximação estratégica à igreja. Nos anos oitenta de trezentos, por exemplo, encontramos referenciados, como clérigos, diversos homens que usavam aquele apelido, caso João Afonso Fuseiro, João Rodrigues Fuseiro, Lopo Rodrigues Fuseiro e Pedro Afonso Fuseiro. Os seus nomes surgem incluídos numa listagem de clérigos eborenses que solicitam ao Papa Clemente V, com a intercessão do Infante D. João de Castro¹⁸³, a expectativa de canonicatos prebendados e de outros lugares em várias instituições religiosas do reino¹⁸⁴. Refira-se que, na Súplica em causa, João Afonso Fuseiro e Pedro Afonso Fuseiro são identificados como escolares, respetivamente de direito civil e canónico, deixando também evidente a aposta que este grupo familiar foi fazendo na formação universitária, que se mostrava relevante na estruturação de carreiras na administração eclesial ou laica. Uma via de promoção social que, como se comprova, os Fuseiro não deixaram de aproveitar. Pelo menos para João Afonso Fuseiro, cujo percurso é

¹⁷⁹ Este Bispo é irmão de Martim Gomes de Chaves, um grande proprietário eborense, documentado na cidade desde meados de trezentos, cujos descendentes se terão aproximado dos Oliveira, por via do casamento. Um dos sobrinhos do Bispo, Nuno Fernandes de Chaves, muito embora surja ligado à administração municipal de Lisboa, onde exerceu diversos cargos, era um homem da cidade de Évora, da qual se dizia vizinho e morador e onde detinha um significativo património. Por doação régia, recebeu em préstamo os direitos da Mouraria da cidade. Nos anos finais da nossa cronologia, mais concretamente em 1433/34, o apelido Chaves surge também entre os que desempenharam funções camarárias em Évora, caso do vereador Rui Mendes de Chaves (cf., nota biográfica n.º 161). Sobre a relação dos Chaves com a cidade de Évora, veja-se Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, p. 541. Sobre a ligação de Nuno Fernandes de Chaves à administração municipal de Lisboa, veja-se Mário FARELO. *A oligarquia...*, biografia 224, pp. 601-604.

¹⁸⁰ Hermínia VILAR, *op. cit.*, p. 93 e 382.

¹⁸¹ Pedro de Oliveira, irmão do Bispo de Évora Martim Pires, casou com D. Elvira Pestana, IDEM, *Ibidem*, quadro genealógico, pp. 48-49.

¹⁸² É possível que seja descendente de Mem Pestana, cf. Hermínia VILAR, *op. cit.*, p. 342.

¹⁸³ Já em capítulo anterior, nos referimos ao significado político deste facto. Vd., cap.

¹⁸⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, p. 97, n. 385 (1380, Fev. 29, Avinhão), pub. também por Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 482-483.

melhor conhecido, essa aposta obteve pleno êxito. Como se sabe, este homem foi detentor de uma longa carreira como alto funcionário, não nas estruturas eclesiásticas, mas na administração régia, onde passou pelos cargos de juiz do cível pelo rei, na cidade de Lisboa, e de sobrejuiz, Corregedor da Corte e Desembargador¹⁸⁵.

Tivesse sido como rampa de lançamento para outros percursos ou na própria concretização de carreiras eclesiásticas, a aproximação às estruturas da igreja constituía, pois, uma via de reforço de posições largamente aproveitados por estes grupos.

Não podemos falar de reforço de posições sociais, e dos mecanismos que as proporcionavam, sem nos referirmos às ordens religiosas e militares, que constituíram uma via não despicienda de ascensão e mobilidade para Mestres e Comendadores que, em muitos casos – como demonstrou Luís Filipe Oliveira num estudo esclarecedor no que diz respeito à composição social das milícias – eram, precisamente, oriundos das elites urbanas¹⁸⁶.

As pujantes elites de Évora, a par das de Lisboa e de Santarém, como se comprova nesse estudo, estavam bem representadas nas ordens, sobretudo nas de Santiago e de Avis, por motivos que se prendem, naturalmente, com a implantação territorial e a maior influência que estas milícias tinham na região meridional do reino.

Entre os freires e comendadores contava-se, de facto, um número significativo de homens oriundos de famílias de Évora, muitas das quais ligadas à gestão municipal da cidade. Na nossa cronologia, o exemplo mais cabal desta ligação entre gente das ordens e do concelho é o de Diogo Lopes de Brito, que foi comendador de Coruche, da ordem de Avis, e claveiro¹⁸⁷, e que encontramos também no concelho como procurador, num dos anos camarários do intervalo temporal em estudo¹⁸⁸. Mas, ele é, apenas, o caso mais evidente e imediato de um amplo envolvimento das famílias ligadas à governação com as referidas ordens¹⁸⁹.

Não sem algum exagero, quase poderíamos dizer que quase todos os apelidos que fomos encontrando entre os que constituíam a primeira linha da governação municipal

¹⁸⁵ Sobre o percurso deste homem na administração, veja-se Armando Luís de Carvalho *HOMEM, O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 331-332 (biografia 130) e Mário FARELO, *op. cit.*, pp. 694-607 (cf., nota biográfica n.º 300).

¹⁸⁶ Sobre a composição social das ordens de Avis e de Santiago, entre 1339-1449, e sobre o papel que os membros oriundos das elites urbanas assumiam no seu seio, veja-se Luís Filipe OLIVEIRA, *A coroa, os Mestre e os comendadores...*, pp. 169-170 e 173-176.

¹⁸⁷ *Ibidem*, pp. 316-320.

¹⁸⁸ ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 41-41v.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 170 e sgts.

eborense estavam também presentes nas ordens. Assim acontecia com os Oliveira. Um apelido partilhado por homens que foram passando pela milícia de Santiago, como Gonçalo de Oliveira, que foi comendador de Casével, e Gonçalo Mendes de Oliveira, provedor do convento da ordem (1396-98)¹⁹⁰. Este último, talvez fosse irmão do já nosso conhecido Álvaro Mendes de Oliveira¹⁹¹. Também os Pestana, família de antiga implantação na cidade, cuja ligação ao governo local remonta a meados do século XIII¹⁹² e cuja continuidade, no nosso período, estava em mãos do Regedor Fernão Martins Pestana, não era estranho entre os comendadores da ordem de Avis. Entre eles constata-se a presença de Lourenço Mendes Pestana, alcaide de Veiros e Comendador de Coruche, na segunda metade do século XIV¹⁹³. Os Lobo, que, como sabemos, tiveram um papel capital na gestão do município, ensaiaram também a sua ligação às ordens, neste caso, por via de Gonçalo Lobo. Homem de Évora, aparentado, decerto, de Gonçalo Eanes Lobo, corregedor em Lisboa, que foi provedor do convento e comendador de Samora Correia, da ordem de Santiago, por meados de Trezentos¹⁹⁴. Aos já referidos, podemos adicionar apelidos como Brandão, Frandino, Abreu, Godinho ou Nogueira¹⁹⁵, todos eles presentes nas ordens, que também encontramos, com maior ou menor regularidade, nos cargos concelhios.

Muito embora nem sempre seja possível o estabelecimento das relações de parentesco concretas entre todos os que iam usando os mesmos apelidos, parecem evidentes as lógicas familiares de envolvimento com as ordens religiosas e militares, cuja relação se foi aprofundando, por vezes, ao longo de gerações sucessivas.

A prioridade concedida à manutenção da relação com as milícias, fica também expressa no facto de, em diversos casos, se verificar, entre os freires e comendadores, uma passagem de testemunho para as gerações seguintes, assim se procurando assegurar a continuidade dos respetivos grupos familiares no interior das ordens. Foi claramente essa a estratégia seguida por Diogo Lopes de Brito, o já referido comendador de Coruche, que viu um dos seus filhos, Lopo Dias de Brito, assumir a comenda que fora sua, sendo também significativo que a sua

¹⁹⁰ *Ibidem*, pp. 444-445.

¹⁹¹ É provável que se trate de um filho bastardo de João Mendes de Oliveira, que vemos legitimado por D. João I, (IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 14v), nesse caso, seria meio irmão de Álvaro Mendes de Oliveira, que caiu em *desserviço* ao ter optado pelo partido de D. Beatriz, veja-se, também, IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro II, fl. 42v-43, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 17.

¹⁹² O mais antigo membro desta família, com ligação ao concelho, é Mendo Eanes Pestana, que foi juiz da cidade, em 1254, cf. Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média....*, p. 609.

¹⁹³ Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 363-365.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 443.

¹⁹⁵ Seguimos Luís Filipe OLIVEIRA, sobretudo, na secção III, a e b., *op. cit.*, pp. 301-518.

filha Isabel Dias de Brito tivesse contraído casamento com Nuno D'Antas, um homem que se movimentava próximo de Santiago¹⁹⁶.

A procura de reforço de posições no interior das milícias, no caso vertente na de Santiago, fica também evidente para os filhos e netos de um dos nossos regedores. Referimo-nos a Martim Vasques Mascarenhas, vassalo régio, que vemos como regedor do primeiro período¹⁹⁷. A ligação à ordem de Santiago, por parte dos Mascarenhas, fez-se por via do seu filho Fernão Martins Mascarenhas, que foi comendador da Represa e de Garvão, tendo passado, posteriormente, pelo cargo de alcaide de Mértola¹⁹⁸. Dois dos seus filhos, concretamente, Nuno Mascarenhas e Martim Vasques Mascarenhas (II), seguiram as pisadas do seu pai nessa mesma ordem, onde igualmente foram comendadores¹⁹⁹.

Também Fernando Afonso Cicioso, um homem que, como vimos, jogou os destinos familiares em diferentes tabuleiros, não deixou de estender a sua ligação às ordens, neste caso à Ordem de Cristo, onde provavelmente teria ligações, já que surge referenciado como cavaleiro da casa do infante D. Henrique²⁰⁰. Nessa mesma ordem iremos, sem surpresa, encontrar um dos seus filhos, João Fernandes, referenciado em 1452 como comendador das Olalhas²⁰¹.

Exemplos que deixam bem claro o peso e a relevância que estes homens e grupos familiares concediam à sua relação com as ordens.

Essa aproximação não era, obviamente, destituída de interesses. Talvez mais do que as vocações religiosas, ou pelo menos paralelamente aos motivos de natureza espiritual, outros objetivos se cumpriam nessa aproximação.

Para além dos benefícios materiais, consubstanciados, por exemplo, nos proveitos e nas rendas auferidas pela detenção das comendas ou de outros direitos, as vantagens que se poderiam retirar dessa aproximação eram sobretudo de natureza simbólica e social. As primeiras decorriam do prestígio que a entrada numa ordem militar com uma *imagem* nobilitante conferia, os segundos jogavam-se, essencialmente, na aproximação aos círculos da Corte e aos seus homens que, cada vez mais, marcavam o ambiente social das ordens.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 318.

¹⁹⁷ Veja-se, nota biográfica n.º 131.

¹⁹⁸ Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 429-433.

¹⁹⁹ Sobre a presença de Nuno Mascarenhas e Martim Vasques Mascarenhas (II) nas ordens, veja-se IDEM, *ibidem*, pp. 479-481. Veja-se, também, António Pestana de VASCONCELOS, "Os Mascarenhas, uma família da ordem de Santiago", in Luís Adão da Fonseca (org), *Comendas das Ordens Militares na Idade Média, Actas do seminário internacional realizado no Porto em 3 e 4 de Novembro, de 2008*, Porto, 2009, pp. 163-180.

²⁰⁰ Por exemplo: IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 154v.

²⁰¹ Cf., João Luís Inglês FONTES, *op. cit.*, pp. 92 (e notas 102 e 103).

Como se sabe, no nosso período, a coroa tinha já um peso decisivo quer no recrutamento dos freires e dos comendadores, quer, sobretudo, na indicação dos Mestres, escolhidos entre gente próxima e da inteira confiança dos monarcas²⁰². Uma dimensão que se aprofundou com a entrega do comando das ordens a membros das mais importantes famílias da Corte e aos próprios infantes²⁰³. No século XV, o controlo das milícias por parte da coroa, seja em Avis, em Santiago e também na de Cristo, que passa a estar em mãos do infante D. Henrique, era uma realidade inquestionável²⁰⁴.

Em boa parte, foi este quadro social que justificou a forte adesão dos nossos grupos familiares às ordens. Diga-se, contudo, que para muitas destas famílias a aproximação aos círculos régios e cortesãos era uma realidade que, de uma ou de outra forma, há muito vinha a ser esboçada, constituindo um horizonte que, por diversas vias, se ia procurando reforçar. A projeção da cidade no quadro sociopolítico do reino e as conjunturas político-militares que cruzam o nosso período favoreciam largamente esse desiderato.

3.2. SERVIR O REI E A COROA – UM PATAMAR INCONTORNÁVEL NOS PERCURSOS ASCENSIONAIS

De há muito que as famílias de Évora que vemos ligadas à governação urbana foram procurando o envolvimento com os monarcas e o serviço régio, fosse ele na Corte, nos cargos militares ou por via das carreiras na burocracia da administração central, por exemplo.

Uma aproximação que lhes permitia capitalizar em proveito próprio o reconhecimento, o prestígio, o capital social e a “pátina” nobilitante que o serviço do rei trazia consigo. Vetores de distinção que, a par dos benéficos materiais que ofereciam, se revelavam indispensáveis nos seus processos ascensionais²⁰⁵. A significativa presença de gente oriunda das elites urbanas que, nestes finais de trezentos e inícios da centúria seguinte, ia enxameando a Corte e as estruturas da administração, revelam-nos que as mesmas se encontravam relativamente abertas a esses grupos²⁰⁶.

²⁰² Esse recrutamento entre homens próximos da coroa e, muitas vezes, simultaneamente vinculados ao mundo urbano, verifica-se sobretudo a partir de meados do século XIV, Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 154-158.

²⁰³ *Ibidem*, p. 200

²⁰⁴ Maria Cristina Almeida e CUNHA, *Estudos sobre a Ordem de Avis (séculos XII-XV)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009, p. 43.

²⁰⁵ Sobretudo durante o reinado joanino são muitos os exemplos de nobilitação de indivíduos, alguns dos quais oriundos das elites dos principais núcleos urbanos do reino, como Lisboa ou Santarém, a partir do desempenho de cargos na burocracia régia. Os casos dos Nogueira ou os do Sem são exemplares a este nível, veja-se Rita Costa GOMES, *op. cit.*, pp. 135-138.

²⁰⁶ O recrutamento de funcionários régios entre os membros das elites locais é uma realidade que se consta quer o nível do desembargo quer ao nível da administração periférica. O envolvimento de gente local em cargos régios é bastante evidente em cidades mais próximas da coroa, como era o caso de

Em certa medida, esta aproximação era fomentada pelos próprios monarcas que, assim, iam envolvendo e conquistando o apoio das indispensáveis oligarquias locais, que se podiam mostrar um contrapeso não negligenciável na gestão dos equilíbrios políticos²⁰⁷.

Nessa aproximação aos círculos régios, os membros da oligarquia eborense beneficiaram do facto de se encontrarem à frente dos destinos de uma das maiores cidades do reino²⁰⁸, que constituía, ao lado de Lisboa e de Santarém, um dos eixos das deslocações e da permanência da Corte, assumindo uma progressiva centralidade política. Posição que indiretamente acabava por conceder um particular protagonismo e projecção aos dirigentes da edilidade, permitindo-lhes um contacto mais imediato com as estruturas da administração central.

Designados como escudeiros de rei, criados ou vassallos régios – este último, um termo que apesar de todas as ambiguidades semânticas não deixa de remeter para um cunho senão nobilitante pelo menos conferidor de prestígio – os nossos homens e grupos familiares foram construindo uma relação de proximidade com os monarcas, em alguns casos aprofundadas ao longo de várias gerações.

Assim terá acontecido com famílias como os Brito, que desde pelo menos o reinado de D. Afonso IV, se movimentavam nos círculos régios e que não deixaram de colher os frutos de uma relação que se mostrou relevante, por exemplo, na estruturação de altas carreiras eclesiásticas, sobre as quais assentaram, em boa parte, as suas estratégias de promoção social²⁰⁹.

Muitos outros procuraram nas estruturas palatinas ou da administração central e periférica, em crescimento, o delinear de carreiras que, como tantos casos demonstram,

Lisboa, onde, como demonstrou Mário Farello, era comum, para um bom número de oficiais, a transposição entre funções régias e concelhias (cf. Mário FARELO, *op. cit.*, p. 274 e pp. 295-297). Em Évora essa realidade era também comum, embora de uma forma menos evidente. A participação das elites urbanas na máquina administrativa do *estado* não deixava de ter significado político. Como notou Adelaide Millán da Costa, essa abertura favorecia a adesão e o envolvimento das oligarquias com as políticas régias. Em certo sentido, as oligarquias urbanas foram um dos sustentáculos da própria construção do estado, veja-se Adelaide Millán da COSTA, “Statebuilding in Portugal during the Middle Ages: A Royal endeavor in partnership with the local powers?”, in Wim BLOCKMANS, André HOLSTEIN, Jon MATHIEU (ed.), *Empowering interactions: political cultures and the emergence of the State in Europe, 1300-1900*, Farnham, Ashgate Publishing Limited, 2009, pp. 226-227.

²⁰⁷ Mais do que oposição, entre o centro político e os concelhos, o que se verificava era uma crescente sintonização de interesses entre a coroa e as elites locais que vão sendo moldadas pelo próprio poder central. Sobre esta questão, veja-se Adelaide Millán da COSTA, *op. cit.*, pp. 219-233.

²⁰⁸ No século XV, Évora tornou-se a segunda maior cidade do reino, veja-se Joel SERRÃO, A. H. Oliveira MARQUES (dir.), *Nova História de Portugal...*, vol. IV, pp. 183-184.

²⁰⁹ Sobre a proximidade dos Brito com a coroa, desde os tempos de D. Afonso IV e ao longo de quatrocentos, veja-se Rita Costa GOMES, *op. cit.*, p. 97 e p. 167, nota 143. A relevância da ligação aos altos cargos eclesiásticos e as estratégias matrimoniais dos membros da família são abordados por Luís KRUS, *A Concepção Nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, pp. 107, notas 202 e 206.

permitiam, também, ancorar percursos de firme mobilidade ascensional. Ao longo de trezentos diversos membros de famílias ligadas ao poder municipal, como os Espinho²¹⁰, Pestana²¹¹ ou Lobo²¹², foram passando, por cargos nas estruturas da burocracia régia.

Dando continuidade a trajetórias familiares iniciadas em gerações anteriores, também os percursos individuais de alguns dos nossos homens se foram cruzando com as funções régias. O regedor Martim Vasques Mascarenhas, de quem se diz que andava continuamente ao serviço do rei²¹³, foi, muito provavelmente, meirinho de D. Fernando. Dois outros regedores, Fernão Martins Pestana²¹⁴ e Álvaro Vasques Tisnado²¹⁵ fizeram uma transposição entre as carreiras concelhias e régias. Por sua vez, Diogo Lopes de Brito, um homem que, como vimos, estava muito ligado às ordens, e que se movimentava com relativo à-vontade nos círculos cortesãos, exerceu as funções de guarda régio das coutadas de Coruche²¹⁶. Também Martim Vicente Vilalobos, que, identificado como escolar, vemos a exercer as funções de juiz concelhio, no final dos anos oitenta, poderá ter realizado uma carreira como corregedor da corte, caso corresponda, como sugere Braamcamp Freire, ao Martim Vicente que, numa carta régia de doação, datada de 1385, é referido como vassalo do rei e como seu Corregedor nos “regnos de Portugal e do algarue”²¹⁷. A ser assim, estaríamos face a mais um indivíduo que,

²¹⁰ Ligado a uma família de escrivães da corte de D. Fernando. Em carta datada de 1396, Gonçalo Dias de Espinho, vassalo do rei, morador em Évora, diz que o rei D. Fernando fez mercê a Afonso Pires, criado do rei, escrivão de D. Pedro, e a Diego Fernandes, sogro do seu pai, moradores que foram na cidade, coutando-lhes umas herdades que ambos tinham no termo da cidade e no termo de Portel, onde chamam a Peçena. Gonçalo Dias de Espinho, herdeiro do seu pai, solicita confirmação da coutada... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 127v.

²¹¹ Caso de Martim Pestana referenciado como Ouvidor de D. Afonso IV, cf., Luís Filipe OLIVIERA, *op. cit.*, p. 364.

²¹² É o caso, por exemplo, de Gonçalo Eanes Lobo, morador em Évora, na freguesia de S. Pedro, que exerceu as funções de Corregedor da Comarca de Entre-Tejo-e-Odiana e Além Odiana. Conjuntamente com a sua mulher, Mécia Afonso, instituíram uma Capela em S. Francisco de Évora, com os rendimentos de uma sua herdade, a herdade do Freixo, situada no termo da vila do Redondo. Cf., IANTT, *Tombo das Capelas de Évora*, n.º 276. Fls. 70-71. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 5. André Madruga Coelho, aventa a hipótese de se tratar do mesmo homem que exerceu o cargo de corregedor da Beira, cf. André Madruga COELHO, *As elites urbanas medievais. O exemplo de Évora e dos Lobo (sécs. XIII-XV)*, dissertação de mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, 2014, p. 44.

²¹³ IANTT, *Chancelaria D. Fernando*, Livro III, fl. 13.

²¹⁴ Veja-se nota biográfica n.º 46.

²¹⁵ Veja-se nota biográfica n.º 20.

²¹⁶ Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres...*, pp. 316-320. Veja-se também Manuel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, Vol. VII, p. 71.

²¹⁷ IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 83. Cf. Anselmo, Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, vol. I. pp. 394-399.

A proposta de Freire não é improvável tendo em atenção a sua cronologia no concelho e o facto de se encontrar próximo do novo monarca. Existem algumas dificuldades de identificação de Vicente Vilalobos que exercia funções como juiz do cível, em 1382. Encontramo-lo, nos paços do concelho, aquando da atribuição das sisas da cidade ao Mestre e no ato de preito e menagem (Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 80 e ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século

por via da formação, teria tido acesso às carreiras da burocracia régia, juntando-se a João Afonso Fuseiro; um homem, igualmente, oriundo de famílias eborenses, que também fez um percurso na administração central.

A relação de confiança e de progressivo envolvimento com a coroa podia expressar-se também na atribuição de cargos ou funções de natureza militar, particularmente as alcaidarias. A da própria cidade, em primeiro lugar, mas também as de outros locais, de que foram beneficiários os Pestana, os Lobos, os Oliveiras ou os Brandão²¹⁸.

Mas quando tentamos pôr em relevo a importância que o serviço régio, entendido aqui de forma lata, assumiu nas trajetórias ascensionais, destes grupos, não podemos deixar de equacionar o papel militar desempenhado ao serviço da coroa que, em diversos casos, se revelou fulcral para alguns destes homens. Essa realidade não sendo nova, ganhou uma relevância muito especial numa conjuntura, como a nossa, marcada por um contexto militar, que foi decisivo para os próprios destinos da monarquia.

José Mattoso, há já muitos anos, chamou a atenção para importância que a guerra, que se viveu nos tempos fernandinos e da crise dinástica, assumiu nos processos de nobilitação e de reforço das posições sociais de muitos indivíduos, cujos apelidos eram, até aí, desconhecidos dos meios nobiliárquicos²¹⁹.

Évora testemunha bem essa realidade. De facto, o meteórico percurso ascensional que alguns indivíduos fizeram durante esse período, liga-se claramente à ação guerreira que desempenharam ao serviço dos monarcas, numa cidade e num território que se revelava estratégico sob o ponto de vista político e militar.

XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154). Foi um dos homens que Fernão Lopes destacou como apoiantes do Mestre na cidade (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341). Também a sua condição de escolar, que poderia ter favorecido uma carreira mais promissora, e o facto de não o encontrarmos no concelho, depois de 1384, poderá corroborar esta hipótese. Veja-se nota biográfica n.º 133.

De qualquer modo, a identificação de Martim Vicente Vilalobos não é fácil. Entre sensivelmente 1450 e 1475, encontramos, no concelho, um homónimo que exerceu funções como juiz da cidade e que foi procurador às Cortes. Na década de 50 é referenciado um Martim Vicente Vilalobos, nas funções de Corregedor. Não sabemos também se algum deles corresponde ao homem que esteve em Ceuta, como Contador, que surge identificado como cavaleiro de D. Pedro de Menezes. Sobre este último, veja-se, Nuno Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila real, (1415-1437)*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS-UÉ, anexos, quadro VII, entrada n.º 33. Sobre os Vilalobos, veja-se, Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 545.

²¹⁷ Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres...*, pp. 441-442. Manuel Felgueiras GAYO, Tomo VII, pp. 51-52 e 63. José Augusto PIZARRO, *op. cit.*, p. 272.

²¹⁸ Foi o caso de Fernão Martins Brandão, a quem D. Pedro concedeu a alcaidaria-mor de Arronches, cf., Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 441-442. Manoel Felgueiras GAYO, Tomo VII, pp. 51-52 e 63. José Augusto PIZARRO, *op. cit.*, p. 272.

²¹⁹ José MATTOSO, “A Nobreza e a Revolução...” in *Fragmentos de uma composição medieval...*, 1990, p. 290.

Conhecedores do terreno, revelando capacidade mobilizadora de homens e recursos e, certamente, enformados por ideais cavaleirescos, muitos dos homens ligados à governação não deixaram escapar as oportunidades oferecidas por uma guerra dura e longa, que se estendeu por cerca de duas décadas, para consolidar ou engrandecer as suas posições.

Quando, como nos conta Fernão Lopes, no campo de Aljubarrota, antes da *mãe de todas as batalhas*²²⁰, o Mestre, num ato de forte simbolismo, armou cavaleiros os irmãos Diogo Lopes Lobo, Fernão Lopes Lobo e Estêvão Fernandes Lobo, assim como João Fernandes D'Arca²²¹, estava, essencialmente, a reconhecer o papel militar que os mesmos haviam concedido à sua causa e que se esperava que viessem a conceder. Tivesse sido real ou não o episódio narrado pelo cronista, a verdade é que para estes homens, numa sociedade fortemente marcada pelo ideário de cavalaria, o destaque obtido nos campos militares assumiu um papel decisivo nos seus processos ascensionais. É isso que justifica que esses homens tivessem construído e procurado fixar, para a posteridade, uma memória grandiosa da sua participação nos acontecimentos militares mais decisivos. Foi isso que fez Fernão Lopes Lobo que, no fim da vida, no ato de fundação do morgadio, atribuído ao seu filho, Nuno Fernandes Lobo, não deixou de conceder um especial destaque ao facto de ter participado, na sua juventude, ao lado do futuro monarca, na Batalha de Aljubarrota²²². Um feito que, de alguma forma, compensava o carácter obscuro das suas raízes familiares, e que se mostrava suficientemente forte, pelo contributo para o sucesso da causa da nova dinastia, para se constituir como marco fundador de uma linhagem²²³.

De facto, para os Lobo e para os d'Arca, o papel político e militar, então desempenhado constituiu um passo significativo para a consolidação de um processo ascensional que havia passado pela tentativa de aproximação à coroa, mas que se estruturara, essencialmente, a partir do controlo do poder local, onde, aliás, os progenitores quer dos irmãos Lobo, quer de João Fernandes d'Arca, continuavam a pontificar como regedores.

Tivemos já oportunidade de realçar o papel político e militar dos d'Arca e dos Lobo, em prol da causa do *Mestre*. Fernão Lopes deixou-nos um quadro da dimensão e da intensidade que os conflitos tomaram na comarca e do papel que estes homens foram assumindo, em termos militares, ao lado do futuro monarca ou do condestável²²⁴.

²²⁰ Como a designou João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 295.

²²¹ Cf., Fernão LOPES, *CDJI*, Vol. II, cap. XXXVIII, pp. 96-97.

²²² IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. C-CIII.

²²³ Voltaremos a este tema mais adiante.

²²⁴ Veja-se o capítulo I.

Mas esse papel dos de Évora, não diz, obviamente, apenas respeito aos Lobo ou aos d'Arca. Muito embora estes tivessem sido talvez aqueles que mais se destacaram – ou pelo menos souberam passar essa imagem, que o cronista fixou – muito outros, de entre os que se encontravam próximos do poder local, estiveram envolvidos nos conflitos. Note-se, ainda, que quando falamos de apoio militar concedido aos monarcas, não nos cingimos exclusivamente ao contexto da crise do após crise dinástica, havendo que recuar também ao reinado fernandino, sobretudo ao período da designada terceira guerra fernandina, que teve no além Tejo um palco principal.

Como já vimos, muitos destes homens estiveram também fortemente envolvidos naquele conflito, onde ganharam um forte protagonismo. Recordemos o episódio, também narrado por Fernão Lopes, em que os irmãos Façanha, Vasco e Lopo Rodrigues, aconselham o rei D. Fernando em matéria de defesa, o que é, em si mesmo, um claro reflexo do relevo que estes grupos ligados ao poder local, podiam assumir no terreno concreto dos conflitos. Para os Façanha, esse papel valeu-lhes o reconhecimento e o protagonismo que muito terão contribuído para fazer deles uma das mais respeitadas famílias da cidade, do final do período fernandino²²⁵.

Como sabemos, uma boa parte destes homens, que vemos nos campos de batalha da comarca, durante as guerras fernandinas, irá colocar a sua experiência ao serviço do *Mestre*. Terá sido esse conhecimento da guerra que, posteriormente, permitirá a homens como Diogo Lopes Lobo, João Fernandes d'Arca e Lopo Rodrigues Façanha, integrar o restrito Conselho de Guerra de Nuno Álvares²²⁶. Escusamo-nos, por já o termos feito anteriormente, de destacar pormenorizadamente a ação política e militar dos do concelho eborense, importando, por ora, evidenciar alguns dos dados que nos permitem ajuizar do retorno social que esse apoio foi tendo para estes grupos familiares.

Basta pensarmos que alguns dos protagonistas, como Fernão Gonçalves d'Arca, Luís Gonçalves ou Pêro Sanches Carvoeiro, integraram, ou pelo menos foram propostos para integrar, o restrito e prestigiado Conselho do Rei²²⁷, para termos noção do impacto que o seu posicionamento face à conjuntura política e o seu papel militar assumiram nas suas trajetórias individuais.

De facto, muitos dos que vemos diretamente envolvidos nas questões militares e políticas destes períodos colheram posteriores dividendos do apoio prestado, tendo sido agraciados, de diferentes formas, pelo novel monarca. Assim aconteceu para os Lobo e para os

²²⁵ Sobre a trajetória dos Façanha, veja-se Joaquim Bastos SERRA, *Os Façanha...*, pp. 163-183.

²²⁶ Fernão Lopes, *CDJI*, vol. I, Cap. XCII, p. 88.

²²⁷ Fernão Lopes, *CDJI*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. I, p 5.

d'Arca como veremos mais detalhadamente adiante, e com muitos outros da cidade, onde se contam os Carvoeiro, os Brandão ou os Pestana, igualmente tocados pela generosidade do monarca de Avis²²⁸. A estas famílias mais tradicionalmente ligadas à governação, poderíamos somar outras, como os Abreu, os Pimentel, corporizados em homens como Rodrigo Eanes de Abreu²²⁹ e Rodrigo Álvares Pimentel²³⁰. Indivíduos oriundos de ramos secundários e da bastardia das respetivas linhagens que também viram reforçadas as suas posições sociais.

Refira-se que a ação militar de gente ligada ao município eborense não terminou com a estabilização de finais de trezentos. A assunção da função guerreira e a consciência das possibilidades de engrandecimento que a guerra poderia propiciar, irão levar estes homens ou os seus descendentes aos novos palcos militares, nomeadamente aos de além-mar, em busca da *fama e da fortuna*²³¹.

A importância que a sintonização política, o papel militar, e globalmente as lógicas de aproximação à coroa, assumiram nas estratégias e nos processos de mobilidade de alguns dos grupos oriundos das elites eborenses, fica claramente expresso quando se olham, mais de perto, as trajetórias de duas das famílias que mais se destacaram no período da crise: os Lobo e o D'Arca.

4. DOIS EXEMPLOS DE TRAJETÓRIAS ASCENSIONAIS: OS LOBO²³² E OS D'ARCA

De entre todos os da cidade que vemos envolvidos nas ações políticas e militares, os Lobo e os D'Arca foram, de facto, aqueles que conheceram uma mais rápida ascensão, ancorada no apoio e nos benefícios régios.

Relembremos que os Lobo, particularmente o primogénito, Diogo Lopes Lobo, para além da alcaidaria da cidade²³³, recebeu do monarca, em préstamo, as rendas dos tabeliães de

²²⁸ Veja-se o que dissemos, a este propósito, no capítulo anterior, particularmente no ponto 5.1.

²²⁹ Veja-se nota biográfica n.º 150.

²³⁰ Veja-se nota biográfica n.º 148.

²³¹ Gomes Eanes de Zurara atesta a presença de muitos escudeiros de Évora e de Beja em Ceuta, voltaremos a este tema adiante.

²³² Há pouco tempo foi defendida por André Madruga Coelho uma dissertação de mestrado sobre os Lobo e os seus processos ascensionais que só consultámos quando este ponto já se encontrava escrito. Para o aprofundamento de algumas das questões que aqui levantamos, remetemos, obviamente, para a consulta desse trabalho que, de uma forma bem mais completa, acompanha o percurso desta família ao longo do século XV. Cf. André Madruga COELHO, *As elites urbanas medievais. O exemplo de Évora e dos Lobo (sécs. XIII-XV)*, dissertação de mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, 2014.

²³³ IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 4.

Évora²³⁴, tendo-lhe também sido feita doação dos lugares régios de Alvito e de Vila Nova, com todos os seus termos e rendas, direitos, foros e tributos, com a jurisdição cível e criminal²³⁵. Estes e outros benefícios atribuídos aos membros da família²³⁶ permitiram aos Lobo subir um patamar importante no seu percurso ascensional, que foi possibilitando também a realização de vantajosas alianças matrimoniais. É provável, como aponta Braamcamp Freire, que D. Maria Lobo, uma das filhas de Diogo Lopes Lobo, tivesse casado com D. Álvaro Pires de Castro²³⁷, o que, a ser de facto assim, terá permitido aos Lobo ligar-se a uma família de primeiro plano da nobreza. Outros descendentes do primogénito dos Lobo casaram com importantes figuras das ordens militares, também elas de primeiríssimas águas. Ainda de acordo com Felgueiras Gayo, A sua filha, Inês Dias, terá desposado D. Álvaro Pereira, sobrinho do condestável²³⁸, e um dos netos de Diogo Lopes Lobo, seu homónimo, casou com D. Isabel de Sousa, filha de D. Lopo Dias de Sousa²³⁹, que foi Mestre da Ordem de Cristo durante várias décadas²⁴⁰. Este casamento permitiu aos Lobo entrar na descendência dos Teles de Menezes, já que Lopo Dias de Sousa era filho de D. Maria Teles de Meneses e, assim, sobrinho de Leonor Teles. Note-se que apesar deste parentesco, o Mestre da Ordem de Cristo tomou o partido do futuro monarca, prestando-lhe um forte apoio político e militar, durante a crise dinástica e nos anos que se lhe seguiram²⁴¹. Não deixa de ser curioso e significativo da importância que o posicionamento político e o papel militar assumiu no seu processo ascensional, que as alianças matrimoniais dos descendentes de Diogo Lopes Lobo se tivessem feito com gente fortemente sintonizada com o novel monarca²⁴² e que teve também um relevantíssimo papel militar ao seu serviço. Refira-se que é desta linha de descendência Lobo/Sousa que sairá o ramo que, no século XV,

²³⁴1385, Agosto, 22, Santarém, Atribuição, em préstamo, das rendas dos tabeliães de Évora a Diogo Lopes Lobo. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 112.

²³⁵IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 200v.

²³⁶ Em 1419, por exemplo, é concedida carta de coutada a Fernão Lopes Lobo, cavaleiro, para uma sua herdade situada junto do Xarrama, no termo da cidade, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro IV, fl. 36. Em 1473 D. Afonso V doa para sempre a Maria de Sousa, mulher do Dr. João Fernandes da Silveira, conselheiro régio, regedor da casa da Suplicação, filha e sucessora de Diogo Lopes Lobo, conselheiro régio, o muro e cava da cerca velha da cidade de Évora, nas casas que foram de seu pai, IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 13v

²³⁷ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, vol. I, p. 145. Veja-se André Madruga COELHO, *op. cit.* p. 122 (quadro B2 – descendência de Diogo Lopes Lobo I).

²³⁸ Manoel Felgueiras GAYO, *Nobiliário...*, vol. XVII, pp. 150-151.

²³⁹ Cf., André Madruga COELHO, *op. cit.* p. 122 (quadro B2 – descendência de Diogo Lopes Lobo I).

²⁴⁰ Veja-se a breve biografia deste homem em Isabel Luísa Morgado de Sousa e SILVA, “A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373? – 1417)” in *Militarium Ordinum Analecta, As Ordens Militares no reinado de D. João I*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1997, pp. 69-77.

²⁴¹ Vd., nota anterior.

²⁴² André Madruga COELHO, *op. cit.* p. 73.

atingirá o maior destaque por ligação aos Silveiras. Família que, como se sabe, ocupou alguns dos mais altos cargos do desembargo ao longo de quatrocentos²⁴³.

No século XV, os Lobo continuarão a fazer da guerra um dos meios de reforço das suas posições. Como tantos outros oriundos de uma *nobreza nova*, também os Lobo surgem envolvidos nas batalhas marroquinas. Na conquista de Ceuta, esteve presente um Diogo Lopes Lobo²⁴⁴, que muito provavelmente corresponderá a um dos netos do primeiro Diogo Lopes Lobo²⁴⁵. Na tomada de Alcácer Ceguer e nas disputas em torno da posse das praças de Arzila e de Tânger, são referidos dois seus familiares, Rui Dias Lobo²⁴⁶ e um Rui Lobo, criado do infante D. Henrique, que terá mesmo sido agraciado, por D. Afonso V, pelo papel militar desempenhado²⁴⁷. A guerra, mais uma vez, vai surgindo para este grupo familiar, como um dos vetores incontornáveis dos seus processos ascensionais.

Identificados como fidalgos e como membros do Conselho do Rei, os Lobo, para além dos direitos que já tinham em Alvito e Vila Nova, irão receber, ainda, a jurisdição das vilas de Aguiar, de Oriola e da Ribeira de Nisa. O seu processo ascensional culminará, nas gerações seguintes, com a sua entrada no seio da nobreza titulada, por via da atribuição do baronato de

²⁴³ Sobre o percurso dos Silveiras no desembargo, veja-se, por exemplo, FREITAS, Judite A. G. de, "Teemos por bem e mandamos", *A burocracia régia e seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, vol. II, Catálogo prosopográfico, Cascais, Patrimonia Historica, 2001, nomeadamente as biografias de Diogo da Silveira (n.º 21), de Fernão da Silveira (n.º 29), João Fernandes da Silveira (n.º 46), Nuno Martins da Silveira (n.º 74). Sobre Fernando Afonso da Silveira, veja-se Armando Luís de carvalho HOMEM, *O Desembargo...*, pp. 298-299. Alguns dos seus percursos profissionais podem encontrar-se, também, em diversas dissertações de mestrado apresentadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto têm efetuado estudos prosopográfico sobre os membros desta família na burocracia régia, entre outros: Maria Manuela da Silva DURÃO, *1471 – Um ano "Africano" no desembargo de D. Afonso V*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, vol. II, *Catálogo Prosopográfico*, biografia de Fernão da Silveira, n.º 5, pp. 22-28; Isabel Carla Moreira de BRITO, *A Burocracia Régia tardo-afonsina. A administração central e os seus oficiais em 1476*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2001, vol. II, *Catálogos prosopográficos (Oficiais Redactores e Oficiais Escrivães)*, biografias n.ºs 9 (Fernão da Silveira), 11 (Francisco da Silveira). Sobre as origens familiares dos Silveiras e as suas alianças matrimoniais, veja-se, Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 526-528.

²⁴⁴ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I*, por publicada por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cap. 50, pp. 152-154, veja-se também Abel Agostinho Santos CRUZ, *A Nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. 41.

²⁴⁵ Diogo Lopes Lobo I que viveu os acontecimentos da crise dinástica e a quem foi concedida a alcaidaria da cidade, terá morrido por volta de 1390, já que na sequência da sua morte, o monarca nomeia como Alcaide Martim Afonso de Melo, em sua substituição, cf., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 4.

²⁴⁶ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, edição Larry KING, Lisboa, Universidade Nova, 1978, Cap. 49, p. 147.

²⁴⁷ Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, p. 145, nota 3.

Alvito, a um dos trisnetos de Diogo Lopes Lobo, em concreto, a D. Diogo Lobo da Silveira²⁴⁸, filho de D. Maria de Sousa (Lobo) e do doutor João Fernandes da Silveira, conselheiro régio, regedor da Casa da Suplicação e primeiro Barão de Alvito²⁴⁹.

Os d'Arca tiveram um futuro menos pujante, mas não deixaram igualmente de capitalizar a projeção obtida, após a subida ao poder de D. João I, para reforçar as suas posições no seio da nobreza. Lembremos que durante a crise e nos anos que se lhe seguiram, Fernão Gonçalves d'Arca, *o velho*, conheceu um forte destaque. Nesses anos de fogo assumiu, como sabemos, as rédeas dos acontecimentos na Comarca de que Évora era o centro político. Foi, conjuntamente com o Bispo D. João Eanes, o procurador do *Mestre* em Évora e esteve ao lado de D. Nuno Álvares Pereira²⁵⁰ e de outros dos protagonistas, em alguns dos momentos decisivos. Factos que reforçaram o seu prestígio, projetando-o para uma posição talvez antes inimaginável. O regedor participou, ainda, nas decisivas Cortes de Coimbra de 1385, como procurador do concelho de Évora, tendo o seu nome sido o escolhido, de entre os propostos pela cidade, para integrar o restrito Conselho do Rei. Condição prestigiante que, a par do cargo de regedor da comarca, escrivães e notários não se esqueceram de evidenciar. “Fernam Gonçalvez d'Arca do conselho do dicto senhor Rey e rregedor por ell em a dicta cormarqua”²⁵¹ assumirá, em conformidade, nos anos imediatos à subida ao poder de D. João I, um natural ascendente no andamento da administração municipal. No final dos anos oitenta, este homem viu confirmados os direitos sobre as azenhas de Ana Loura, no termo de Estremoz, que tinha recebido do Mestre de Avis, quando este era ainda regente²⁵². Os seus filhos foram também agraciados. João Fernandes D'Arca, que esteve mais diretamente envolvido nos conflitos e que terá sido armado cavaleiro em Aljubarrota, recebeu do monarca as rendas dos judeus da cidade de Évora²⁵³ e o segundo filho do regedor, Fernão Gonçalves d'Arca (II), anos mais tarde, viu confirmados os privilégios atribuídos à quintã e às herdades que foram do seu pai²⁵⁴.

²⁴⁸ Segundo Barão de Alvito, foi mordomo-mor de D. João II, Vedor da Fazenda de D. Manuel e de D. João III, cf., *Livro de Linhagens do século XVI*, ed. António Machado de FÁRIA, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956, p. 308.

²⁴⁹ Sobre o seu quadro de relações familiares, pode ver-se: Judite A. G. de FREITAS, *Teemos por bem e mandamos: A burocracia régia e seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, vol. II, Catálogo prosopográfico, Cascais, Patrimonia Historica, 2001, pp. 437- 442.

²⁵⁰ *Crónica do Condestável de Portugal. D. Nuno Álvares Pereira...*, cap. XXVIII, p. 72.

²⁵¹ Em 1386, por exemplo, é referido na documentação camarária como: “Fernam Gonçalvez d'Arca do conselho do dicto senhor Rey e rregedor por ell em a dicta cormarqua...”, cf., ADE, Arquivo Municipal, o *Livro das Posturas Antigas...*, fl. 65.

²⁵² IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 36.

²⁵³ *Ibidem*, Livro I, fl. 37, e fl. 110.

²⁵⁴ *Ibidem*, Livro III, fl. 90.

Tal como os Lobo, também os d'Arca, sob o ponto de vista das alianças matrimoniais, fizeram uma aproximação a famílias ligadas às ordens militares e a membros de outras famílias com as quais se cruzaram nos palcos militares das guerras castelhanas das últimas décadas de trezentos. A fazer fé no que nos dizem os genealogistas modernos, João Fernandes d'Arca terá casado com uma das filhas do D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital, e o seu irmão, Fernão Gonçalves d'Arca (II) desposou Constança Rodrigues de Aragão, filha de Rodrigo Afonso de Aragão²⁵⁵. Um homem sobre o qual pouco sabemos no que diz respeito às suas origens familiares, mas que, tal como os D'Arca, e segundo Fernão Lopes, esteve ao lado do *Mestre*, tendo também pretensamente sido armado cavaleiro em Aljubarrota²⁵⁶. Ainda de acordo com o cronista, Rodrigo Afonso de Aragão foi um dos que se destacaram no apoio da sua causa no reino do Algarve²⁵⁷. Referido como cavaleiro, vassalo régio ou criado do rei, e revelando alguma proximidade à Corte²⁵⁸, foi objeto de diversas doações régias de bens e direitos²⁵⁹, sobretudo, na vila de Tavira, onde residiria e da qual foi alcaide-mor²⁶⁰.

Será precisamente em função de Tavira que iremos encontrar referenciados os descendentes do nosso regedor, na linha de Fernão Gonçalves d'Arca (II), já que sobre João Fernandes d'Arca (I) e os seus possíveis descendentes nada sabemos.

Com efeito, Fernão Gonçalves d'Arca (II) surge, também ele, referenciado como Alcaide-mor de Tavira, tendo aparentemente sucedido ao seu sogro nas funções²⁶¹. Nos anos seguintes, a alcaidaria desta vila irá permanecer em mãos desta mesma família, já que à frente do castelo da vila vamos encontrar outros homens que usam o apelido d'Arca, que correspondem decerto aos netos do nosso regedor. Referimo-nos, concretamente, aos

²⁵⁵ Cf., Manoel Felgueiras GAYO, op. cit., tomo III, pp. 53-57, e p. 98. Sobre a biografia de Fernão Gonçalves d'Arca (I), pode ver-se também Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. II, Tomo II, doc. 659, pp. 1862-1867.

²⁵⁶ Fernão LOPES, *CDJI*, Vol. II, p. 96, cap. XXXVIII.

²⁵⁷ IDEM, *CDJI*, Vol. I, p. 340, cap. CLIX.

²⁵⁸ A 15 de abril de 1394, surge no porto a testemunhar a doação dos padroados de diversas igrejas à ordem de Avis: entre as testemunhas: D. Martinho, Bispo de Coimbra, D. João Bispo do Porto, Martim Vasques da Cunha, Lopo Vasques da Cunha, Lopo Fernandes Pacheco, Aires Gonçalves de Figueiredo e Rodrigo Afonso de Aragão, IANTT, *Chancelaria de d. João I*, Livro III, fls. 23, 23v, 24.

²⁵⁹ Rodrigo Afonso de Aragão, vassalo régio, recebeu de d. João I, em 1391, a renda dos tabeliães de Tavira, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 59. Em 1384 foram-lhe concedidos os bens que foram de focem oleiro, IANTT, Chancelaria de D. João I, Livro I, fl. 21v; e dos bens que foram de Gonçalo Fernandes Valadares, que os perdeu por desserviço, *Ibidem*, Livro I, fl. 33v.

²⁶⁰ Rodrigo Afonso de Aragão, cavaleiro, vassalo régio, criado do rei e alcaide-mor do castelo de Tavira, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 103-103v, fls. 200-200v, Livro III, fl. 5v.

²⁶¹ Um dado que confirma a ligação matrimonial adiantada por Manuel Felgueiras GAYO entre do D'Arca e os Aragão.

fidalgos João Fernandes de d'Arca (II)²⁶² e a Rodrigo Afonso D'Arca, seu irmão, que terão passado pelas funções por meados dos anos cinquenta de quatrocentos²⁶³.

Refira-se que os D'Arca, tal como os Lobo e outros da cidade, estiveram também fortemente envolvidos nas campanhas africanas. Fernão Gonçalves D'Arca (II) esteve presente na tomada de Ceuta²⁶⁴, tendo permanecido na cidade durante a governação de D. Pedro de Meneses, sendo já nesse período identificado como Alcaide de Tavira²⁶⁵. Também o destino dos seus filhos se cruzou com as terras marroquinas. João Fernandes d'Arca (II) referido como cortesão e fidalgo²⁶⁶ esteve presente na conquista de Tânger e, alguns anos depois, ao lado do rei, participou na conquista de Alcácer Ceguer²⁶⁷, onde terá falecido²⁶⁸. Por sua vez, Rodrigo Afonso de d'Arca, fidalgo e alcaide-mor de Tavira, como vai sendo também referenciado, teve

²⁶² João Fernandes d'Arca, fidalgo e alcaide-mor de Tavira, esteve presente em Alfarrobeira ao lado dos partidários da causa de D. Afonso V, Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, Volume 1, p. 525 (referências João Fernandes d'Arca, fidalgo, como alcaide do castelo de Tavira, IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 3, fl. 72v, livro II, fl. 153v e Livro 27, fl. 1v). Humberto Baquero Moreno traça uma breve biografia de João Fernandes d'Arca, ID; *Ibidem*, vol. II, p. 719.

²⁶³ Segundo Baquero Moreno, João Fernandes d'Arca, a pedido do rei, deixa a alcaidaria da vila de Tavira, que foi entregue ao seu irmão Rodrigo Afonso de d'Arca, tendo recebido em troca uma tença anual de 10. 000 Reais pagos pela portagem de Lisboa. Rodrigo Afonso foi nomeado alcaide por carta régia datada de 25 de janeiro de 1453, cf. Humberto Baquero MORENO, *op. cit.* pp. 719-720.

²⁶⁴ Cf., Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I*, publicada por Francisco Maria Esteves PEREIRA, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cap. 50, pp. 152-154. Refira-se que o Fernão Gonçalves d'Arca presente em Ceuta foi o filho do regedor com o mesmo nome e não o próprio regedor que, por estes anos, era já falecido. Seria, de facto, difícil que o primeiro Fernão Gonçalves que foi procurador do Mestre, e que vemos como juiz da cidade de Évora desde 1358 (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 94), pudesse ter participado na expedição. O Regedor deverá ter falecido no final dos anos noventa de trezentos ou nos primeiros anos da centúria seguinte. Em 1402, por exemplo, a propósito de um contrato relativo a bens concelhios, faz-se referência a "Mor Pires, viúva de Fernando Gonçalves d'Arca, cavaleiro", cf., (ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º. 67), fls. 35v-36v); em 1406, uma outra indicação atesta a morte do regedor, ao fazer-se referência a uma herdade dos "hereos de Fernão Gonçalves d'Arca", cf., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fls. 91v-92; em 1407, D. João I, confirma carta de coutada da herdade Sousel e da quintã da Fiúza em Deus, a Fernão Gonçalves D'Arca, vassalo do rei, morador em Évora, filho que foi de Fernão Gonçalves D'Arca, que também foi morador na cidade de Évora, cf., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 90.

²⁶⁵ Abel dos Santos CRUZ, *op. cit.*, p. 76. Sobre a composição da guarnição que ficou em Ceuta, após a conquista, e sobre a ação de D. Pedro de Meneses, enquanto capitão da cidade, veja-se Nuno CAMPOS, *op. cit.*, pp. 55.58.

²⁶⁶ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica de D. Pedro de Meneses* [manuscrito do século XVI, publicado pelo abade Correia da Serra in "Collecção de livros inéditos de Historia Portugueza", tomo H, 1792] [cód. 439], cap. 37, pp. 406-411; IDEM, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses...*, cap. 17, pp. 70-75.

²⁶⁷ Rui de PINA, *Crónicas*, introdução e revisão de M. Lopes de ALMEIDA, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, C. A. V. cap. 138, pp. 772-778; Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de M. Lopes de ALMEIDA, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975. (crónica de D. Afonso V) cap. 28, p. 866; Damião de GÓIS, *Chronica do Principe Dom joam*, edição por Graça Almeida RODRIGUES, Lisboa, Universidade Nova, 1977, cap. 12, pp. 33-35; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, pp. 719-720.

²⁶⁸ "recebeo huma pedra de cima do muro", cf., Rui de PINA, *Op. cit.*, cap. 138, p. 776; Duarte Nunes de LEÃO, *ibidem*, cap. 28, p. 866; Damião de GOES, *op. cit.*, cap. 12, p. 34; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p. 720, Abel dos Santos CRUZ, *op. cit.* p. 257.

um papel militar ativo nas incursões levadas a cabo em terras marroquinas, entre 1459 e 1461, tendo, segundo os cronistas, falecido em 1462, num confronto com corsários ao largo dessas mesmas terras africanas²⁶⁹.

Independentemente deste desfecho e das ulteriores trajetórias dos seus descendentes, que não importa por ora acompanhar, os d'Arca conheceram, a partir da crise dinástica, um percurso ascensional que os catapultou da governação local de Évora para uma posição confortável no seio da nobreza, que a designação de *fidalgos* ou de *Cortesãos* e a atribuição de avultadas tenças, por parte dos monarcas, de algum modo confirmam. Se nesse processo, as alianças matrimoniais se revelaram fulcrais, não menos importante terá sido, também, o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelos palcos africanos, que permitiram aos d'Arca retirar as vantagens de poderem servir o rei fazendo a guerra.

Vale a pena realçar a importância que as conquistas marroquinas assumiram para estes homens saídos da crise e de algum modo catapultados em termos sociais, precisamente pelo papel militar que tiveram ao serviço dos monarcas. Note-se que para além dos Lobo e dos D'Arca outros homens da cidade diretamente ligados à governação local, como Martim Afonso Arnalho e Álvaro Vasques Tisnado²⁷⁰, estiveram também envolvidos na aventura marroquina, em busca da fama e da fortuna material (e social) que dela poderiam obter²⁷¹.

5. ESTRATÉGIAS FAMILIARES

Mas para os Lobo e para os d'Arca, assim como para outras famílias em ascensão, algumas das quais de aproximação recente a uma nobreza onde definitivamente se procuravam instalar, tornava-se, naturalmente, necessário assegurar que as posições alcançadas pelas respetivas famílias se iriam manter nas gerações futuras.

²⁶⁹ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses...*, caps. 89 e 109 e 119; pp. 243, 254, e 287. Diz-nos a este propósito Abel Barros Cruz, no seu estudo sobre a nobreza portuguesa em Marrocos, que Rodrigo Afonso d'Arca "Tomou parte entre Novembro e Maio de 1459-1461 em várias incursões por terras marroquinas: aldeias do julgado de Anjera, Tânger, Beneçoleimão, Amar, Ceta, Palmeira e Leonçar. Morreu em Janeiro de 1462 quando tomava uma galé aos franceses da Provença", vd., Abel dos Santos CRUZ, *op. cit.*, p. 218.

²⁷⁰ Veja-se o que dissemos sobre estes homens, no capítulo anterior.

²⁷¹ É provável que Álvaro Mendes Cerveira que permaneceu em Ceuta e foi Guarda da torre Madrabaxabe e capitão dos escudeiros de Évora e Beja, seja aparentado de Lourenço Mendes Cerveira, que encontramos como juiz em Évora, em 1425/1426. Veja-se nota biográfica n.º 108, cf., Abel dos Santos CRUZ, *op. cit.*, p. 38 e p. 70 e Manoel Felgueiras GAYO, *Nobiliário...*, tomo XI, pp. 108-109; também Martim Esteves Boto, um homem com uma longa carreira na administração municipal, balizada entre 1439 e 1473, onde desempenhou as funções juiz, vereador e procurador do concelho, esteve presente na conquista de Tânger, com o Bispo D. Álvaro Falcão. Como recompensa recebeu, do monarca, uma carta de coutada para a sua herdade dos Souséis, Cf. Abel dos Santos CRUZ, *op. cit.*, p. 54 e p. 118; Maria Ângela BEIRANTE, *Évora...*, p. 543.

Para todas elas, seria crucial senão ampliar a sua capacidade de influência, pelo menos conservar o poder e o prestígio já adquiridos. Neste sentido, e a par dos mecanismos de promoção social que já referimos, vão pôr também em prática um conjunto de estratégias em torno da organização da própria *família* e da projeção da sua imagem exterior, apostando igualmente nas incontornáveis estratégias matrimoniais. Elementos que, em conjunto, se revelavam fundamentais para a concretização daqueles objetivos.

Tendo em atenção a diversidade social dos que encontramos no concelho, não nos podemos referir a uma estratégia comum a todos os grupos familiares em presença. Com efeito, as formas de estruturação das relações de parentesco e de projeção simbólica da família foram ganhando cambiantes diversos de acordo com o patamar em que cada uma delas se encontrava. Como veremos, para as famílias que integravam a primeira linha social, no interior do círculo da governação concelhia, onde se incluíam os cavaleiros e escudeiros de maior prestígio, que em alguns casos viram as suas posições reforçadas no contexto da crise, os modelos seguidos foram decalcados daqueles que vigoravam nos grupos nobiliárquicos. Daí que, entre os do concelho, se vá assistindo também ao que poderemos designar de uma aproximação ao sistema linhagístico que, nestes finais do século XIV e na centúria seguinte, se ia impondo entre a nobreza²⁷². Um sistema que, no sentido de aglutinar e favorecer a coesão dos vários ramos de parentesco que se estruturam em torno de uma linha principal, acarretou o reforço dos elementos simbólicos e identitários, que vemos também ser valorizados por algumas das nossas famílias já instaladas na nobreza, como veremos adiante.

Para os restantes grupos e segmentos sociais que encontramos na governação urbana, como os mercadores e outros com posições menos consolidadas, as questões sob o ponto de vista da *família* não se colocariam, exatamente, do mesmo modo. Contudo, em muitos comportamentos sociais, estes grupos de menor destaque, foram desenvolvendo também, em moldes e proporções diversas, processos de mimetização de práticas seguidas pelos grupos da primeira linha. Um facto que não causa estranheza se pensarmos que muitos destes homens e famílias, apesar de se encontrarem ainda num patamar hierarquicamente inferior, tinham já realizado um percurso de reconhecimento social, sendo possível que acalentassem a esperança de, mais cedo ou mais tarde, conseguirem também a entrada nos círculos nobiliárquicos.

Estes processos simbólicos de *clonagem*, que se traduziam em práticas sociais concretas, acabaram, também eles, por contribuir para que ocorresse uma progressiva disseminação dos

²⁷² Uma boa síntese sobre esta questão pode encontrar-se em Bernardo Vasconcelos e SOUSA, "Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)", *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXVII, 227 (septiembre-diciembre 2007), pp. 881-898.

referenciais nobiliárquicos pelo conjunto dos que integravam a administração municipal. Processos que, no caso de Évora, como já fomos notando, surgem enquadrados por um contexto sociopolítico que tendencialmente favorecia a elevação do estatuto dos que vemos na governação da cidade.

5.1. DEFENDER O PATRIMÓNIO E ASSEGURAR A CONTINUIDADE DO PODER E DA RIQUEZA DA FAMÍLIA: MORGADIOS E CAPELAS

Como se sabe, a partir dos finais do século XIII e sobretudo na centúria seguinte, assistiu-se em Portugal a uma mutação da estrutura de parentesco da nobreza²⁷³. A um sistema cognático e bilinear em que a sucessão se fazia quer por linha masculina quer feminina, passa-se progressivamente a um modelo agnático, e patrilinear, que deu origem a um sistema linhagístico com valorização da primogenitura e da varonia. Este predomínio da estrutura agnática, que o instituto jurídico do morgadio foi institucionalizando, disseminou-se pelos grupos nobiliárquicos, sobretudo na segunda metade do século XIV e na centúria seguinte²⁷⁴. O modelo centrado na relação pai/filho e na concentração do poder da família numa linha principal apresentava claras vantagens. Ao concentrar o grosso do património familiar num único ramo, evitava-se a fragmentação e a dispersão do poder material e a consequente perda de influência que eles necessariamente acarretariam. A existência de uma hierarquização interna, encabeçada pelo chefe da linhagem e o estabelecimento de regras sucessórias claramente definidas, acabava também por contribuir para o reforço da coesão interna do grupo familiar, minimizando as possibilidades de ocorrência de conflitos no seio das parentelas. Para além do mais, a estruturação de vários ramos em torno de um eixo comum,

²⁷³ Sobre a adoção tardia do sistema linhagístico, de natureza agnática e patrilinear, em Portugal, numa cronologia relativamente tardia, face ao que se verificava em outras geografias, nomeadamente em França, veja-se José Augusto de Sottomayor PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. II, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999, p. 565-592 e 617-622. IDEM; "Linhagem e estruturas de parentesco", *e-Spania* [Online], 11 | juin 2011, posto *on-line* no dia 18 Maio 2011, consultado o 20 Julho 2014. URL: <http://e-spania.revues.org/20366>; DOI: 10.4000/e-spania.20366. Para o estabelecimento de um quadro comparativo da evolução do sistema de parentesco de uma estrutura cognática para uma outras agnática com outras realidades europeias, nomeadamente em França, veja-se, por exemplo, o trabalho de George DUBY, "Linhagem, nobreza e cavalaria no século XII na região de Mâcon. Uma revisão" in *A Sociedade cavaleiresca*, Lisboa, teorema, 1989, pp. 76-106.

²⁷⁴ Esta cronologia não se afasta muito daquela que se verificou em algumas regiões castelhanas, como é o caso da Galiza, por exemplo. Ermelindo PORTELA e María del Carmen PALLARES, "Aristocracia y sistema de parentesco en los siglos centrales de la Edad Media: el grupo de los Traba", in: *De Galicia en la Edad Media. Sociedad, Espacio y Poder*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993, p. 277-294.

poderia contribuir para ampliar significativamente a capacidade de projeção do grupo familiar para o exterior, como já foi destacado por vários autores²⁷⁵.

Estas lógicas, como o caso de Évora confirma, não terão sido adotadas apenas por uma nobreza de primeiro plano e de maior prestígio. Também uma pequena e uma média nobreza de implantação regional e em ascensão, como aquela que encontramos ligada à governação local da cidade, o foi seguindo em maior ou menor escala.

Se essas lógicas se revelavam cruciais para famílias de maior poder material e simbólico, ainda mais o seriam para grupos de uma nobreza de mediana posição, cujos patrimónios, apesar de consolidados, como vimos, estavam longe de poder resistir a largos processos de partilhas. Daí que um conjunto de famílias com ligações à governação local eborense, tivesse também feito da sucessão primogénita e varonil, consubstanciada na institucionalização de morgadios, uma das estratégias de reforço das suas posições sociais.

Entre os nossos homens encontram-se mesmo herdeiros de morgadios, cuja detenção contribuía largamente para o prestígio e poder que tinham na cidade. Era esse o caso do já bem conhecido Álvaro Mendes de Oliveira, o alcaide que deu voz pela rainha D. Beatriz, que, ao tempo, era o herdeiro do morgadio instituído, décadas antes, por D. Martinho de Oliveira, Arcebispo de Braga²⁷⁶.

²⁷⁵ Sobre a estruturação dos grupos de parentesco e o conceito de linhagem, vejam-se, no que diz respeito à realidade portuguesa, os trabalhos de referência de José MATTOSO: “Estruturas familiares e estratégias de poder. A nobreza do Entre Douro e Minho”, *Cadernos do Noroeste*, Braga, Universidade do Minho, Vol. I, nº 1, 1986, pp. 80-99, “Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa”, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 389-417, “As Famílias Nobres da região de Guimarães no século XIII”, *ibidem*, pp. 343-351. Relevante é também o trabalho de síntese de Dominique BARTHÉLEMY, “Parentesco” in *História da Vida Privada*, dir. de Philippe ARIÈS e George DUBY, vol. 2, *Da Europa feudal ao Renascimento*, dir. de George Duby, Lisboa, 1990, pp. 96-161.

²⁷⁶ Trata-se de Álvaro Mendes de Oliveira, que encontramos como alcaide e juiz da cidade no período imediatamente anterior à crise dinástica e que, como sabemos, tomou partido por D. Beatriz. Este homem era, a esse tempo, o herdeiro do morgado da Oliveira, com sede na quintã do mesmo nome, situada entre os termos de Évora e de Arraiolos, instituído algumas décadas antes, concretamente em 1306, por um seu ascendente: o Arcebispo de Braga, D. Martinho de Oliveira. O prelado, aquando da instituição, regulamentou com um rigor assinalável a sucessão varonil e primogénita do morgadio, a partir da descendência do seu irmão, Mem Pires de Oliveira. A administração do vínculo coube, posteriormente, a João Mendes de Oliveira, pai do nosso Álvaro Mendes, passando depois para este, já que ele era “o mayor filho que o dicto Johane meendes auja ao tempo da sua morte”. Esta linha de sucessão acabou por ser interrompida, temporariamente, na sequência da crise dinástica e da passagem de Álvaro Mendes para Castela. Acusado de desserviço, o destituído alcaide viu a quintã da Oliveira, com todos os seus direitos e pertenças, ser doada, pelo monarca, a Rodrigo Álvares Pimentel. Só mais tarde, o morgadio voltará às mãos da família originária, mantendo-se a linha sucessória nos moldes definidos pelo seu fundador. Vale a pena realçar que uma boa parte do prestígio e do poder que esta família assumia na cidade, decorria da detenção do morgadio, que integrava, como é sugerido no próprio texto instituidor, um número considerável de bens e herdamentos, a que os monarcas foram concedendo privilégios diversos, o que não deixava de lhe conferir uma nota nobilitante. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. 22-24v. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 197v. *ibidem*, Livro I, fl. 32; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 110-111.

Outros, que temos entre os governantes, foram, eles próprios, instituidores de morgadios, optando também, aquando da passagem de testemunho geracional, pela concentração do poder da família numa linha principal. Assim aconteceu com Fernão Lopes Lobo, o segundo dos irmãos Lobo, que foi, como sabemos, um dos protagonistas dos acontecimentos de Évora durante a crise dinástica. O prestígio e a riqueza que foi acumulando, na sua longa vida, ter-lhe-ão permitido vincular um número significativo de bens ao morgadio, cuja administração foi atribuída ao seu filho Nuno Fernandes Lobo, e, posteriormente, por linha varonil e primogénita aos seus descendentes ou, no caso da extinção desta linha, às linhas primogénitas dos seus irmãos, como claramente se define²⁷⁷. Assumindo-se como criador da sua *linhagem*, Fernão Lopes Lobo estabeleceu um conjunto de regras, a seguir pelos futuros detentores do vínculo, que é, a todos os títulos, exemplar, já que impõe quase todas as formas simbólicas de reconhecimento nobre: o sangue, o nome e a memória fundadora, matéria a que voltaremos adiante. Também o regedor Diogo Gomes de Barbosa optou pela criação de um morgadio e capela anexa, em S. Domingos, a partir de herança recebida dos seus familiares, à qual anexou outros bens²⁷⁸. A administração do vínculo foi atribuída ao seu filho primogénito, André Dias Barbosa, escudeiro da casa do Infante D. Henrique²⁷⁹. A prática de criação de morgadios foi seguida também por famílias como os Fuseiro²⁸⁰, os Fonseca²⁸¹ ou os Brito²⁸².

As fórmulas que valorizam a varonia e a primogenitura, e os princípios de defesa da integridade do património e da memória da família, encontram-se também expressas em muitas instituições de *capelas*²⁸³. Muito embora neste tipo de instituto nem sempre esteja

²⁷⁷ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. C-CIII e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 44.

²⁷⁸ Da terça dos seus bens, cf. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fl. CLXV. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 12.

²⁷⁹ Na impossibilidade deste, a administração passaria para a linha de descendência do seu irmão João Gomes ou do filho maior de Mor Gomes, neto do instituidor, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 12.

²⁸⁰ João Afonso Fuseiro, de quem já falámos, que foi corregedor de Lisboa, ligado a família dos Fuseiro de Évora, de onde era natural, herdou o morgadio e capela instituído pelo seu avô, Aires Martins Gavião. Em 1431, era já falecido. Os seus herdeiros, nomeadamente a sua viúva, Maria Fernandes, e o seu filho, Rodrigo Eanes Fuseiro, que dando continuação *lenhagem* assumiu a administração do Morgadio, no âmbito de um processo judicial, concedem traslado de uma verba do testamento de Aires Martins Gavião relativo à capela que instituíra em S. Francisco de Beja, cf., Arquivo Distrital de Beja, *Convento de Santa Clara*, Caderno nº 27: Escrituras, 1431-1498, fl. 5-6v.

²⁸¹ Caso de Teresa Eanes Fonseca, como veremos adiante.

²⁸² Caso por exemplo de D. João Afonso de Brito, veja-se Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio...*, pp. 270-272.

²⁸³ Sobre as instituições funerárias de membros da oligarquia de algumas cidades portuguesas, pode ver-se Manuela Santos SILVA, “Contribuição para o estudo das oligarquias urbanas medievais: a instituição de capelas funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média”, *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares – Actas*, coord. Maria José Ferro Tavares, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp.

presente o conjunto de regras que, de um modo geral, são comuns nos morgadios, a passagem geracional destes vínculos fazia-se também, maioritariamente, pela linha primogénita varonil. Foi esse o princípio sucessório definido, por exemplo, nas capelas instituídas por Fernão Gonçalves d'Arca²⁸⁴, Lopo Dias de Espinho²⁸⁵, Lopo Rodrigues Fuseiro²⁸⁶, Vasco Martins de Paiva, filho ou neto de Martim Afonso de Paiva que exerceu funções no concelho²⁸⁷, ou de Constança Eanes Feltreiro e do seu marido²⁸⁸.

113-127. [L]; [reed. in *A região de Óbidos na época medieval – estudos*, Óbidos, Património Histórico – Grupo de Estudos, 1994, pp. 155-169].

²⁸⁴ Em 1446, em instrumento de avença e amigável composição, realizado com o mosteiro de S. Francisco de Évora, onde Fernão Gonçalves D'Arca instituíra capela, surge referenciado como administrador, Fernando Afonso, cavaleiro, morador em Santarém, que em seu nome e do seu filho legítimo, Afonso Pereira, que lhe sucederá na administração da capela, põe fim a um diferendo com aquela instituição relativa ao pagamento dos encargos em dívida. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 11. A escassez de dados sobre os d'Arca e mais concretamente sobre João Fernandes D'Arca, o filho primogénito do instituidor da capela, não permite acompanhar o processo de sucessão na administração da mesma. De qualquer modo, nesta altura, a sucessão fazia-se por linha varonil e primogénita. Adiante abordaremos, ainda, alguns aspetos relativos a esta capela, de que existe uma inscrição epigráfica comemorativa.

²⁸⁵ Ao momento da morte, Lopo dias de Espinho e a sua mulher, Mor Afonso, não tinham filhos. No documento instituidor define-se que a sua mulher terá o usufruto dos bens em vida. Após a sua morte, a administração do morgadio passa para o seu parente mais chegado, especificando-se que o mesmo deverá ser escolhido entre os seus sobrinhos, filhos de Beatriz Dias e de Gonçalo Dias de Espinho, seus irmãos, ou dos seus descendentes. Caso não os haja, a administração deverá recair no parente mais chegado da sua linhagem. A transmissão dos bens deverá ser feita por linha varonil e primogénita, só se equacionando a possibilidade das filhas mais velhas herdarem no caso de não existirem varões ou se o potencial herdeiro masculino for “doudo ou tall que nom seja Idonio nem pertemcemte”. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fl. XLVII e fls. XCI-XCIII. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 47.

²⁸⁶ Fez testamento em 29 de março de 1395, instituindo capela em S. Francisco, onde pretendia ficar soterrado, junto do seu avô e do seu pai, fazendo administradora a sua irmã Mor Rodrigues, casada com Álvaro Mendes de Oliveira, em sua vida, passando depois ao seu filho varão. Após a morte de Lopo Rodrigues Fuseiro, que deverá ter acontecido nos meses seguintes, já que em outubro se diz que o mesmo “é já passado”, inicia-se um contencioso entre o testamenteiro de Lopo Rodrigues e Álvaro Mendes de Oliveira, que alega que a sua mulher é a legítima herdeira, contestando a validade do codicilo testamentário. Sobre os meandros deste processo, cf., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 49. Veja-se, também, IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXXVI-LXXXVIV.

²⁸⁷ Em 1456 Vasco Martins de Paiva, filho de Martim Afonso de Paiva, e Maria Fernandes Cogominha, instituíram, com as terças dos seus bens de raiz, capelas nos Mosteiros de S. Domingos e de S. Francisco de Évora. Depois da morte de ambos, a administração ficará ao filho legítimo mais velho e aos seus descendentes diretos, primeiro ao filho varão ou caso ele não exista à filha mais velha. Contudo, na geração seguinte, a administração deverá retomar a linha varonil “tornandose sempre ao filho maior...”. Caso o filho mais velho dos testadores morra sem descendência, a capela será administrada pelo segundo filho varão e pelos seus descendentes. A administração recairá na filha mais velha, apenas no caso de não existência de nenhum filho varão legítimo dos testadores, só depois recaindo nos bastardos. Cf., IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XCVI-XCVIII.

²⁸⁸ Constança Eanes, irmã de Estêvão Eanes Feltreiro, viúva de Estêvão Eanes Dente, anexa um codicilo ao seu testamento, onde passa a administração da capela, instituída em S. Francisco, ao filho varão primogénito de Leonor Lourenço, sua sobrinha, filha de Lourenço Eanes Feltreiro ou, no caso de não haver descendentes desta linha, que a mesma passasse a Gonçalo Esteves (Feltreiro), filho de Estêvão Eanes (Feltreiro), irmão da testadora, cf., IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXX-LXXXIII.

Dados que vão deixando evidente a prevalência que estas práticas e lógicas sucessórias iam assumindo, sobretudo no grupo de topo da realidade social concelhia. As informações que chegaram até nós não nos permitem avaliar a verdadeira extensão que este fenómeno assumiu no conjunto de famílias ligadas à governação. Contudo, tendo em atenção os menores níveis de riqueza e de consolidação patrimonial estamos em crer que ele se circunscrevia às famílias que haviam já alcançado um patamar de riqueza e de prestígio que lhes permitia enveredar por esse tipo de organização do parentesco. Esse processo parece óbvio para os Lobo, por exemplo, que, de facto, só enveredaram por uma tal lógica de organização das parentelas, precisamente, quando conseguem, digamos assim, uma *descolagem* social que, confortavelmente, os coloca no seio da nobreza. Não significa isso, naturalmente, que todos os grupos familiares que se iam destacando socialmente tivessem optado por essa via.

Em muitas situações, e mesmo quando se valorizou uma linha principal face às restantes, não parece que estejamos face a uma adoção plena do modelo linhagístico, no sentido estrito do conceito. Os níveis de riqueza e de prestígio, bem menores do que aqueles que se verificavam para uma nobreza de maior estatuto, não proporcionariam, decerto, uma forte capacidade agregadora, que fosse capaz de sustentar lógicas de funcionamento coerente no interior das parentelas. Acresce a isso o facto de, tal como era também comum entre a nobreza de maior estatuto, a primogenitura não significar a exclusão de filhos segundos e de outros membros das parentelas das heranças. No caso de grupos com patrimónios menos significativos, como seria a realidade de muitos dos do concelho, essas práticas, seriam certamente uma condicionante que dificultaria o surgimento de linhas principais fortes.

De facto, muito embora os dados que possuímos sejam poucos (faltando-nos testamentos e instrumentos de partilhas, que a este nível se revelariam essenciais) alguns indícios levam-nos a crer que também entre os grupos familiares eborenses, as linhas secundárias acabavam por aceder a uma boa parte das heranças. Veja-se, por exemplo, o caso dos irmãos Álvaro e Gonçalo Mendes de Oliveira. Muito embora o primeiro fosse o administrador do morgadio, o segundo acabou também por ter acesso a um significativo número de bens do património familiar²⁸⁹. Esta realidade vai ficando também indiciada para

²⁸⁹ Pouco sabemos, de facto, sobre o processo de partilhas a montante da atribuição do morgadio a Álvaro Mendes e sobre o quadro de relações que se estabeleciam entre o herdeiro do morgadio e os restantes membros do grupo familiar. De qualquer modo, a valorização de uma linha principal, não invalidou que, por exemplo, um seu irmão entrasse, também, em posse de bens da herança paterna. Assim terá acontecido com Gonçalo Mendes de Oliveira, irmão do detentor do morgado, que vemos em posse de herdades que foram do seu pai, as quais serão, aliás, confiscadas pelo monarca, por desserviço, tal como se verificou também com os bens do próprio morgadio. Um dado que nos vai revelando que a passagem de bens ao *filho maior* não se fazia de forma exclusiva. Refira-se que Gonçalo Mendes foi legitimado por D. João I, em 1401, era filho bastardo de João Mendes de Oliveira e de Salvada Martins, cf., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 14v. IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*,

outros grupos familiares²⁹⁰. O modelo parece, pois, ter conhecido inúmeras variáveis e cambiantes que se prendiam com fatores específicos das realidades de cada família.

A escassez documental que, em muitos casos, impede mesmo a própria reconstituição das relações de parentesco, não permite que possamos tecer muitas considerações sobre o grau de coesão que se estabeleceria no interior destas parentelas, por exemplo, entre as linhas principais e os ramos secundários de um mesmo grupo familiar. Aparentemente, e pelos motivos que já referimos, os níveis de coesão não parecem ter sido muito fortes, não se mostrando, decerto, capazes de proporcionar uma estrutura fortemente hierarquizada²⁹¹. De qualquer modo, e é isso que importa realçar, o sistema linhagístico, que se ia impondo, entre a nobreza de maior estatuto, ganhava também força nestes grupos em ascensão, que, de facto, dele se vão aproximando.

Com efeito, e independentemente da maior ou menor profundidade destas lógicas, o que parece claro é a existência de uma consciência de pertencer a um grupo comum de parentesco. Essa consciência fica, desde logo, evidente nos próprios atos de instituição de morgadios e capelas. Muito embora, como vimos, neles se privilegiasse a relação pai/filho, os testadores não deixavam de incluir entre os potenciais herdeiros, e em caso de extinção da linha principal, os irmãos, os sobrinhos, e os seus descendentes onde, muitas vezes, se incluem os que a eles se encontram ligados por afinidade ou por laços de natureza clientelar, o que é, em si, revelador de que tinham um entendimento da parentela enquanto grupo estruturado.

Livro II, fl. 42v-43. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 17. Diversos autores têm notado que em Portugal, até tarde, foi vigorando um sistema de partilhas relativamente igualitários entre os diversos irmãos, e que mesmo depois da disseminação do sistema linhagístico, a exclusão dos filhos-segundos das heranças não pode ser vista de forma absoluta, cf., por exemplo, Maria de Lurdes Rosa, *op. cit.*, 169-170; Bernardo Vasconcelos e SOUSA, "Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV", *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXVII, 227 (septiembre-diciembre 2007), p. 881-898.

²⁹⁰ Em alguns casos, a dotação dos filhos-segundos, como parece ter sido o caso de Martim Lopes Lobo (II) fazia-se a partir do património da mãe. Cf., ACSE, *CEC 3 – VII d)*, 37-38v e *CEC 10/ XIII, 3º livro de originais*, doc. XX. Esta forma de contornar o desequilíbrio na distribuição de bens provocados pela introdução dos morgadios foi já notada por Maria de Lurdes Rosa, para Portugal, sendo também comum em outras geografias europeias, cf. Maria de Lurdes ROSA, *op. cit.*, 170-171. Note-se, ainda, que muito embora neste sistema linhagístico existisse uma clara subalternização das mulheres face à linha masculina, elas não deixavam de acumular heranças que, mesmo sendo casadas, por vezes passavam para a sua própria linha de descendência. Foi esse, certamente, o caso de Teresa Eanes Fonseca, mulher de Fernão Lopes Lobo, que criou um morgadio distinto daquele que fora instituído pelo seu marido, ao qual, aparentemente, anexou os bens que terá recebido da sua própria herança familiar. Morgadio cuja administração foi atribuída ao seu sobrinho Gonçalo Rodrigues da Fonseca. Cf., Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, vol. I, pp. 384-385. Um exemplo que nos vai mostrando que, apesar do casamento, as linhas do marido e da mulher, em diversas situações, continuavam separadas. Aspeto já realçado por Maria de Lurdes ROSA, *op. cit.*, p. 179.

²⁹¹ Assim parece ter acontecido com os quatro irmão Lobo, assistindo-se a uma relativa autonomização das linhas de cada um deles.

Esta consciência traduzia-se, pelo menos em certas situações, em formas conjuntas de atuação, com claras vantagens sob o ponto de vista da ampliação do poder e da capacidade de influência.

Uma tal forma de funcionamento fica evidente ao nível do próprio poder municipal, como tivemos oportunidade de analisar no capítulo anterior. Como já sabemos, o parentesco assumia-se como um fator relevante no acesso e manutenção do poder. Com efeito, no interior do concelho não só, frequentemente, se assistia, como vimos, a uma quase hereditariedade dos cargos, com uma passagem de testemunho entre pais e filhos, como é também comum a presença, tantas vezes em simultâneo, de irmãos, tios e sobrinhos e mesmo de outros parentes. Dados que não deixam muitas dúvidas sobre a importância que a pertença a um dado grupo de parentesco assumia no acesso aos cargos concelhios²⁹². De facto, torna-se difícil compreender as lógicas subjacentes ao exercício do poder municipal, sem atendermos a estas formas de funcionamento. Note-se que a sua capacidade de influência não se cingiria à dimensão política, transpunha-se, decerto, para outros campos, fazendo destas estruturas de parentesco verdadeiras plataformas de poder, a nível local.

Não se estranha, por isso, que estes grupos familiares, mais ou menos verticalizadas, com maior ou menor capacidade agregadora, tivessem posto em prática estratégias que visavam reforçar os laços no interior das parentelas e, simultaneamente, projetar um imagem de prestígio e de poder do grupo familiar.

5.2. REFORÇAR A COESÃO DO GRUPO E PROJETER UMA IMAGEM PRESTIGIANTE DA FAMÍLIA

Nos processos de afirmação ganhava também relevo a dimensão simbólica que permitia construir e passar para o exterior uma dada imagem da família, que naturalmente se queria honrosa e prestigiante²⁹³, mas que contribuía também para a própria coesão das parentelas. Os dados que temos para Évora, a este nível, vão deixando claro que o grosso das famílias oligárquicas da cidade haviam iniciado processos de clara assimilação ao universo mental dos grupos nobiliárquicos.

Esse quadro comportamental, que ficou já evidente nas lógicas subjacentes à disseminação do morgadio e na estruturação das parentelas dele decorrente, ganha consistência com a adoção de um conjunto de práticas de natureza simbólica que comumente

²⁹² Veja-se o que dissemos a este propósito no capítulo III.

²⁹³ Sobre a importância dos valores simbólicos na estruturação das linhagens, veja-se, por exemplo, no que diz respeito às linhagens castelhanas, Faustino Menéndez PIDAL DE NAVASCUÉS, “El linage y sus signos de identidad”, *En la España medieval*, n.º 1, 2006, pp. 11-28. (número extraordinario dedicado a: Estudios de genealogía, heráldica y nobiliaria / coord. por Miguel Angel Ladero Quesada).

vemos acionados pelos grupos nobiliárquicos, mas a que os nossos homens foram também aderindo. Um fenómeno que não sendo propriamente uma especificidade desta cidade, já que era relativamente comum entre as elites urbanas, sobretudo dos reinos peninsulares²⁹⁴, assumiu um particular destaque em Évora, por motivos contextuais que já conhecemos.

Uma boa evidência desses processos fica expressa na prática de adoção de nomes de família ou de apelidos²⁹⁵ por parte de diversos grupos familiares ligados à governação. Fenómeno que, como já Ângela Beirante notou, assumiu alguma precocidade em Évora²⁹⁶, o

²⁹⁴ Este fenómeno de nobilitação das oligarquias estava longe de se cingir a Évora, sendo antes uma realidade comum a muitos outros concelhos, sobretudo os que se movimentavam mais próximos da coroa, como era o caso de Lisboa, por exemplo. Isto para nos referirmos ao caso português, já que se verificava neste reino, acompanhava uma tendência comum a muitos outras realidades municipais peninsulares, muito especialmente no reino castelhano, como tem vindo a ser evidenciado por muitos autores. Muito se tem escrito sobre os processos de nobilitação que as administrações concelhias foram conhecendo nos finais da Idade Média. Mais do que em Portugal, esta problemática tem sido largamente abordada em outras historiografias, como por exemplo, a do país vizinho que, nas últimas duas décadas, dedicou uma particular atenção a este tema no conjunto das problemáticas relativas às realidades municipais. Mas, esse processo de oligarquização (e também de aristocratização) dos concelhos era, em grande medida, um fenómeno peninsular. Para uma panorâmica geral relativa às cidades castelhanas, veja-se o balanço historiográfico efetuado por Maria ASENJO GONZÁLEZ, “Las ciudades medievales castellanas. Balance y perspectivas de su desarrollo historiográfico (1990-2004)”, *En la España Medieval*, Univ. Complutense Madrid, n.º 28, 2005, pp. 415-453. Entre a extensíssima bibliografia sobre esta temática, podem destacar-se os seguintes trabalhos: Rafael G. PEINADO SANTAELLA, “Las Élités de poder en las ciudades de la Andalucía Bética”, *Las Ciudades Andaluzas (siglos XIII-XVI)*, *Actas del VI Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía*, Coord. José E, López e Coca Castañar; Ángel Galán Sánchez, Málaga, Universidad de Málaga, 1991, pp. 337-356. María ASENJO GONZÁLEZ, “Los Hidalgos en la Sociedad Andaluza a fines de la Edad Media”, *Las Ciudades Andaluzas (siglos XIII-XVI) ...*, pp. 419-433; María ASENJO GONZÁLEZ, “Oligarquías urbanas en Castilla en la segunda mitad del siglo XV”, *Congreso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, Porto, 1989, p., 413-436; M. Concepción Quintanilla Raso, “Política ciudadana y jerarquización del poder: Bandos y parcialidades en Cuenca”, *En la España Medieval*, Univ. Complutense Madrid, n.º 20, 1997, pp. 219-250; IDEM, “Estructuras sociales y familiares y papel político de la nobleza cordobesa (siglos, XIV y XV), *Estudios en memoria del profesor D. Salvador de Moxó*, II, U.C.M., 1982, pp. 331-352; José María Ruiz Povedano, “Las élites de poder en las ciudades del reino de Granada”, *Las Ciudades Andaluza...*, pp. 357-415; Sabaté i Curull, Flocel, “Ejes vertebradores de la oligarquía urbana en Cataluña”, *Oligarquías políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)*, *Revista d’Història Medieval*, Narbona, R. (coord.), Valencia, número 9, 1998, pp. 127-149. M., GONZÁLEZ JIMÉNEZ, “ciudades y concejos andaluces en la Edad Media: gobierno urbano”, *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispánica, II, Congreso de Estudios Medievales*, Madrid, 1990, pp. 237-274; IDEM, *Carmona Medieval*, Sevilla, Fundación José Manuel Lara, 2006, pp. 103-121; José María Sánchez Benito, “El poder en una pequeña ciudad castellana: el ejemplo de Huete en el siglo XV”, *En la España Medieval*, Univ. Complutense Madrid, n.º 25, 2002, pp. 177-212; M.ª Isabel del VAL VALDIVIESO, “Ascenso Social y lucha por el poder en las ciudades castellanas del siglo XV”, *En la España Medieval*, Univ. Complutense de Madrid, n.º 17, 1994, pp. 157-184; Juan Francisco JIMÉNEZ ALCÁZAR, *Un Concejo de Castilla en la frontera de Granada. Lorca 1460-1521*, Granada, Universidad de Granada/Ayuntamiento de Lorca, 1997. César ÁLVAREZ ÁLVAREZ, “Linajes nobiliarios y oligarquías urbanas en León” *La nobleza peninsular en la Edad Media. VI Congreso de Estudios Medievales*, Avila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1999, pp. 35-65.

²⁹⁵ Muito embora possam existir *nuanças* diferenciadoras entre nome de família e apelido, assumimo-os aqui como equivalentes.

²⁹⁶ Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, p. 171. No século CIV, esta era uma realidade que se verifica também, com grande em Sevilha, por exemplo, veja-se: Rafael SÁNCHEZ SAUS, *Las Élités políticas bajo*

que, quanto a nós, e para além das próprias dinâmicas que a onomástica foi sofrendo no final dos tempos medievais²⁹⁷, decorre também de uma tendência mais global de progressiva aristocratização que envolveu um número significativo de famílias concelhias.

Como se sabe, os apelidos eram, no período medieval, um dos traços caracterizadores das famílias nobres. Adotados em Portugal, neste grupo social, a partir do século XII e encontrando-se claramente definidos na segunda metade da centúria seguinte²⁹⁸, eles assumiam uma forte função identitária. O apelido trazia consigo toda uma carga de tradição e de prestígio fazendo daquele que o recebesse um fiel depositário dos valores familiares, esperando-se que fosse capaz de os passar às gerações seguintes. A transmissão do nome de família constituía, por isso, uma das principais preocupações dos grupos nobiliárquicos, como tem sido notado²⁹⁹.

Não causa surpresa que os apelidos tivessem constituído também para esta *nobreza nova*, ansiosa de ver confirmada a sua posição no seio desse grupo privilegiado, algo a que se concedia um inquestionável valor. A sua importância fica liminarmente expressa, por exemplo, na exigência de Fernão Lopes Lobo para que todo e qualquer presumível herdeiro do seu morgadio se chamasse Lobo “*se se Nom chamar lobo Nom o ala e ala-o o parente mais chegado meu e sela todavia dos Lobos*”³⁰⁰. O nome assume aqui uma função demiúrgica de religação entre o fundador e os continuadores da linhagem. Mesmo que para outras famílias o valor que se lhe concedia não esteja verbalizado com esta clareza, a prática de fixação de apelidos que ia sendo seguida revela-nos que não havia, a esse nível, hesitações na hora da passagem de testemunho para as gerações seguintes; sobretudo se, ao momento, o nome de família fosse detentor de um prestígio que importava capitalizar. Foi esse o caso dos D’Arca,

los Trastámara. Poder y sociedade n la Sevilla del siglo XIV, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2009, pp. 231-233.

²⁹⁷ Cf., nota 303.

²⁹⁸ Trata-se de uma cronologia relativamente comum aos reinos peninsulares. Uma boa síntese deste fenómeno pode ser vista em Jaime DE SALAZAR Y ACHA, *Génesis y evolución histórica del apellido en España*, Madrid, Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía, 1991. Mais especificamente para o caso português, veja-se José MATTOSO, *Ricos Homens, Infanções e cavaleiros. A nobreza medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, pp. 110-113. Para o contexto castelhano, pode ver-se o interessante artigo de Rafael SÁNCHEZ SAUS, “De armerías, apellidos y estructuras de linaje”, *En la Espana medieval*, 17, 1994, pp. 14-16 e Ignacio ÁLVAREZ BORGE, La nobleza castellana en la Edad Media: familia, patrimonio y poder”, in *La familia en la Edad Media : XI Semana de Estudios Medievales*, Nájera, del 31 de julio al 4 de agosto de 2000 / coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, 2001, pp. 226-227.

²⁹⁹ Cf., por exemplo: George DUBY, “Estruturas de parentesco e nobreza no Norte de França nos séculos XI e XII”, in *A sociedade Cavaleiresca*, Lisboa, Teorema, 1989, pp. 133-155; Robert DURAND, “*Donnés anthroponymiques du Livro Preto de la cathédrale de Coimbre*”, in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne : études d’anthroponymie médiévale, Ire et Ile rencontres*, Azay-le-Ferron, sous la dir. de Monique Bourin, Tours, Université François Rabelais, 1989, pp. 219-232.

³⁰⁰ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 206 – *Tombo das Capelas de Évora*, fl. 102.

cujo apelido passou incólume da geração de Fernão Gonçalves D'Arca para os seus filhos, João Fernandes e Fernão Gonçalves (II), e posteriormente para os descendentes destes.

Muito embora, como sabemos, a adoção dos apelidos nem sempre fosse um processo linear, ganhando fórmulas diversas, sobretudo no contexto das alianças matrimoniais – matéria que não importa aprofundar, porque nos levaria para longe –, não restam dúvidas que para esta primeira linha social concelhia os apelidos se encontravam claramente consolidados, constituindo um património familiar simbólico que de modo algum se alienava. Note-se que mesmo homens oriundos de ramos secundários ou da bastardia, por vezes com relações já muito distantes e ténues com os seus grupos familiares de origem, não deixavam de ostentar os apelidos das suas parentelas, capitalizando em proveito próprio o prestígio que eles traziam consigo. Seria esse o caso de Rodrigo Álvares Pimentel, como certamente seria o caso de muitos outros que vemos ostentar apelidos de famílias que, de há muito, se encontravam já instaladas na nobreza, como Góis, Cerveira, Barbosa, entre outros.

Mas a adoção de apelidos foi-se estendendo a muitas outras famílias que vemos no concelho, fixando-se mesmo entre algumas de clara extração popular, mas que, entretanto, haviam iniciado processos ascensionais. O levantamento das formas de denominação individual, sintetizadas no quadro *infra*³⁰¹, revela-nos que cerca de 41% dos que passaram pela

³⁰¹ O quadro merece algumas explicitações, já que a sua construção, como não podia deixar de ser, se reveste de naturais dificuldades, numa realidade onde as regras onomásticas não se encontravam claramente definidas e muito menos estabilizadas. Clarifiquemos as categorias. A primeira não levanta muitos problemas. Nela se incluíram os indivíduos identificados pelo nome e pelo patronímico. Este último, um segundo elemento nominativo que, como sabemos, tinha origem no nome do progenitor, mas que, neste período, se encontrava algo desvirtuado, admitindo muitas variáveis.

Na segunda categoria, incluíram-se os indivíduos que, para além do nome e do patronímico, são identificados em função de um outro elemento nominativo que pode ser uma alcunha – a partir da qual vemos identificados, por exemplo, Gonçalo Nunes Loução ou João Esteves *Brua-Pouco* – ou um topónimo de proveniência e de origem geográfica local, seja ele uma localidade ou uma freguesia. É o caso, por exemplo, de Vasco Lourenço de S. Mamede ou de Mem Gonçalves do Vimieiro. Contudo, estes processos são tudo menos lineares, já que muitas vezes as alcunhas passavam para os descendentes, podendo mesmo tornar-se nomes de família. Muitos apelidos, como se sabe, têm origem em alcunhas, mesmo no seio da nobreza. De qualquer forma, todos os que incluímos neste grupo eram possuidores de alcunhas/topónimos de proveniência que, muito embora possam ter passado para os descendentes, não ultrapassaram as duas gerações, acabando por não se fixar como nomes de família. Foi por isso que incluímos na segunda categoria indivíduos como Gonçalo Esteves Quadril de Pega e João Esteves Quadril de Pega, João Afonso da Regueira ou Pedro Eanes do Crato.

Na terceira categoria, incluímos todos os que são identificados em função de um apelido usado de forma sistemática pelos indivíduos de um mesmo grupo familiar em várias gerações.

Na quarta, contabilizámos todos os que, para além do nome e do patronímico, são referenciados a partir de uma atividade profissional ou de uma função; na seguinte, os que são referenciados em função de uma relação clientelar que se terá mostrado relevante no seu percurso pessoal. Por último, os que são referidos apenas com dois elementos nominativos: um nome pessoal e um outro elemento, que poderá ter origens muito diversas, em alguns casos mesmo um nome que herdaram familiarmente, caso de João Farto, Rui Salvado, João Lameira, Aires Amado, etc. Neste levantamento, e globalmente, nas questões do complexo mundo da onomástica, seguimos os ensinamentos de Iria Gonçalves, em alguns dos seu pioneiros trabalhos sobre a onomástica em Portugal,

governança foram identificados em função de um nome de família. Considerámo-lo assim, sempre que um dado indivíduo, para além do nome e do patronímico, passa a ser identificado por outro elemento nominativo que vemos também adotado por diversos membros de uma mesma parentela (unidos essencialmente por laços de consanguinidade) e que claramente se distinguem de outros identificativos de natureza pessoal³⁰².

**QUADRO XXI - FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS HOMENS QUE PASSARAM PELA GOVERNAÇÃO MUNICIPAL
(1367-1433)**

FORMA DE IDENTIFICAÇÃO	EXEMPLOS	N.º	%
1- Nome + patronímico	Afonso Pires Garcia Martins	38	21,3
2- Nome + Patronímico + identificativo de natureza pessoal	Gonçalo Esteves Brua Pouco Rodrigo Esteves Conto e Meio João Esteves Quadril de Pega	31	17,4
3- Nome + patronímico + apelido familiar	Martim Afonso de Paiva Fernão Martins Pestana	73	41,0
4- Nome + patronímico + indicativo profissional/funcional	Luís Martins, mercador Lopo Fernandes, hastieiro	12	6,7
5- Nome + patronímico + indicativo de natureza clientelar ou relacional	Luís Gonçalves, criado do Bispo Rodrigo Eanes, amo do rei	9	5,2
6- Outras situações	Aires Amador / Rui Salvado	15	8,4

É longa a lista de apelidos patenteados pelos nossos homens, o que, desde logo, nos dá conta da disseminação que o fenómeno atingia no interior do grupo governativo. São eles: Abreu, D'Arca, Arnalho, Barbosa, Brandão, Brito, Carvoeiro, Cerveira, Chainho, Chanoca, Chaves, Cicioso, Costa, Crato, Espinho, Façanha, Feltreiro, Fonseca, Frandino, Fuseiro, Godinho, Góis, Juanejo, Lourinho, Lobo, Mascarenhas, Mousinho, Murzelo, Negreiros, Oliveira, Ourigo, Paiva, Pestana, Pimentel, Pina, Pinga, Tisnado, Toscano, Vieira e Zagalo.

No caso de Évora, este fenómeno surge enquadrado, e ampliado, por um contexto que já conhecemos e que atraiu à cidade um conjunto de grupos familiares que se movimentavam

que continuam seguindo como referência incontornável: de Iria GONÇALVES: “Amostra de antroponímia alentejana do século XV”, *Do Tempo e da História*, vol. IV, 1971, pp. 186-187; IDEM, “Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média”, *ibidem.*, vol. V, 1972, p. 172; IDEM, “Identificação medieval: o nome dos dirigentes concelhios em finais de trezentos”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. II, 1996, pp. 103-127; IDEM, “Do uso do patronímico na Baixa Idade Média Portuguesa”, in Mário Jorge BARROCA, coord. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 347-363; IDEM, “Entre o masculino e o feminino: sistemas de identificação em finais do século XV”, *Em louvor da linguagem. Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*, Lisboa, 2003, pp. 141-142, IDEM, “Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média”, *Medievalista on-line*, Ano 4, n.º 5, 2008 (edição eletrónica: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA5/medievalista-iria.htm>); IDEM, “O nome”, in José MATTOSO (dir.), *História da Vida Privada em Portugal* vol. I – A Idade Média (coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2011, pp. 198-225.

³⁰² Excluíram-se algumas alcunhas que, apesar de em alguns casos passarem de pais para filhos, não parecem ter-se fixado como apelidos. É o caso, por exemplo, da alcunha “Quadril de Pega”.

próximos da corte, integrando uma pequena nobreza de serviço, que entre outras práticas reforçava a sua identidade precisamente a partir da fixação dos nomes de família. Não se estranha assim que nesta cidade régia encontremos apelidos como: Barbosa, Brito, Cerveira, Góis ou Vieira, que comumente se encontram entre os servidores dos monarcas. A estes apelidos se juntavam outros patenteados por grupos familiares de há muito enraizados na cidade, como os Arca, os Pestana, os Lobo, os Oliveira, os Façanha, os Fuseiro, os Toscano, que iam consolidando as suas posições no seio da nobreza. O fenómeno estende-se, também, a famílias de menor protagonismo como os Feltreiro, os Arnalho, os Chanoca, os Ourigo, os Murzelo ou os Pinga.

Note-se que não é incomum encontrarmos, também, alguns destes apelidos em outros núcleos urbanos, particularmente do Sul, como Lisboa, Beja ou Estremoz, por exemplo. Em alguns casos, eles podem mesmo surgir entre os que foram passando pelas governações municipais daqueles concelhos, dando-nos conta quer da sua implantação regional, quer da importância que o envolvimento nas dinâmicas urbanas assumia para estes grupos em ascensão.

A origem dos apelidos é como se sabe muito diversa. No caso dos mais diretamente relacionados com a cidade, sobre os quais podemos tecer algumas considerações, as certezas não são muitas, mas o que se sabe, deixa entrever multiplicidade de fatores que poderão ter estado na base da sua designação. Nuns casos, o apelido deverá a sua origem ao topónimo dos locais onde se inscrevia o núcleo principal dos bens fundiários da família. Será, porventura, esse do caso dos D'Arca, que muito provavelmente tiraram o nome de propriedade fundiária, o vale de Arca, situada no termo de Montemor-o-Novo. O seu uso, pelo valor simbólico que a detenção da terra continha, seria, em si mesmo, um elemento de prestígio para o grupo familiar. Em outras situações, os apelidos remetem para uma anterior (e certamente já muito distante) ligação a atividades profissionais, como os Fuseiro ou os Carvoeiro ou, ainda, para um local de origem geográfica que, depois, perdendo o seu significado original, se fixa em apelido, como será o caso dos Chaves, dos Crato e, porventura, dos Paiva. Tal como podia acontecer mesmo com famílias da nobreza de maior estatuto³⁰³, alguns dos nomes de família dos do concelho terão também a sua origem em alcunhas. É provável que fosse essa a razão de ser dos nomes Façanha ou Cicioso, por exemplo.

Esta diversidade no que diz respeito à origem dos nomes transporta-se, também, para a projeção social que detinham. De facto, entre o conjunto de famílias identificadas a partir de um apelido, contavam-se situações bastante distintas no que diz respeito a riqueza, prestígio e

³⁰³ Cf., José MATTOSO, *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 2ª edição, Guimarães, Guimarães Editores, 1985, p. 111.

poder. Contudo, e apesar de todas as diferenças que certamente existiriam entre elas, estaremos em todos os casos face a grupos de parentelas que apresentavam já algum grau de estruturação e que haviam desenvolvido sentimentos de pertença e formas internas de solidariedade, que vão ficando expressos na própria forma como os apelidos, enquanto signos identitários, foram sendo usados. Estes são criteriosamente transmitidos aos descendentes, sendo mesmo comum que algum dos filhos ou dos netos, herdem não apenas o apelido familiar, mas o próprio nome completo do seu ascendente³⁰⁴, como aconteceu com Fernão Gonçalves d'Arca II, Vasco Rodrigues Façanha II, Martim Afonso Arnalho II, Martim Lopes Lobo II, entre outros; prática que constitui para o investigador uma dificuldade acrescida no acompanhamento dos trajetórias individuais, como se sabe. Embora não fosse uma regra taxativa (e na Idade Média poucas coisas o eram, e ainda menos no instável mundo da onomástica), os apelidos são tendencialmente usados pelas várias linhas que partem de um antepassado comum: por irmãos³⁰⁵, tios, sobrinhos, etc. As mulheres podiam recebê-los por afinidade, por via do casamento, na fórmula feminina, caso, por exemplo, de Maria Lourenço Frandina³⁰⁶. Mas, em alguns casos, continuam a ostentar o seu próprio apelido familiar, mesmo depois de casadas, como se verifica, por exemplo com Teresa Eanes da Fonseca, mulher de Fernão Lopes Lobo, ou Beatriz Murzela³⁰⁷. Alguns dos apelidos são de longuíssima permanência na cidade, como é o caso de Brandão e Oliveira³⁰⁸ ou Façanha, Pestana, Lobo, usados pelo menos desde a segunda metade do século XIII³⁰⁹ e que permanecem até ao fim de quatrocentos e para além dele; outros foram algo efémeros em Évora, já que não os encontramos no século XV adiantado, como os Chaves ou os Espinho³¹⁰. De outros, talvez se possa dizer que se trata de apelidos que acabam por não vingar, tendo em atenção que não os

³⁰⁴ Em outros casos, mesmo quando o patronímico não passa para as gerações futuras, verifica-se uma tendência para a repetição do nome próprio do fundador da linhagem ou de alguns dos seus membros mais marcantes. Este tipo de prática e o valor simbólico que assumia foi já notado, por exemplo, por Luís Filipe Oliveira, para os Coutinho (cf., Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos, linhagem, espaço e poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia histórica, 1999, pp. 47-48) ou por Bernardo Vasconcelos e Sousa para os Pimentéis (cf. Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis. Percursos de Uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, pp. 276-280.

³⁰⁵ Caso por exemplo, dos quatro irmãos Lobo, de Álvaro Vasques Tisnado e Martim Vasques Tisnado, de Gonçalo Esteves Feltreiro e Lopo Esteves Feltreiro ou de Lopo Rodrigues Façanha e Vasco Rodrigues Façanha.

³⁰⁶ Cf., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 122.

³⁰⁷ BPE, *Fundos conventuais. Convento de S. João Evangelista de Évora*, Livro 12, docs. 49 e 53.

³⁰⁸ Apelido presente no concelho desde, pelo menos, 1254 quando exercia funções de juiz Martim Mendes de Oliveira, cf., Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 609

³⁰⁹ Constam, por exemplo, da listagem de nomes que, em 1286, testemunharam um acordo estabelecido, entre o concelho de Évora e D. Dinis, cf., Hermínia Vasconcelos Vilar, "da vilania à nobreza...", *op. cit.*, pp. 152-153.

³¹⁰ Aspeto já notado por Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, pp. 541-642

encontramos documentalmente na restante centúria. Será porventura esse o caso dos Ourigo ou dos Feltreiro. Contudo, todos eles, no período a que nos referimos, se encontravam relativamente estabilizados, sendo transmitidos às gerações seguintes, o que se verificava mesmo para famílias com uma menor projeção, mas que haviam já atingido um grau de riqueza e de reconhecimento social que lhes permitia alguma estruturação familiar.

Veja-se, por exemplo, o caso dos Feltreiro, uma família detentora de considerável património urbano, periurbano e rústico³¹¹, cujo apelido se foi fixando, sobretudo nos finais de trezentos, num período em que se terá assistido à progressiva projeção e consolidação deste grupo familiar. É significativo que a fixação do apelido tenha ocorrido de forma concomitante com a criação de vínculos³¹² e o estabelecimento de outras práticas de reforço da coesão familiar. Nessas décadas finais de trezentos e nas primeiras de quatrocentos, o apelido parece ter conhecido alguma força. Num primeiro momento, o grosso da fortuna e do prestígio do grupo concentrou-se, contudo, na linha de Estêvão Eanes Feltreiro, que encontramos no concelho, nos finais dos anos sessenta. Posteriormente, o protagonismo familiar urbano coube sobretudo aos seus filhos, Gonçalo Esteves Feltreiro e Lopo Esteves Feltreiro, também presentes em cargos concelhios e, na geração seguinte, aos seus netos: Fernão Lopes Feltreiro e Rodrigo Esteves “Conto e meio, neto do Feltreiro”. Este último encontramos-lo também em funções concelhias, assim se concretizando a presença de três gerações sucessivas na administração local.

Não podemos definir, como é óbvio, o momento a partir do qual um grupo de parentesco passa a adotar um apelido. Contudo, como o exemplo dos Feltreiro talvez possa ilustrar, ele implica sempre um certo nível de riqueza, de destaque e de reconhecimento social, que torna possível a consolidação e a estruturação da parentela. É esclarecedor, a esse nível, que a generalidade dos que ainda são fortemente identificados com atividades profissionais ou funcionais não surjam identificados por via de nomes de família. Tal acontece também, significativamente, com a quase globalidade dos mercadores (com exceção dos

³¹¹ Relativamente aos bens: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 7, Pasta 4, doc. 27, Pasta 13, doc. 170; Pasta 19, fls. 16-16v. Pasta 24, doc. 39. IANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXX-LXXXIII. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 49, 49v; *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 110, 110v, 111.

³¹² Um dos vínculos, concretamente uma capela no mosteiro de S. Francisco de Évora e aniversários no de S. Domingos, da mesma cidade, foi criado por Constança Eanes, viúva de Estêvão Eanes Dente, irmã de Lourenço Eanes (Feltreiro) e de Estêvão Eanes Feltreiro, ao qual anexou um número significativo de bens: muito particularmente de casas, concentradas na rua do Tinhoso onde morava. Rua que, compreensivelmente, chegou a ser conhecida como rua do Feltreiro (cf., BPE, *Fundo Manizola*, cód. 73), a que se juntavam um conjunto de vinhas, hortas e uma herdade. Estes bens, constituídos em vínculo, foram atribuídos ao filho varão primogénito de uma sua sobrinha, Leonor Lourenço, Cf. IANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXX-LXXXIII.

Arnalho), numa demonstração de que a riqueza, por si só, não seria suficiente para a descolagem social, passe-se a expressão. Terá sido, certamente, por isso, que um mercador abastado como Fernão Gonçalves, identificado como *criado* e *homem* do poderoso regedor Vasco Rodrigues Façanha, tivesse reforçado a sua ligação àquele grupo, por via da adoção do apelido Façanha³¹³. É como Fernão Gonçalves Façanha que é designado no fim da vida, quando exercia as funções de juiz concelhio, numa claríssima demonstração do peso que as relações clientelares assumiam nas trajetórias pessoais, mas que deixa também evidente o valor que o apelido tinha no posicionamento do indivíduo no contexto urbano.

Cada apelido, e no fundo cada grupo familiar, tem a sua história e foi fazendo o seu percurso. Se, nuns casos, o nome de família parece não ter vingado, como poderá ter sido o caso dos Ourigo, Chainho ou Murzelo, por exemplo, em outros casos eles foram conhecedores de um maior sucesso.

Como é evidente, os processos ascensionais foram contribuindo para prestigiar um nome de família, concedendo-lhe um valor social que, porventura não teria, no momento em que começou por ser usado. O caso dos Arnalho é bastante esclarecedor a esse nível. Nos finais do século XIV, esta família surge ainda ligada à mercancia, sendo o seu mais conhecido representante o mercador Martim Afonso Arnalho, que exerceu funções concelhias no período que antecedeu a crise dinástica. Contudo ao longo da centúria seguinte, quer um seu descendente direto, Martim Afonso Arnalho II, quer outros dos que foram usando o mesmo apelido são já designados como escudeiros e cavaleiros, no que parece ter constituído um processo de progressiva descolagem do estrato popular. O valor social que o apelido Arnalho assumia, no final de quatrocentos, seria decerto diverso daquele que teria nos finais dos anos oitenta de trezentos. Não se estranha, por isso, que um homem destacado, como Vasco Arnalho, casado com Inês Gramaxo, identificado como cavaleiro, ao instituir uma capela, em S. Francisco de Évora, tivesse definido como condição *sine qua non* que os herdeiros do vínculo adotassem o apelido Arnalho³¹⁴.

Apesar dos diversos contornos que os processos de adoção de apelidos foram tomando, e, já agora, da sua potencial fragilidade, uma vez que, em alguns casos, o seu tempo de duração é efémero, o que vai ficando claro, quando se analisa a questão, é a importância que estes grupos em ascensão lhe concediam.

³¹³ Abordamos esta questão num outro trabalho centrado no percurso ascensionais deste mercador, veja-se, Joaquim Bastos SERRA – “Entre o comércio e a governação local. Fernão Gonçalves Façanha: um mercador eborense de finais da Idade Média”. *Medievalista* [Em linha]. Nº16 (Julho - Dezembro 2014). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA16/serra1607.html>

³¹⁴ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XCIII-XCVI.

O apelido, e em certo grau também os nomes pessoais e os patronímicos que se iam passando de geração em geração, tinham um importante papel agregador. Fomentavam, entre os que o usavam, a consciência de pertencer a uma estrutura comum de parentesco, que se mostrava capaz de funcionar de forma solidária. A sua força agregadora constituiria, decerto, uma mais-valia nesses contextos urbanos que potenciavam as possibilidades de ascensão social, mas onde não seriam estranhas as lógicas da competição e do confronto, que a luta pela afirmação social e pelo poder sempre trazem consigo.

A par dos apelidos, estes grupos de parentelas foram fazendo uso de outros signos identitários que também permitiam construir uma imagem prestigiante e, tanto quanto possível, nobilitante da família.

Entre os elementos simbólicos de reconhecimento nobre, a que deitaram mãos, contam-se, por exemplo, os emblemas heráldicos. Como se sabe, originariamente ligados à função guerreira, e à necessidade de identificação nos campos de batalha, eles passam posteriormente a assumir um valor social, enquanto distintivo de linhagem³¹⁵. No seu anseio de aproximação à nobreza, algumas das mais destacadas famílias concelhias não deixaram também de fazer uso desses importantes signos identitários, à semelhança aliás, do que, neste mesmo período, ia ocorrendo entre as crescentemente nobilitadas elites urbanas de outros reinos peninsulares³¹⁶ e, mesmo, de além Pirenéus.

Fernão Gonçalves d'Arca, por exemplo, fez inscrever as suas "armas" na capela tumular que, em 1378, mandou construir no Convento de S. Domingos de Évora³¹⁷. Muito embora, como era comum, seja possível que essa simbologia tivesse, ainda, uma dimensão pessoal, ela não deixou, posteriormente, de ser adotada pelos seus descendentes como elementos identificadores da sua *linhagem*³¹⁸. Também os Fuseiros, no século XV, faziam uso do seu

³¹⁵ Luís Gonzaga de Lencastre e TÁVORA, *Introdução ao estudo da heráldica*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1992, pp. 25-45. *Estudos de Heráldica Medieval*, Coordenação: Miguel Metelo de SEIXAS e Maria de Lurdes ROSA, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL) – Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos (ULL) – Caminhos Romanos, 2012.

³¹⁶ Sánchez Saus, nos seus estudos sobre as elites urbanas da Andaluzia constatou a adoção de elementos heráldicos por parte de diversas famílias da oligarquia de Sevilha, como, por exemplo, Os Ortiz, os Bocanegra ou os Vargas, cf., Rafael SÁNCHEZ SAUS, "De armerías, apellidos y estructuras de linaje...", p. 12. IDEM, *Las Élités políticas bajo los Trastámara. Poder y sociedad en la Sevilla del siglo XIV*, Sevilla, Universidad d' Sevilla, 2009, pp. 229-233. Juan Ramón PALENCIA HERREJÓN, "Elementos simbólicos de poder de la nobleza urbana en Castilla: los Ayala de Toledo al final del Medievo", *En la España medieval*, Nº 18, 1995, pp. 163-180.

³¹⁷ Sobre esta inscrição epigráfica comemorativa, que contém um escudo com o brasão de Fernão Gonçalves D'Arca, cf., Cf. Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. II, Tomo II, doc. 659, pp. 1862-1867. Isabel BECEIRO PITA, e Ricardo CORDOBA DE LA LLAVE, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana, siglos XII-XV*, CSIC, Madrid, 1990, p. 64.

³¹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 72.

brasão armas que consta da pedra tumular de um Álvaro Fuseiro, existente na Igreja de Santiago de Évora³¹⁹. O mesmo se verificava com Fernando Afonso de Moraes, cavaleiro da Ordem de Santiago, comendador de Montemor-O-Novo, talvez pai do homem com o mesmo nome que temos no concelho (cf., nota biográfica n.º 37), que fez inscrever o seu escudo de armas na lápide tumular que mandou construir no mosteiro de S. Francisco de Évora³²⁰. Apesar de não termos testemunhos materiais que nos permitam avaliar a verdadeira extensão que a adoção deste tipo de simbologia assumia no universo concelhio, é muito provável, tendo em atenção o exemplo dos d'Arca, que ela se alargasse a outras das principais famílias ligadas à administração local. Tanto mais que no quadro geral do reino, e num contexto favorável à mobilidade social, se assistia à ampla adoção deste tipo de signos por indivíduos e famílias enobrecidas por via da ligação aos monarcas e ao serviço régio. Os letrados, como o célebre João das Regras, cujas origens sociais mergulham no meio das elites urbanas de Lisboa³²¹, que sabemos ter sido agraciado pelo monarca de Avis com uma carta de brasão³²², são um bom exemplo a esse nível. Não parece, assim, estranho que o fenómeno tivesse ocorrido também entre os que se iam destacando socialmente nas realidades concelhias, muitas vezes por via do papel militar. Note-se que a guerra, e a necessidade dos monarcas recompensarem os que nela se distinguiam, terão também contribuído para a proliferação de simbologia heráldica³²³.

Refira-se que, nos finais do período medieval, a profusão de emblemas e armas, entre nobres e muitas vezes mesmo entre não nobres, terá sido de tal ordem que os monarcas foram obrigados a intervir no sentido da sua regulação³²⁴. Assim o fez D. Afonso V³²⁵ e, mais tarde, D. Manuel que, no início de quinhentos, entre outras iniciativas tendentes a evitar a arbitrariedade que se verificava no uso de armas heráldicas, manda fixar todos os brasões

³¹⁹ Gabriel PEREIRA, *Estudos Diversos. Arqueologia, História, Arte e Etnografia. Colectânea*, Coimbra, Imprensa da universidade de Coimbra, 1934, pp. 263-264. Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal, concelho de Évora*, Lisboa, vol. I., 1966, pp. 28 e 229b).

³²⁰ Cf., Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, vol. II, tomo 2, n.º 657, pp. 1853-1856.

³²¹ Cf., Rita Costa GOMES, *A Corte dos reis de Portugal...*, p. 140.

³²² Cf. Luís Gonzaga de Lencastre e TÁVORA, *op. cit.*, p. 37.

³²³ D. João I terá mesmo criado um armorial comemorativo onde se incluíram os fidalgos que se distinguiram em Aljubarrota, veja-se sobre esta questão, *ibidem*, p. 38.

³²⁴ Sobre a expansão dos emblemas heráldicos nos finais da Idade Média aos diversos grupos sociais, mesmo aos não nobres, e os problemas que coloca, veja-se Pedro Blas VALVERDE OGALLAR, *Manuscritos y heráldica en el tránsito a la modernidade: el Libro de Armería de Diego Hernández de Mendoza*, memória para optar al grado de doctor, Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía y Historia, 2002, pp. 362-370.

³²⁵ D. Afonso V concedeu uma especial relevância a esta matéria, reservando as atribuições de novas armarias estritamente ao seu reis de armas, oficial régio responsável pelas questões heráldicas. Em 1476, restringe a utilização de armas *com metal em escudo* aos que não forem fidalgos ou não possuam “carta d’armas”, cf., IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6, fl. 91.

existentes no conhecido livro do Armeiro-mor³²⁶. Aí se estabeleceram as normas de composição e se fixaram os emblemas de todas as famílias da nobreza. Dele constam, aliás, as armas de diversas famílias que encontramos no concelho, como os Arca³²⁷, Brandão³²⁸, Carvoeiro³²⁹, Fuseiro³³⁰, Lobo³³¹, Oliveira³³², Pestana³³³ entre outras. Sinal de que estes grupos familiares haviam consolidado as suas posições no seio dos grupos nobiliárquicos, ainda que a maior parte se situasse nos escalões menos destacados. Vale ainda a pena notar que os próprios armoriais, pelas lógicas que lhes estavam subjacentes, deixam clara a importância atribuída à simbologia heráldica que, a partir de códigos que se queriam claramente definidos, permitia exteriorizar publicamente o estatuto e o lugar que cada família ocupava no conjunto da nobreza do reino.

No caso de Évora, e como consequência natural da falta de tradição nobiliárquica, digamos assim, desta nova nobreza que temos no concelho, os signos heráldicos não surgem associados, como é comum acontecer entre as linhagens de maior estatuto, às memórias genealógicas onde se destacavam os antepassados ilustres ou os feitos dos heróis fundadores e os seus locais míticos³³⁴. Narrativas reais ou mais ou menos ficcionadas que, como se sabe, iam sendo alimentadas pelos ideais cavaleirescos.

Não podendo recuperar memórias ancestrais, alguns dos nossos homens tomam a tradição nas próprias mãos e assumindo-se como fundadores das suas linhagens, enaltecem os seus próprios feitos guerreiros, glorificando a sua participação em contendas decisivas, num testemunho claro de que a *cavalaria*, enquanto ideal e modo de vida, enformava também o quadro mental destas elites urbanas.

A guerra desses finais dos tempos medievais, na qual as forças concelhias tiveram um papel relevante e indispensável, constituiu para estes grupos em ascensão e com claras ambições sociais, o terreno propício para a afirmação da sua pretensa vocação guerreira, permitindo-lhes ensaiar uma aproximação ao mundo cavaleiresco. Vimos já, como também a procura de integração nas ordens religiosas e militares se ligava à procura do prestígio da

³²⁶ *Livro do Armeiro-mor*. Códice iluminado, mandado fazer por D. Manuel, datado de 1509, da autoria de João do Cró, Cf., IANTT/CR/D-A/001/19.

³²⁷ *Ibidem*, fl. 82v.

³²⁸ *Ibidem*, fl. 128v.

³²⁹ *Ibidem*, fl. 120.

³³⁰ *Ibidem*, fl. 125v.

³³¹ *Ibidem*, fl. 69.

³³² *Ibidem*, fl. 128.

³³³ *Ibidem*, fl. 103.

³³⁴ Sobre a relação entre heráldica e cavalaria, pode ver-se Pedro Blas VALVERDE OGALLAR, *op. cit.*, p. 375.

função guerreira. Uma dimensão que (sobretudo no campo simbólico) se mostrava relevante na sua continuada busca de equiparação às mais ilustres linhagens nobres.

Foi certamente tendo por base esse tipo de pretensões que, algumas décadas antes do nosso período, um Gonçalo Esteves Carvoeiro, homem de origens obscuras³³⁵, provável antecessor de indivíduos com o mesmo apelido que encontramos na governação³³⁶, fez questão de deixar expresso, na sua lápide sepulcral, depositada na Sé de Évora, uma clara referência ao facto de ter desempenhado as funções de alferes-mor de D. Afonso IV na Batalha do Salado³³⁷. Um cargo a que terá chegado de forma algo inusitada, e que talvez tivesse exercido apenas de forma transitória³³⁸, mas ao qual concedeu uma importância central no seu percurso de vida. O papel revelante que pretensamente terá desempenhado numa das mais marcantes e derradeiras batalhas da reconquista cristã, na qual aliás, e segundo o próprio conteúdo da lápide, participaram cerca de 100 cavaleiros e um número muito significativo de peões oriundos de Évora³³⁹, assume-se, para este homem, como um indispensável fator de prestígio que, de alguma forma, permitia compensar a fraqueza das suas origens sociais. Não se estranha, assim, que quisesse ser recordado, precisamente, por esse facto.

Com intencionalidade semelhante, também Fernão Lopes Lobo, no seu testamento, exalta, como já vimos, o facto de ter combatido na Batalha de Aljubarrota ao lado do Mestre de Avis. Para celebrar esse feito manda rezar anualmente, no mosteiro de S. Francisco de Évora, onde instituiu capela, uma missa oficiada, nas vésperas de Santa Maria de Agosto, uma vez que “em tal dia el Rey dom loão de portugual Vençeo e desbaratou el Rey de castela em o campo **Na batalha que se Fez em allJubaRota em a qual Eu estie em hidade de desazete ou dezoito anos** e liurou-nos deus e a bem avemturada santa maria do poderio e sogeição dos castelãos”³⁴⁰. Fernão Lopes Lobo procura, desta forma, associar-se a esse momento (re)fundador da monarquia portuguesa, fazendo cruzar os seus destinos e os da sua linhagem com os destinos do reino independente e dos seus monarcas. O ato litúrgico que preconizou, a

³³⁵ Mário Barroca traça um perfil deste homem, aparentemente filho de Domingos Esteves, homem rico da vila do Redondo que viveu no tempo de D. Dinis. Cf., Mário BARROCA, *op. cit.*, pp. 1613-1614.

³³⁶ Como: Pêro Sanches Carvoeiro, Aires Martins Carvoeiro ou Álvaro Pires Carvoeiro.

³³⁷ Veja-se a transcrição da lápide n trabalho de Mário BARROCA, *op. cit.*, pp. 1605-1606.

³³⁸ Aparentemente terá exercido as funções em substituição de um seu cunhado, D. Gonçalo Gomes de Azevedo, casado com D. Mor Esteves de Évora, irmã de Gonçalo Esteves. Uma relação provável tendo em atenção a referência do conde D. Pedro ao facto de Gonçalo Gomes Azevedo ter casado com “ua filha duu Carvoeiro”. Sobre este quadro de relações matrimoniais, bem como sobre a possibilidade de Gonçalo Esteves ter desempenhado as funções de Alferes mor em substituição de Gonçalo Gomes de Azevedo, veja-se, Mário BARROCA, *Op. Cit.*, p. 1614; J. A. S. PIZARRO, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó 1995*, p. 164, D. Luiz de Lencastre e TÁVORA, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, p. 132.

³³⁹ Évora não foi o único concelho a integrar a hoste régia, também as milícias de Santarém e de Lisboa estiveram presentes, cf., Miguel Gomes MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota...*, p. 246.

³⁴⁰ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fl. C.

realizar no altar da sua capela, deveria revestir-se de um especial esplendor. O instituidor exige que nele esteja presente toda a comunidade monástica, e no sentido de exultar os crentes, manda que se façam tanger os órgãos e que se coloquem tochas e círios³⁴¹. Um ato, portanto, com claros propósitos celebrativos e glorificadores, a partir do qual se procurava projetar uma imagem heroica do fundador do morgadio e da linhagem a que deu origem, associando-a à função guerreira e ao serviço régio.

O prestígio que se tinha em vida transportava-se também para os cerimoniais fúnebres que, como se sabe, constituíam como um dos mais importantes veículos para projetar publicamente a proeminência social da família³⁴². A escolha da instituição, e nela do local preciso de “soterramento” do corpo, bem como a forma como se cumpririam os ritos de passagem ou como seriam construídas as campas tumulares não se deixavam ao acaso. Todos esses elementos eram cuidadosamente definidos e negociados (na verdadeira aceção da palavra) com as instituições religiosas, para que pudessem estar à altura das ambições sociais do grupo familiar³⁴³.

Os *cerimoniais da morte* prolongavam-se através de missas, aniversários e capelas que mantinham viva a memória dos antepassados ou de determinadas figuras (obviamente) ilustres e prestigiadas de que o grupo familiar se considerava devedor. Evocá-los nos atos litúrgicos era, também, uma forma de dar força pública a essa relação, fazendo com que todo o grupo familiar compartilhasse do seu prestígio. Fernão Lopes Lobo fê-lo em relação ao monarca; Fernando Afonso Cicioso chamou a si o enaltecimento da memória dos Bispos D. João e D. Diogo Afonso de Brito, seus tios; Vasco Martins de Paiva e a sua mulher não deixaram de evocar, por via de capelas, a sua ligação aos Cogominho, uma das mais prestigiadas famílias da nobreza instaladas na cidade³⁴⁴.

A escolha das instituições religiosas que mais diretamente se associavam à memória da família também não se fazia ao acaso. Na sua maioria, os homens ligados à governação,

³⁴¹ Cf., *Ibidem*, fl. CI.

³⁴² Diversos autores têm evidenciado a importância que a morte assumia para a nobreza enquanto plataforma para a expressão propagandística do poder e da proeminência social das famílias, veja-se, por exemplo, María Concepción QUINTANILLA RASO, *La nobleza*, em José Manuel NIETO SORIA (Dir.), *Orígenes de la Monarquía hispánica: propaganda y legitimación (ca. 1400-1520)*, Madrid, 1999, p. 99.

³⁴³ José MATTOSO, “O poder e a morte”, *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 25, 1995, pp. 395-427, Hermínia VILAR, *A Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, Lisboa, Patrimonia, 1995; IDEM, “Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV”, in *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, dir. José Mattoso, pp. 165-176, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1995.

³⁴⁴ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XCVI-XCVIII.

optaram por ficar sepultados em Évora, cidade de que eram vizinhos e moradores e a partir da qual estruturaram o seu poder; mas de entre as instituições religiosas da urbe, preferiram aquelas que tinham maior prestígio e maior capacidade de projeção.

Entre os que integravam o grupo dos mais influentes, que são aqueles para os quais temos dados, poucos foram os que elegeram as igrejas paroquiais como panteão pessoal ou familiar. Apenas Lopo Dias de Espinho instituiu uma capela em S. Pedro³⁴⁵. Muito embora as paróquias de que eram fregueses, e com as quais manteriam alguma proximidade espiritual, não deixassem de ser agraciadas nos momentos derradeiros³⁴⁶, não foi nelas que quiseram ficar sepultados, nem foi a elas que confiaram o grosso das exéquias que visavam manter viva a memória dos antepassados. Preferiram-lhes a catedral e sobretudo os conventos mendicantes³⁴⁷.

A poderosa e prestigiada catedral continuava a atrair legados fúnebres, sobretudo daqueles que, por si próprios ou por tradição familiar, mantinham com ela alguma relação. Seria esse o caso dos Façanha, dos Pestana ou dos Brito.

Mas foi às instituições mendicantes que as mais proeminentes famílias concelhias quiseram deixar ligada a sua memória pessoal e familiar³⁴⁸. Foi sob a proteção espiritual de

³⁴⁵ Cantada alternadamente em S. Pedro e em S. Francisco, cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 47. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fl. 47 e XCI-XCIV.

³⁴⁶ Gonçalo Eanes Lobo, que instituiu uma capela em S. Francisco, deixa também um ferragial, para aniversários, à igreja de S. Pedro de Évora, de que era freguês, cf., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 4. Note-se que muito embora se autorizasse o enterramento em outras instituições, a igreja de que o defunto era freguês deveria receber a *quarta funerária*. Uma questão, aliás, bastante polémica e que, tendo em conta o caráter recorrente dos confrontos judiciais que suscitou, nunca terá sido claramente resolvida. São inúmeros os testemunhos documentais destes diferendos e das várias tentativas de acordos para os solucionar, veja-se, por exemplo: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, s/f doc. 4, 8, 14, 15 e 16. Sobre os contenciosos relativos à quarta funerária entre as igrejas paroquiais e os mosteiros mendicantes, veja-se Hermínia Vasconcelos VILAR, *As Dimensões...*, p. 291.

³⁴⁷ A prevalência dos mosteiros mendicantes sobre as igrejas paroquiais no que diz respeito à instituição de capelas e aniversários foi já notado por Ângela Beirante no seu estudo elaborado a partir do Tombo das capelas de Évora, cf. Maria Ângela BEIRANTE, “Capelas de Évora”, *A Cidade de Évora*, n.ºs 65-66 (1982-1983), p. 23. Muito embora, o nosso campo de análise tivesse incluído fontes mais alargadas, as conclusões a este nível não revelam alterações. Sobre Évora, veja-se Maria Ângela BEIRANTE, “Para a história da morte em Portugal (séc. XII-XIV)”, *Estudos de História de Portugal. Volume I- sécs. X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 359-83; IDEM; “As «heranças das almas» na diocese de Évora no início do século XVI”, in *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*, Évora, Instituto Superior de Teologia/ Seminário Maior de Évora, 1994, vol. 1, pp. 105-117,

³⁴⁸ Esta preferência estava longe de ser exclusiva da cidade e da sua oligarquia. A inclinação devocional pelos mendicantes era antes uma realidade patenteada não apenas em Portugal, mas também por exemplo, em Castela e em outros reinos da cristandade. Na Sevilha castelhana, por exemplo, essa preferência, especialmente pelos franciscanos, era esmagadora. Veja-se, por exemplo, Rafael SÁNCHEZ SAUS, “Aspectos de la religiosidad urbana bajomedieval: las fundaciones funerarias de la aristocracia sevillana”, in *Actas del VI Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía- las ciudades andaluzas (siglos XIII-XVI)*, eds. José E. López de Coca Castañer, Angel Galán Sánchez, pp. 299-311, Málaga, Universidad, 1991, p. 311. Era uma realidade transversal aos diversos estratos da nobreza, Jorge

pregadores ou *menores* que se fizeram sepultar os d'Arca³⁴⁹, Arnalhos³⁵⁰, Barbosas, Espinhos³⁵¹, Feltreiros³⁵², Fuseiros³⁵³, Lobos³⁵⁴, Ourigos³⁵⁵ ou Paivas³⁵⁶, não sendo incomum que quisessem ser soterrados envergando os hábitos das respetivas ordens³⁵⁷. Foi ao seu zelo que confiaram o cumprimento de capelas e aniversários, que dotaram generosamente³⁵⁸.

Para além dos motivos de natureza espiritual, a opção por estas instituições não parece poder desligar-se também do brilho e do prestígio que as ordens mendicantes tinham nesses finais da idade Média³⁵⁹. Lembremos que a forte adesão à espiritualidade mendicante era transversal aos diversos estratos sociais, estendendo-se, também, às mais destacadas famílias da nobreza³⁶⁰ e aos próprios círculos régios³⁶¹. Os franciscanos - sobretudo eles – tiveram, como se sabe, uma significativa capacidade de influência junto dos monarcas, das rainhas e dos infantes, de quem frequentemente eram confessores³⁶², tendo recolhido, ao longo de

DÍAZ IBÁÑEZ “Iglesia y Nobleza en la Sevilla Bajomedieval”, *Anuario de Estudios medievales (AEM)*, 39/2, julio-diciembre de 2009, p. 914. O mesmo acontecia em França. Entre a nobreza provençal, nas questões da morte, a opção pela fundação de capelas nos mosteiros mendicantes era também largamente maioritária, cf., Florian MAZEL, *La noblesse et l'Église en Provence, fin Xe-début XIVe siècle. L'exemple des familles d'Agoult-Simiane, de Baux et de Marseille*, Paris, Editions du CTHS, 2002, pp. 484-488.

Sobre a forte adesão das elites dos núcleos urbanos do sul à espiritualidade mendicante, veja-se, Hermínia VILAR, *op. cit.*, pp. 294 e “Religión e identidad urbana: seculares y mendicantes en las ciudades del sur de Portugal en la Baja Edad Media” in José Antonio JARA FUENTE (coor.), *Ante su identidad. La ciudad hispánica en la Baja Edad Media*, Cuenca, Universidad de Castilla-La Mancha, 2013, pp. 263-285.

³⁴⁹ BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 11.

³⁵⁰ Vasco Arnalho, cf., IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. 94-95v.

³⁵¹ Lopo Dias de Espinho manda enterrar o seu corpo em S. Francisco junto do seu pai, instituiu capela cantada alternadamente em S. Francisco e em S. Pedro, cf., BPE, Pasta 3, doc. 47, IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fl. 91v.

³⁵² BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 7.

³⁵³ Lopo Rodrigues Fuseiro, cf., IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls.86.

³⁵⁴ Como Gonçalo Eanes Lobo, cf., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, S.F. doc.5, 12 e 46; e de Fernão Lopes Lobo, cf., IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. 101-103v.

³⁵⁵ Caso de Lopo Esteves Ourigo, IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fl.146-146v.

³⁵⁶ Caso de Vasco Martins de Paiva, cf., IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. 96-98.

³⁵⁷ Assim o exigiu, por exemplo, Lopo Rodrigues Fuseiro, *ibidem*, fl. LXXXVI

³⁵⁸ Um quadro geral do património vinculado às capelas foi traçado por Ângela BEIRANTE, “Capelas de Évora”..., pp. 29-35.

³⁵⁹ Em termos genéricos, André VAUCHEZ, *A espiritualidade da Idade Média Ocidental, Séc. VIII-XIII*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995. Para Portugal, por exemplo, Mário MARTINS, “O ciclo franciscano na nossa espiritualidade medieval”, *Biblos*, vol. XXVII, 1951, pp. 141-247.

³⁶⁰ Assim acontecia, por exemplo, entre os membros da nobreza sedeadada em Coimbra e em Santarém, que, como notou Hermínia Vasconcelos Vilar, optou preferencialmente pelas instituições mendicantes para a instituição de capelas. Veja-se Hermínia Vasconcelos VILAR, “Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém)” in José MATTOSO (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1996, pp. 165-176.

³⁶¹ A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV...*, p. 384.

³⁶² João Francisco MARQUES, “Franciscanos e Dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias”, *Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI a XVII)*. Porto, 28 a 30 de Maio de

todo o período tardo medieval, largo apoio e proteção régia. Os mosteiros mendicantes de Évora não fugiram à regra. Também eles foram agraciados pelos diversos monarcas, neles se incluindo D. Fernando e D. João I³⁶³. Este último monarca terá mesmo patrocinado obras de ampliação das instalações conventuais de S. Francisco³⁶⁴, onde, aliás, terá ficado alojado³⁶⁵, em algumas das suas frequentes e, por vezes, prolongadas estadas em Évora³⁶⁶. Significativamente, será junto a esta casa religiosa que nascerá, na segunda metade de quatrocentos, o novo paço real da cidade³⁶⁷, à semelhança do que se verificava, por exemplo, em Santarém ou Coimbra³⁶⁸.

Pela sua força espiritual, mas também pela imagem que projetavam, não parece estranho que os nossos homens, na incessante procura de reconhecimento social, tivessem aderido de uma forma tão evidente às pujantes instituições mendicantes nas questões da espiritualidade e da morte.

O enaltecimento e a preservação da memória da família fazia-se, também, a partir de monumentos funerários, como é o caso dos túmulos e das lápides tumulares, mandados construir no interior dos templos. Muito embora, nos casos que conhecemos, eles não contivessem a luxuosa ornamentação que, por vezes, se constata para outros destacados membros da nobreza, do clero ou mesmo das elites urbanas de outras geografias, esses elementos funerários não deixavam de incluir epitáfios, escudos de armas, como as dos d'Arca ou dos Fuseiro, ou outros elementos identificativos e valorizadores do grupo familiar.

Alguns, como, por exemplo, Fernão Gonçalves d'Arca ou Fernão Lopes Lobo, patrocinaram, mesmo, a edificação de capelas da invocação de santos pelos quais tinham particular veneração, nas quais pretendiam que fossem realizadas as mais importantes exéquias fúnebres em sua memória e de outros familiares. No interior dos templos, estes

1992, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa – Faculdade de Letras do Porto (Anexo V da *Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas*), 1993, pp. 53-60.

³⁶³ Tal como se verificara com outros monarcas, como D. Pedro, por exemplo, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. S/f 8; D. João I, cf., *ibidem*, s/f doc. 17, 18 e 24.

³⁶⁴ Já D. Fernando tinha, também, permitido a aplicação de verbas oriundas dos *resíduos* para obras no dormitório de S. Francisco que se encontrava muito danificado, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, s/f doc. 9 e IANTT, *Gaveta I*, maço 5, doc. 20. D. João I autoriza a ampliação dos limites do dormitório do convento (*ibidem*, doc. 15), Livro III, fl. 195v-196.

³⁶⁵ Cf., IANTT, *Gaveta XVI*, maço 1, n.º 12.

³⁶⁶ Sobre a permanência deste monarca na cidade, veja-se Humberto Baquero MORENO, *Os Itinerários de el-rei Dom João I (1384-1433)*, Lisboa, ICALP/Ministério da Educação, 1988. Refira-se, a propósito, que a utilização dos edifícios do mosteiro franciscano da cidade, por parte dos monarcas, aquando da sua permanência na cidade, se verificava desde pelo menos D. Afonso IV e D. Pedro, cf., Rita Costa GOMES, *op. cit.*, p. 264.

³⁶⁷ IANTT, *Leitura nova - Odiana*, Livro II, fl. 235

³⁶⁸ Sobre esta associação, bem como sobre as intervenções concretas dos monarcas nesses espaços religiosos, veja-se Rita Costa GOMES, *op. cit.*, p. 263.

espaços, bem identificados e ornamentados, constituíam locais privilegiados para reforçar a percepção pública da grandeza da família.

Note-se que mais do que de natureza individual, os túmulos e demais elementos funerários se destinavam também a receber e a recordar outros membros da *linhagem*, aqui entendida no sentido estrito do termo. Não só os sufrágios aí realizados se faziam, frequentemente, em nome dos antepassados falecidos, como as covas e túmulos se destinavam, muitas vezes, a vários membros das respetivas famílias. Era comum que os testadores indicassem que pretendiam ser soterrados junto de avôs³⁶⁹, pais³⁷⁰ ou de outros familiares próximos, fazendo das instituições que os recebiam verdadeiros panteões familiares. Assim o entendia também Diogo Gomes Barbosa, que exigiu que os seus herdeiros mandassem construir, no Mosteiro de S. Domingos, para ele próprio e para os seus descendentes, uma “sepultura metida na parede e a coua *em fundo* no chão em direito *per a* memoria de minha linhagem”³⁷¹.

Note-se que os investimentos espirituais em torno da morte e da procura da salvação, não se cingiam às instituições escolhidas para o local de enterramento. Muitas vezes, e dependendo do grau de riqueza e do poder do grupo em questão, os sufrágios e outras formas de intercessão pelos mortos, faziam-se, em simultâneo, em outras casas religiosas.

Um homem poderoso, como Fernando Afonso Cicioso, detentor de uma considerável fortuna, distribuiu bens por diversos institutos, particularmente a catedral e os *pobres* do eremitério de Montemuro, que largamente dotou e protegeu.

Lopo Dias de Espinho, também ele possuidor de um elevado nível de riqueza patrimonial, apesar de ter optado pelo enterramento em S. Francisco, não deixou de agradecer, no final da vida, a igreja de S. Pedro, de que era freguês, redistribuindo pelos dois institutos os bens para sustento de uma capela por sua alma e dos seus familiares³⁷². Também Vasco Martins de Paiva dividiu os sufrágios e a lembrança litúrgica dos antepassados por S. Francisco e S. Domingos. A multiplicação das instituições agraciadas se permitia, por um lado, a ampliação do poder da intercessão, digamos assim, e com ele a aproximação aos objetivos salvíficos, constituía também uma forma de propalar a capacidade económica e a proeminência da família.

³⁶⁹ Por exemplo, Lopo Rodrigues Fuseiro pretende ser enterrado junto do seu avô, IANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXXVI.

³⁷⁰ Lopo Dias de Espinho mandou que fosse *soterrado* junto do seu pai, cf., IANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. 91-92v.

³⁷¹ IANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fl. CLXV e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 12.

³⁷² *Ibidem*, fl. XCI.

Também as práticas caritativas, tantas vezes despoletadas pela proximidade da morte, cumpriam estes objetivos. O escrivão e depois juiz concelhio, João Lameira, e a sua mulher, Catarina Gomes, ao fazerem uma doação *pro anima* ao Hospital de Jerusalém e à gafaria da cidade, não deixaram de lhe conceder também um dimensão caritativa de auxílio a pobres e enfermos³⁷³. Os indigentes e desvalidos não foram esquecidos também por Lopo Dias de Espinho que, em testamento, deixou bem expesso que, em caso de extinção da sua linhagem, pretendia que os bens vinculados à sua capela fossem repartidos entre a igreja de S. Pedro, a gafaria de S. Lázaro e o Hospital de Jerusalém, devendo o remanescente ser distribuído para sustento dos pobres³⁷⁴. Uma opção relativamente comum não só entre a nobreza, mas também, como Évora comprova, entre as elites urbanas em busca da afirmação. Numa sociedade em que a riqueza e o poder eram ideologicamente condenados, a função redentora da esmola e do auxílio ao *pobre* assumia um valor acrescentado no *comércio da salvação*, sobretudo para indivíduos, como os que temos no concelho, que fizeram do engrandecimento material um móbil de vida.

Para além dos óbvios objetivos espirituais, as práticas caritativas, pela sua dimensão pública e pelos efeitos concretos que tinham no contexto social urbano, constituíam também um veículo eficaz para dar forma visível ao poder económico da família. Note-se, ainda, que a redistribuição da riqueza acumulada era, também ela, e paradoxalmente, a demonstração inquestionável de uma certa capacidade de despojamento material, que trazia consigo a afirmação de um conjunto de valores morais e religiosos que desta forma se iam associando à família benfeitora.

5.3. ESTABELECEER ALIANÇAS MATRIMONIAIS VANTAJOSAS

Para além das dimensões anteriormente referidas, importa atentar nas alianças matrimoniais, que constituíam, igualmente, um vetor de análise incontornável quando tentamos compreender as estratégias de afirmação social.

Como se sabe, as alianças matrimoniais constituíam um instrumento decisivo para a consolidação das posições, permitindo a reprodução biológica e social do grupo familiar³⁷⁵. Sendo um campo onde se jogavam interesses vários, e em última análise onde se decidia o

³⁷³ ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62) fls. 159; *Pergaminhos da Casa de S. Lázaro* (n.º 65), fls. 6v.

³⁷⁴ IANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XCIV-XCII; BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 47.

³⁷⁵ Existe uma ampla bibliografia sobre esta questão para diversos espaços europeus, referenciada, por exemplo, por Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *op. cit.*, pp. 182-183.

futuro e os destinos sociais da família, essas uniões eram cuidadosamente delineadas, obedecendo a lógicas que, no essencial, visavam a conservação e a ampliação do estatuto e do poder já adquiridos.

No caso de Évora, a extensão dos que se incluem no universo do nosso estudo, constituído por quase 180 indivíduos e respetivos cônjuges ao qual, e para que se pudesse ter uma noção plena das lógicas das alianças, teríamos naturalmente de somar os respetivos descendentes, torna impossível efetuar uma análise detalhada destes processos relativos a cada uma das *famílias* envolvidas na governação. A perceção do quadro de alianças é também dificultado pelo facto de nem sempre podermos reconstituir os próprios grupos familiares, sendo que, em muitos casos, é mesmo impossível estabelecer os laços de parentesco entre os que foram usando os mesmos apelidos. Os dados que temos pelo seu carácter lacunar, não permitem, de facto, tecer muitos juízos sobre a forma como um dado grupo abordava globalmente a questão das alianças familiares. Torna-se difícil saber, por exemplo, se existiam diferenças entre as estratégias matrimónias seguidas para filhos primeiros e segundos, para descendentes masculinos e femininos, sendo igualmente arriscado adiantar quaisquer considerações sobre taxas de nupcialidade ou outros indicadores.

Muito embora não seja possível aprofundar a questão, os informes que chegaram até nós permitem, pelo menos, delinear globalmente a forma como os que integravam o grupo dirigente encaravam e foram gerindo a decisiva questão das uniões familiares. Em termos muito genéricos, com tudo o que tem de simplificador, identificámos duas tendências que claramente se destacam: a) o predomínio das uniões homogâmicas estabelecidas com os que partilhavam um mesmo espaço, isto é, de uniões entre famílias de estatuto equivalente implantadas no mesmo contexto local ou regional; b) uma segunda vertente, que não invalidando a primeira, nos remete para a existência de um número muito significativo de uniões com gente que se movimentava nas proximidades da Corte ou do serviço régio, deixando, também nesta questão, claramente evidente que a aproximação a esse círculo se constituía como uma incontornável estratégia social. Vejamos cada um destes vetores de *per se*.

A) A CLARA PREVALÊNCIA DAS LIGAÇÕES ENTRE FAMÍLIAS COM IMPLANTAÇÃO LOCAL OU REGIONAL.

Foi, de facto, no quadro espacial da cidade e no da região de que ela era o centro, que as famílias ligadas à governação estabeleceram predominantemente as suas alianças familiares. Um dado que, desde logo, é indiciador da dimensão local ou quanto muito regional da sua esfera de atuação e do seu poder económico e político, já que era neste espaço que

concentravam os seus patrimónios e as suas relações, sendo também a partir dele que foram estruturando as suas estratégias de afirmação. Face a esse quadro, revelador de uma fraca mobilidade espacial de implantação, compreende-se que as lógicas de reforço de posições tivessem passado, essencialmente, pelo cruzamento com outras famílias, enraizadas nestas mesmas áreas geográficas. Face à impossibilidade de outros voos sociais, estas ligações, permitiam-lhes, pelo menos, elevar os níveis de riqueza e ampliar a capacidade de controlo sobre as instituições locais.

Como é também compreensível face ao sentido estratégico que assumiam, estas uniões tendiam a fazer-se nos mesmos níveis sociais, mantendo-se naturalmente ativas, no campo matrimonial, as hierarquias e as lógicas de diferenciação social. As únicas uniões que, de algum modo, fugiram a esse quadro foram as daqueles que encetaram percursos ascensionais que lhes abriram as portas a casamentos vantajosos realizados num patamar social superior, nomeadamente, com uma nobreza de maior estatuto. Trata-se, contudo, de casos específicos e circunscritos ao grupo de topo da hierarquia concelhia, de que falaremos adiante. No global, predominaram as alianças homogâmicas. Note-se que nem mesmo os mercadores, que tinham protagonismo local e, em alguns casos, níveis de riqueza considerável, estabeleceram alianças fora do seu quadro social. Não detetámos, de facto, qualquer união de mercadores com famílias de maior destaque social, nem mesmo com uma pequena nobreza local.

Estas lógicas, como é bom de ver, transportavam-se também para o interior do próprio grupo governativo. Um grupo que, como sabemos, estava longe de ser socialmente homogéneo, ou que talvez só o fosse na aparência, existindo no seu interior diferentes níveis de destaque social, e de poder, que as uniões matrimoniais não contribuíam para esbater. De facto, as lógicas de homogamia, prevaleciam, de igual modo, entre os que passaram pelos cargos, numa clara demonstração de que nem mesmo a pertença a um órgão comum de poder fazia diminuir o sentido estratégico das alianças.

Note-se que os traços caracterizadores das alianças matrimoniais que encontramos em Évora, muito particularmente os fortes níveis de homogamia, não são propriamente uma novidade ou uma especificidade da cidade. Eles correspondem antes a um padrão de atuação que se verificava entre os grupos de uma pequena e média nobreza, constituindo também um quadro típico do funcionamento das elites e das oligarquias urbanas.

Em Évora, o aprofundamento destas lógicas de uniões interpares, digamos assim, foi criando uma teia de relações de tal modo imbricada que a sensação com que ficamos é a de que as principais famílias da cidade se encontravam, todas elas, ligadas por laços de consanguinidade ou de afinidade.

O caso de Álvaro Mendes de Oliveira e dos seus descendentes é bastante elucidativo a esse nível. O seu casamento com Mor Rodrigues Fuseiro, irmã de Lopo Rodrigues Fuseiro, que define que serão os filhos desta os herdeiros do seu morgadio³⁷⁶, aproximou duas das principais famílias ligadas à governação. Os Oliveira, cujo apelido desde meados de duzentos andava entre os que controlaram os destinos municipais, e os Fuseiro, também eles fortemente envolvidos na governação, contabilizando-se, no nosso período, como vimos, diversos membros no desempenho de relevantes funções concelhias³⁷⁷. Na geração seguinte, os seus descendentes irão, por sua vez, aproximar-se dos Brito, por via do casamento de Inês Mendes de Oliveira, filha de Álvaro Mendes e de Mor Rodrigues, com o nosso já bem conhecido Fernando Afonso Cicioso. Desta forma, os Brito e os Oliveira, curiosamente duas famílias que foram também compartilhando o controlo de altos cargos eclesiásticos, acabaram por se cruzar, por via dos enlaces matrimoniais.

Visto sob este prisma, não causa qualquer estranheza que Fernando Afonso Cicioso e os seus descendentes tivessem assumido um fortíssimo protagonismo na vida da cidade e das suas instituições, já que largamente terão beneficiado de todo o capital material, social e de prestígio de três das mais poderosas famílias da cidade: Oliveira/ Brito/Fuseiro.

Este quadro de relações familiares estava longe de ser único. Verificou-se, também, com os Espinho e os Façanha, por via do casamento de Gonçalo Dias de Espinho com uma filha de Lopo Rodrigues Façanha³⁷⁸ ou com os Murzelo e os Feltreiro, já que Mor Afonso, uma das filhas de João Murzelo “o velho” desposou Rodrigo Esteves Conto e Meio, neto do Feltreiro³⁷⁹. Refira-se, ainda, que outras descendentes de João Murzelo “o velho” surgem consorciadas com homens ligados à administração, nomeadamente, com Fernando Afonso de Carvalho e Afonso Lobo³⁸⁰. Não muito diferente é o caso dos Paiva, mais concretamente dos descendentes de Martim Afonso de Paiva, que vemos unidos matrimonialmente a outras famílias instaladas na cidade, como os Fonseca³⁸¹ ou os Carvalhais³⁸², ambas com ligação à administração.

³⁷⁶ BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 49; IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXXVI-LXXXVlv.

³⁷⁷ Caso de Álvaro Pires Fuseiro, Lopo Fernandes Fuseiro, Lourenço Pires Fuseiro, Lourenço Pires Fuseiro “o moço”, Rodrigo Afonso Fuseiro I e Rodrigo Afonso Fuseiro II. Veja lista anexa de oficiais do concelho.

³⁷⁸ ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho*, fls. 80.

³⁷⁹ ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 78v, 79, 79v, 80, 80v. BPE, Fundos Conventuais, *Convento de S. João Evangelista de Évora*, Livro 12, doc. 49, 53

³⁸⁰ *Ibidem*.

³⁸¹ Fernão Martins de Paiva, que supomos ser descendente de Vasco Martins de Paiva é casado com Isabel da Fonseca, filha de Álvaro da Fonseca e Catarina Ribeiro. BPE, *Santa Catarina de Sena*, Livro 85, doc. 27. Também, ACSE, *Pergaminhos dos bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 3, doc. 276.

³⁸² Em 1473, um Vasco Martins de Paiva (II) era casado com Maria de carvalhais. ACSE, *CEC 3 – VI*, fls. 41-41v

Muito embora o destaque social que foram tendo lhes tivesse aberto as portas a relações mais amplas, também os Lobo não deixaram de estruturar alianças localmente, como se comprova pelo casamento de Diogo Lopes Lobo, o mais velho dos quatro irmãos Lobo, com Aldonça Maria Toscana³⁸³, oriunda de uma influente família local, também ela com forte ligação à governação concelhia. O mesmo aconteceu com Fernão Lopes Lobo, que casou com Teresa Eanes da Fonseca³⁸⁴. Esta última, integrante de uma família igualmente bem implantada na cidade, mas que de há muito se movimentava nos círculos da Corte³⁸⁵. Diga-se, a propósito, que diversos membros dos “Fonseca”³⁸⁶, surgem consorciados com outras famílias ligadas ao concelho, concretamente, com os Cerveira³⁸⁷, os Brito³⁸⁸, os Paiva³⁸⁹ ou os Barbosa³⁹⁰.

Um outro exemplo ilustrativo do quadro de alianças estabelecidas entre grupos com implantação local e regional, diz respeito aos Pestana e aos Silveiras, qualquer uma delas de antiquíssima instalação na cidade. Os primeiros, fortemente ligados à administração concelhia, mas que, como já vimos, paralelamente, foram desenvolvendo lógicas de aproximação ao serviço régio, surgindo alguns dos seus membros no desempenho de cargos militares ou na burocracia central ou periférica. No nosso período, os segundos, encontravam-se já afastados do exercício do poder local e em clara rota de aproximação à Corte. Contudo, quer uma quer outra terão mantido sempre a sua base de implantação na cidade e na sua região, como veremos adiante. Da aliança entre estas duas famílias, consubstanciada pelo casamento de Maria Gonçalves da Silveira e de Martim Gil Pestana, alferes da cidade, sairá o ramo familiar dos Silveira que assumirá maior destaque por via do desempenho de altos cargos palatinos, ao longo praticamente de toda a centúria de quatrocentos. Será, essencialmente, a partir da sua relação com a coroa que os Silveira estruturaram a sua firme trajetória de ascensão social.

³⁸³ BPE, *Tombo de S. Bento*, fl. 51, IANTT, *Chancelaria de d. Afonso V*, Livro XIII, fl. 36v. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 49. Sobre os Toscano de Évora, pode ver-se Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 537-538.

³⁸⁴ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. C-CIII. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 44.

³⁸⁵ Sobre os “Fonseca” e a sua relação com a corte, veja-se Rita Costa GOMES, *op. cit.*, p. 65.

³⁸⁶ Não temos dados muito consistentes sobre os diversos ramos desta família instalada em Évora.

³⁸⁷ Manoel Felgueiras GAYO refere que Martim da Fonseca, filho de Gomes Aires da Fonseca, casou com Catarina Cerveira, filha de Lourenço Mendes da Cerveira, que foi juiz concelhio. Cf., Manoel Felgueiras GAYO, *Nobiliário...*, tomo XXIV, p. 170

³⁸⁸ Segundo Felgueiras GAYO, Gonçalo Mendes de Brito, que exerceu funções de regedor da cidade, como já vimos, era filho de Rui Mendes de Brito e de Catarina da Fonseca (filha de Gomes Aires da Fonseca, pajem de D. João I), cf., Manoel Felgueiras GAYO, *Nobiliário...*, Tomo VII, p. 82.

³⁸⁹ Ver nota relativa aos Paiva/Fonseca

³⁹⁰ De acordo com Felgueiras GAYO, André Dias de Barbosa, filho do regedor Diogo Gomes Barbosa, é casado com Brites da Fonseca, Manuel Felgueiras GAYO, *Nobiliário...*, Tomo V, pp. 111-112.

Estas lógicas refletiam-se, como não podia deixar de ser, no funcionamento da administração concelhia criando, no seu seio, uma teia de relações de parentesco que acabava por estreitar do círculo dos que governavam a cidade, como já vimos antes.

B) A CORTE, OS CÍRCULOS RÉGIOS E AS ORDENS MILITARES COMO UM DOS EIXOS DE ESTABELECIMENTO DE ALIANÇAS.

No campo das uniões matrimoniais, um outro aspeto que ganha particular relevo, diz respeito ao número muito significativo de alianças estabelecidas entre famílias mais tradicionalmente enraizadas em Évora com um conjunto de indivíduos e grupos que se movimentavam nos círculos da Corte.

Não sendo novo, este quadro de alianças tornou-se particularmente evidente ao longo do reinado joanino. Em boa parte, ele terá sido favorecido pela projeção político e militar de Évora e pela sua crescente afirmação como cidade Cortesã. Este contexto, que já conhecemos, proporcionou às elites dirigentes um destaque e mesmo uma promoção social que, de uma forma mais clara, lhes abriu as portas à aproximação à Corte e ao serviço régio, que encaravam como uma das mais eficazes estratégias de ascensão social.

É neste quadro de maior envolvimento da cidade e das suas elites nas lógicas da coroa, que deve ser entendido o estreitar de relações, por via das alianças matrimoniais, com os que se movimentavam nas proximidades dos círculos régios e que, frequentemente, eram também oriundos das oligarquias urbanas. Trata-se, assim, de uniões entre famílias que compartilhavam os mesmos objetivos, as mesmas aspirações sociais e as mesmas estratégias de poder, acabando por se movimentar, também, nos mesmos círculos, a partir dos quais estruturavam as suas trajetórias de ascensão.

Os exemplos deste crescente entrosamento são muitos. O próprio cronista Fernão Lopes deixa expressas algumas referências a casamentos entre gente do concelho e famílias que se movimentavam no entorno da Corte. Apresenta-os, em alguns casos, como tendo sido promovidos pela rainha D. Leonor, servindo essa informação, no fio da narrativa, para passar uma dada imagem do ambiente cortesão, e do peso que nele tinha a rainha, mas também para justificar as opções pró castelhanas de alguns dos do concelho. Foi o caso de Martim Afonso Arnalho, juiz concelhio, casado com uma donzela da rainha³⁹¹, que, como sabemos, seguiu o partido de D. Beatriz. Estas e outras referências, para além da óbvia intencionalidade que assumem no desenvolvimento do enredo narrativo, vão deixando também claro o forte grau

³⁹¹ Cf., Fernão LOPES, *CDJI*, vol. 1, Cap. XLIV, p. 88.

de abertura dos círculos palatinos a gente oriunda das elites urbanas e do progressivo envolvimento destas com as famílias cortesãs.

Tendo em atenção as suas trajetórias, não se estranha, também, que os descendentes do regedor Martim Vasques Mascarenhas, que “continuadamente andava ao serviço do rei”, como se refere numa carta régia de doação, tivessem estabelecido alianças nos meios cortesãos. Foi o que se verificou com o seu filho, Fernão Martins Mascarenhas, Comendador Mor da Ordem de Santiago, que encontramos ligado a Catarina de Ataíde³⁹², oriunda de uma família que de há muito circulava na Corte régia³⁹³. Refira-se, a propósito, que também os Brandão, mais concretamente um dos filhos do regedor Fernão Martins Brandão, alcaide de Arronches, e um homem também ele próximo do Rei D. Fernando³⁹⁴, se terá consorciado com uma mulher da mesma estirpe³⁹⁵. Surge também como perfeitamente natural que os Silveira, que fizeram um fulgurante percurso nos altos cargos do desembargo, acabassem por realizar casamentos nesses meios. Muito embora o centro das suas alianças se tivesse mantido no quadro regional, como veremos adiante, alguns dos seus membros, sobretudo os femininos, foram-se associando a famílias igualmente inseridas nos meandros do desembargo e da Corte, como os Teixeira³⁹⁶, os Miranda³⁹⁷ ou os Camelo³⁹⁸.

O universo das ordens religiosas e militares não poderia ficar de fora deste quadro de alianças, se considerarmos que muitas famílias da cidade se encontravam fortemente envolvidas nesse meio, nele procurando reforçar as suas posições. Vimos já, como os filhos Diogo Lopes de Brito, Comendador de Coruche, da Ordem de Avis, se ligaram aos D’Antas, uma outra família que igualmente se movimentava nessa mesma ordem, ou como os d’Arca e os Lobo, consorciaram alguns dos seus com descendentes de importantes personagens do universo das ordens³⁹⁹.

³⁹² Filha de Nuno Gonçalves de Ataíde, governador da Casa do infante D. Fernando, *Livro de Linhagens do século XVI*, (introdução de António Machado de Faria), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956, p. 218. Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.* Tomo III, p. 68 e tomo XVII, p. 79.

³⁹³ Sobre os Ataíde e a sua posição nos meios cortesãos, veja-se Rita Costa GOMES, *op. cit.*, pp. 92-93.

³⁹⁴ Veja-se o que referimos, a este propósito, no capítulo II.

³⁹⁵ Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, Tomo VII, pp. 51-52 e 63.

³⁹⁶ O Dr. Fernando Afonso da Silveira era casado Catarina Teixeira, ama da rainha, oriunda de uma família da pequena nobreza cortesã, de que se saíram alguns escrivães e letrados que não desdenharam o serviço da câmara, cf., Rita Costa GOMES, *op. cit.* p. 149.

³⁹⁷ Violente da Silveira, filha do Escrivão da Puridade Nuno Martins da Silveira, surge consorciado com Gomes de Miranda, filho de Martim Afonso de Miranda, Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, tomo XX, p. 155 e tomo XXVI, p. 178. Os Miranda destacaram-se quer pelos cargos que foram desempenhando na cúria, quer pelas ligações matrimoniais prestigiadas que foram fazendo no meio cortesão, cf., Rita Costa GOMES, *op. cit.* p. 53.

³⁹⁸ Segundo Manoel Felgueiras GAYO, uma das irmãs de Nuno Martins da Silveira casou com Gonçalo Camelo, cf. *op. cit.*, tomo XXVI, p. 178.

³⁹⁹ Veja-se o que dissemos anteriormente.

Uma nota, também, para referenciar algumas alianças que fomos detetando com gente ligada às alcaidarias de diversas localidades. Apesar dos seus particularismos, em termos sociais estaremos a falar de gente com um perfil social talvez não muito distinto do que temos vindo a referir, já que, pelo menos nos casos identificados, as famílias ligadas às alcaidarias integravam também o que podemos designar de uma pequena nobreza em ascensão, que devia também ao poder régio os seus processos de reconhecimento social. A título de exemplo, pode ser referido o caso dos d'Arca, mais concretamente, do filho homónimo de Fernão Gonçalves d'Arca que se uniu matrimonialmente aos Aragão, detentores da alcaidaria de Tavira⁴⁰⁰, ou de André Barbosa, escudeiro da casa do infante D. Henrique, filho do regedor Diogo Gomes Barbosa, que vemos associar-se matrimonialmente aos Madureira, detentores da alcaidaria de Ourém⁴⁰¹.

Estes alguns exemplos, entre muitos outros que podiam ser adiantados, bem ilustrativos de que a Corte, mais concretamente o desembargo ou as casas dos infantes, as ordens militares, estas também sob a progressiva influência da coroa, foram palcos onde se teceram casamentos e se acordaram alianças familiares.

Note-se que o próprio ambiente social da cidade e a capacidade de atração que exercia sobre um nobreza que se movimentava no eixo da Corte foi também favorecendo a crescente permeabilidade entre os membros da elite local e os meios cortesãos. Uma realidade que, diga-se, se verificava também em outros núcleos urbanos igualmente marcados pela presença da coroa, como era o caso de Lisboa ou de Santarém.

Encontramos, de facto, instaladas em Évora, ou com fortes interesses na região, um conjunto de famílias da nobreza, diversa entre si, porque detentora de diferentes níveis de riqueza e de estatuto, mas em todos os casos muito ligada à Corte, que nas suas lógicas ascensionais, ia procurando estender as suas áreas de implantação e de influência para as regiões mais meridionais. Évora, pelo seu crescente protagonismo político, mas também pela posição que assumia no quadro regional, torna-se incontornável para esses grupos, que se foram radicando na cidade e que vemos envolvidos nas lógicas e nas dinâmicas urbanas, acabando – quase poderíamos dizê-lo – de forma natural, por se aproximar das famílias da oligarquia.

Entre esses grupos em rota de aproximação a Évora, contam-se, por exemplo, alguns dos ramos familiares dos Abreu, dos Brito, dos Cerveira, dos Fonseca, dos Góis ou dos Nogueira. Linhagens que integravam o que podemos designar de uma nobreza de serviço que

⁴⁰⁰ Cf., com o que foi dito relativamente aos D'Arca no ponto 4.4.

⁴⁰¹ Veja-se Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, vol. V, pp. 111-112 § 18 e p. 153.

de há muito se movimentava na órbita da Corte⁴⁰², e que, como o caso de Évora bem comprova, não hesitaram em estabelecer ligações com os grupos dirigentes das mais importantes cidades cortesãs, não negligenciando também, como vimos, a própria participação no governo municipal.

Se, para eles, o cruzamento com gente com forte enraizamento local era uma forma de facilitar a sua afirmação na cidade e na região, para as famílias oligárquicas, essas ligações poderiam mostrar-se socialmente prestigiantes e estrategicamente úteis na concretização dos objetivos de aproximação aos meios cortesãos e ao serviço régio.

É dentro dessas lógicas que se poderá entender, por exemplo, a já referida aproximação de Fernando Afonso Cicioso, descendente do Brito, a duas das mais poderosas famílias locais, os Oliveira e os Fuseiro. Da mesma forma se justifica que os Fonseca surjam consorciados, como já vimos, com os Lobo e com os Paiva, ambos de há muito instalados na cidade e fortemente ligados à administração concelhia. As mesmas lógicas subjazem às alianças dos Abreu. Um outro apelido que foi ganhando força nos meios régios, de que encontramos alguns ramos presentes em Évora. Também eles se consorciaram com famílias da cidade, nomeadamente, com os Falcão, de cuja união descenderá o Bispo Álvaro Falcão, bem como dos Silveira, neste caso, através do casamento de Leonor Gonçalves Falcão (ou Abreu), filha de Gonçalo Eanes de Abreu, “de Castelo de Vide”, com Nuno Martins da Silveira, Escrivão da Pureza de D. João e de D. Duarte⁴⁰³.

Contribuiu também para o adensar deste quadro de uniões, a presença, em Évora, de ramos familiares de uma nobreza de maior estatuto, cujos processos ascensionais surgem também muito ligados à coroa, que não fecharam portas a alianças com os grupos oriundos da elite urbana.

Para além dos Cogominho, que no nosso período conheceram uma clara perda de influência, pelos motivos que já conhecemos, Évora assistiu à instalação de um dos ramos dos Melo, detentores da alcaidaria e que fizeram da cidade o centro da sua base de implantação

⁴⁰² Sobre o posicionamento social destes grupos e a sua relação com a coroa, veja-se Rita Costa GOMES, *op. cit.*, pp. 64-65. Com exceção dos Nogueira, a autora integra as famílias cujos apelidos referimos, num conjunto de cerca de trinta, que se mantiveram ininterruptamente próximas da corte desde o reinado de D. Afonso IV até ao de Afonso V. Nenhuma delas, contudo, integrava a primeira linha da nobreza cortesã. Considera que os Abreu, Brito, Cerveira, Góis ou Fonseca, integram uma nobreza de segundo plano, hierarquicamente inferior a outras famílias cortesãs de maior estatuto, caso dos Sousa, Meneses, Pereiras, Silvas ou Cunhas. (*loc. cit.*). Sobre os Cerveira e Abreu, veja-se também, IDEM, *op. cit.*, pp. 97-98. Quanto aos Nogueira, oriundos das elites urbanas, a autora integra-os entre os *letrados* que se destacaram socialmente, nobilitando-se, por via do desempenho de cargos no desembargo, *Ibidem*, pp. 135-136.

⁴⁰³ Cf., por exemplo, Humberto Baquero MORENO, *Alfarrobeira...*, vol. II, p. 965.

territorial, bem como a uma maior presença dos Castro, em concreto, de D. Álvaro Pires de Castro e dos seus descendentes.

Muito embora o quadro de relações, de qualquer uma destas linhagens, fosse, obviamente, mais vasto, elas não menosprezaram também as alianças locais, particularmente com aqueles que se iam destacando. Foi o caso dos Lobo, dos Silveira ou dos Abreu, cujos processos ascensionais lhes foram permitindo a aproximação a estas linhagens de maior prestígio.

Nas gerações seguintes às do nosso estudo, assistiu-se a um fortíssimo entrecruzar, por via das alianças matrimoniais, entre as famílias de maior destaque, os Lobo, Silveira e Abreu⁴⁰⁴, e uma aproximação dos seus descendentes quer aos Castro quer, sobretudo, aos Melo, dando origem a uma imbricadíssima teia de relações.

No que diz respeito à ligação entre os Lobo e os Castro, deteta-se, por exemplo, o casamento de uma das filhas de Diogo Lopes lobo (I), com D. Álvaro Pires de Castro; no que concerne aos Silveira é bem evidente a sua aproximação aos Melo, de que é exemplo, o casamento de Isabel da Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira, conselheiro régio, escrivão da puridade, com João de Melo, cavaleiro-fidalgo, filho de Martim Afonso de Melo, guardador e conselheiro de D. João I⁴⁰⁵. Vamos, ainda, encontrar uma outra filha daquele casamento, D. Guiomar da Silveira, consorciada com Vasco Martins de Melo⁴⁰⁶, num testemunho claro da importância que, nas estratégias familiares, se concedia à aproximação dos descendentes dos alcaides da cidade. Refira-se, ainda, para dar uma nota da complexidade da teia de relações que se foi criando entre estas famílias, que o já referido João de Melo, depois da morte da sua primeira mulher, casou com uma filha de Diogo Lopes Lobo (II), de que houve também uma filha que surge casada com um outro Fernão da Silveira⁴⁰⁷.

O que foi dito não invalida, naturalmente, que as famílias eborenses de maior destaque não tivessem procurado alianças com outras linhagens de uma nobreza de maior estatuto. Foi o que se verificou, por exemplo, com os Silveira que, para além das ligações que já referimos anteriormente, se aproximaram também dos Cunha, uma das mais relevantes famílias

⁴⁰⁴ Da ligação entre os Lobo e os Silveira, pode referir-se, por exemplo, a de D. Maria de Sousa, filha de Diogo Lopes Lobo, com o Dr. João Fernandes da Silveira, conselheiro régio, regedor da casa da Suplicação, de que descenderá D. João Fernandes da Silveira, Barão de Alvito. Cf. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 59v. Sobre as alianças matrimoniais dos Lobo, nas gerações seguintes ao nosso limite cronológico, veja-se André Madruga COELHO, *op. cit.*, pp. 71-75.

⁴⁰⁵ IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 80v.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, liv. 33, fl. 118. Veja-se também, Humberto Baquero MORENO, *op. cit.*, p. 965.

⁴⁰⁷ Sobre João de Melo, veja-se Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, vol., I, pp. 450-453, Humberto Baquero MORENO, *op. cit.*, p. 857.

Cortesãs⁴⁰⁸. Também os Lobo se aliaram a influentes linhagens com outra implantação geográfica, como fica expresso, por exemplo, pelo casamento de Diogo Lopes Lobo (II) com Isabel de Sousa, filha de Lopo Dias de Sousa, Mestre da Ordem de Cristo⁴⁰⁹, de que descenderão os Barões de Alvito.

De qualquer dos modos, e apesar do sucesso lhes permitir um quadro mais vasto de relações, estas famílias integrantes de uma primeira linha social do concelho, continuaram a manter fortes lógicas locais nos seus processos de alianças. Entrecruzam-se entre si, como vimos, e mesmo as ligações mais prestigiantes que preconizaram fizeram-se preferencialmente no quadro regional, com as linhagens instaladas na cidade ou com aquelas que tinham interesses nos territórios da comarca.

Um dado que é, em si mesmo, indiciador da dimensão regional do poder desta nobreza em ascensão que temos em Évora. Uma nobreza que domina a cidade, que até foi impondo a sua presença nos círculos régios, mas que, pelo menos no nosso período, se revela incapaz de projetar o seu poder e de alargar a sua base de implantação territorial para além do quadro regional.

⁴⁰⁸ Mécia da Silveira foi a primeira mulher de Vasco Martins da Cunha III, cf., Rita Costa GOMES, *op. cit.* p. 65, 82 e sgts.

⁴⁰⁹ Cf., por exemplo, Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, vol. I., p. 281.